



A realização do 8º Congresso Nacional da ADFER veio dar plena expressão a uma mudança cultural fundamental a que se tem vindo a assistir nos últimos tempos no sector dos transportes e em particular no ferroviário.

Até há não muitos anos atrás, em particular antes da implementação do 1º Pacote Ferroviário de 2001, de um modo geral, muitas das posições dominantes no sector ferroviário marcavam-se por visões centradas sobre si mesmas, quase numa perspectiva de confrontação com os restantes modos de transporte. Tal explica muita da má convivência da ferrovia com os restantes sistemas de transporte e mesmo a dificuldade em pensar o sistema em termos europeus, desperdiçando factores potenciais de competitividade do caminho-de-ferro, nomeadamente o seu bom ajustamento a percursos até aos 1200 ou mesmo 1500 km.

Esta forma auto-punitiva de gerir o sistema ferroviário não foi de todo uma situação exclusiva de Portugal. Por toda a Europa os sistemas ferroviários padeceram deste tipo de problemas e quer em termos da construção técnica dos sistemas (bitola, sinalização, electrificação, gabaritos, etc.) quer nos modelos de organização das empresas ferroviárias as preocupações de convergência e integração foram em grande parte desconsideradas, tendo potenciado uma proliferação de sistemas nacionais em larga medida incompatíveis entre si.

Com a reforma iniciada com a Directiva 440/91 e definitivamente impulsionada a partir do 1º Pacote Ferroviário de 2001, o processo de criação de um mercado integrado e liberalizado veio finalmente a ter corpo. É já hoje possível constatar uma interessante correlação entre o grau de liberalização dos mercados e o crescimento das suas quotas de mercado, sendo os casos mais ilustrativos o Inglês, o Alemão e o Holandês.

Embora se possa considerar Portugal como um bom aluno nesta matéria, uma vez que tem vindo a adoptar com sucesso os aspectos essenciais desta reforma europeia, o contexto geográfico e económico não permitiu ainda apresentar resultados óptimos, traduzidos em termos de aumentos substanciais da quota de mercado da ferrovia.

Para além do processo de liberalização, um factor hoje aceite como da maior importância é a integração do sistema ferroviário nas grandes cadeias logísticas, preenchendo os espaços que permitam uma maior eficiência no processo global de transporte.

O projecto "Portugal Logístico" assume aqui especial relevância, ao definir de forma estruturada os principais centros logísticos e sistemas de transporte de alimentação. Esta constitui uma enorme oportunidade para o caminho-de-ferro e para o aumento da competitividade do país em termos de redução dos custos de transporte e aumento da sua eficiência global.

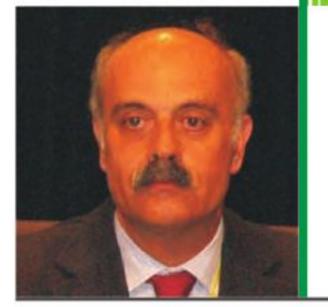
É portanto a correcta concepção logística onde se integram de forma optimizada os vários modos de transporte, que melhor servem os propósitos do mercado. Deve ser esta a lógica a imperar e não a competição desenquadrada entre modos, nos quais a ferrovia tem historicamente perdido passo.

O tema escolhido para o 8º Congresso foi pois pensado nos pressupostos referidos, sabendo a ADFER que o sistema ferroviário será tanto mais bem sucedido, quanto melhor articulação conseguir realizar com os outros modos, na perspectiva da optimização da qualidade dos serviços prestados aos clientes finais. Para isso, o conhecimento das actuais exigências no domínio da logística e a compreensão da realidade dos vários modos de transporte é essencial. O futuro passa definitivamente pelos sistemas integrados de transporte!

A ADFER agradece a todos os oradores por terem prestigiado este 8º Congresso com a qualidade das suas intervenções, tendo sido possível aos participantes no final dos dois dias de trabalhos disporem de visões globais e integradoras dos vários modos de transporte e das formas como estes se podem bem articular entre si.

Nas duas edições da FER XXI, fica pois o registo destes dois dias, estando certos que todos os interessados nestas matérias, desde simples cidadãos, quadros técnicos, ou decisores, poderão bem aproveitar muitos dos ensinamentos aqui produzidos.

Eduardo Frederico Presidente da ADFER



# Intervenção do Sr. Presidente da ADFER, Engº Eduardo Frederico

Eng<sup>o</sup> Eduardo Frederico, Presidente da ADFER

Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Cumpre-me a honra de dar início aos trabalhos do 8.º Congresso Nacional do Transporte Ferroviário, dedicado ao tema "Sistemas Integrados de Transportes".

Agradeço as distintas presenças do Sr. Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, Dr. Crisóstomo Teixeira, do Sr. Presidente da Mesa do Congresso, Eng.º Ferreira do Amaral e do Sr. Presidente da Comissão Executiva do Congresso, Eng.º Cardoso dos Reis.

Gostaria de agradecer particularmente às individualidades que aceitaram presidir às diferentes Mesas das Sessões do Congresso, Sr. Dr. Francisco Murteira Nabo, Sr. Eng.º Joaquim Fragoso, Sr. Prof. Daniel Bessa, Sr. Prof. António Carmona Rodrigues, Sr. Dr. José Silva Peneda e Sr. Dr. Emílio Rui Vilar.

Os meus agradecimentos também ao Sr. Secretário-geral do Congresso, Sr. Eng.º Pontes Correia e a todos os restantes membros da Comissão Executiva e demais colaboradores.

Agradeço ainda às empresas que contribuíram com o seu patrocínio para a realização do 8.º Congresso e à Comunicação Social que se associou à difusão pública do evento.

Em meu nome pessoal e em nome da ADFER, quero agradecer também a todos os oradores, pelo facto de terem aceitado o nosso convite para animarem, com as suas teses, as sessões a que teremos oportunidade de assistir, bem como a todos os Congressistas que muito nos honram com a sua presença.

Em Junho de 2006, a Comissão Europeia procedeu à revisão intercalar do Livro Branco sobre os Transportes de 2001, tendo mantido os mesmos objectivos centrais: "uma mobilidade concorrencial, em condições de segurança intrínseca e extrínseca, com respeito pelo meio ambiente, plenamente em consonância com a Agenda de Lisboa, revista em matéria de emprego e crescimento, e com a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável".

Nesta revisão, é evidenciado o êxito alcançado na inversão do processo de declínio do transporte ferroviário europeu (com crescimentos anuais da ordem dos 3% no transporte de mercadorias e de 2% no transporte de passageiros), demonstrando que no fundamental a estratégia de 2001 tem sido bem sucedida. Em consequência temos hoje como realidade emergente um mercado interno dos transportes liberalizado e uma mobilidade à escala europeia.

Assistiu-se no entanto a diversas novas linhas de orientação, que derivam quer da experiência adquirida quer de novas realidades como sejam o alargamento comunitário, os efeitos da globalização, o aumento do preço dos combustíveis, os efeitos do Protocolo de Kyoto ou ainda as ameaças de terrorismo.

De entre os novos rumos apontados, merece especial realce a conclusão implícita que a simples transferência modal para modos de transporte mais sustentáveis - nomeadamente o caminho-deferro - poderá ser indesejável em termos do funcionamento global dos sistemas de transportes. Deste modo, a Comissão introduz o conceito de "co-modalidade" - utilização optimizada de todos os modos de transporte - um pouco por oposição à anterior "inter-modalidade".



Esta nova visão permite reforçar o princípio de colocação do cliente final no centro da política de transportes, dirigindo todos os esforços no sentido da sua melhor satisfação e não tanto do favorecimento de nenhum modo de transporte em particular. A "co-modalidade" deve ser concretizada por via da harmonização regulamentar que permita a passagem facilitada de um modo para outro, assim como a integração dos vários modos de transporte em cadeias logísticas eficientes. As tecnologias da informação e das comunicações avançadas permitem a sua implementação e o fornecimento dos serviços necessários para tornar uma realidade a logística inteligente.

É precisamente neste contexto que o tema central escolhido pela ADFER para o seu 8º Congresso Nacional se reveste assim da maior actualidade - "Sistemas Integrados de Transportes".

Portugal vive um momento promissor quanto a possíveis melhorias no sistema integrado de transportes, não podendo perder esta janela de oportunidade que resulta quer da liberalização do sector dos transportes, quer dos projectos estruturantes em curso relacionados com a criação das Plataformas Logísticas, o novo Aeroporto de Lisboa, a nova travessia rodoferroviária do rio Tejo e a construção da Rede de Alta Velocidade, para além do aumento que se tem vindo a verificar na utilização dos Portos e no tráfego de mercadorias.

Actualmente estão a ser concebidas acessibilidades estratégicas que em muito poderão vir a contribuir para o desenvolvimento do sistema de transportes e de mobilidade nacional, nas quais se devem também incluir as ligações ferroviárias aos principais portos portugueses.

Neste contexto é assim nossa convicção que o transporte ferroviário continuará a desempenhar um papel fundamental na mobilidade e no sistema integrado de transportes nacional.

Porém para que isso aconteça é urgente que o transporte por caminho-de-ferro seja repensado, de forma a dar uma resposta cabal aos vários desafios que presentemente enfrenta, e que se centram por um lado no aumento da quota de mercado e na redefinição do seu modelo de financiamento, nas alterações que resultam da liberalização do sector, no espectável aumento das necessidades de transporte derivadas dos projectos estruturantes que se avizinham e que decerto obrigarão a uma adequação da infraestrutura que o suporta, e por outro lado numa resposta eficiente e sustentável na cadeia logística da mobilidade.

Em Portugal o transporte por caminho-de-ferro desempenhou desde finais do Século XIX, início do Século XX, um papel importante na mobilidade e na movimentação de mercadorias a nível nacional. Mais recentemente a integração do nosso país na União Europeia impulsionou investimentos significativos





nos caminhos-de-ferro, proporcionando maior mobilidade e contactos comerciais, situação que deveremos aproveitar para intensificar e articular com o crescimento da rede europeia de alta velocidade.

Por outro lado o desenvolvimento dos transportes rodoviário e aéreo veio a colocar grandes desafios à competitividade do transporte ferroviário em Portugal, tornando-se cada vez mais urgente a revisão do seu modelo de financiamento e do modelo de regulação das actividades do sector.

Parte importante da solução passa efectivamente pelo esforço contínuo de melhoria da gestão interna das empresas do sector, o que em determinada medida pode ser considerado independente da participação do Estado, sendo no entanto urgente encontrar soluções que possam gerar um aumento das suas receitas e contribuir

para uma diminuição dos custos de exploração, a que não poderá ser alheia a racionalização dos seus meios produtivos através do investimento, nomeadamente em tecnologias avançadas e no desenvolvimento de competências internas.

Nesse sentido a ADFER defende a criação de serviços de transporte ferroviário mais apelativos para os clientes, nomeadamente no transporte de mercadorias, bem como a redução dos custos de exploração e de manutenção das infra-estruturas ferroviárias, através de uma maior racionalização na utilização de recursos, materiais, fontes de energia, tecnologias e equipamentos.

No entanto, quer em Portugal, quer em toda a Europa e mesmo no Mundo, o papel do Estado no sector ferroviário é dominante, reservando para si o poder de estabelecer as políticas de transporte com os consequentes efeitos na gestão das empresas. Esses efeitos impostos pela acção do Estado, têm fortes consequências ao nível dos proveitos e dos custos das empresas.

No plano dos proveitos, merece realce a limitação do nível de geração de receitas por imposição de tectos tarifários decorrentes das obrigações de serviço público, mas o aspecto fundamental é precisamente o nível de financiamento estatal notoriamente insuficiente e incoerente com as políticas de transporte determinadas pelo Estado.

No plano dos custos, há que reconhecer a existência de algum potencial de melhoria de eficiência nas empresas do sector (pesem embora as importantes reformas recentemente operadas), mas o factor crítico preponderante é a crescente acumulação do deficit resultante do insuficiente financiamento estatal, que impõe injustificadamente ao sector elevadíssimos encargos financeiros.

Assim sendo, o sector ferroviário carece de um modelo de financiamento, capaz de conciliar a necessidade de aumento da sua competitividade com as obrigações de serviço público tendo em consideração uma justa compensação financeira do Estado num contexto de incentivo à eficiência do sector. Caso contrário a dívida acumulada das empresas do sector ferroviário poderá aumentar indefinidamente até se tornar insustentável.

A ADFER não pode de deixar de saudar o avanço dado pelo actual Governo na preparação dos



Contratos-Programa com as empresas do sector, pois permitirão fixar objectivos claros e transparentes de qualidade do serviço e de gestão para as empresas públicas do sector, estabelecendo reciprocamente as obrigações financeiras do Estado.

Contudo, não deixa de ser preocupante o anúncio que a sua celebração só venha a ser realizada na próxima legislatura. Na prática, poderemos não estar perante uma garantia firme de que seja instituído o instrumento base para a clarificação das obrigações das partes em presença.

O aumento da competitividade dos transportes ferroviários implicará ainda, na nossa opinião, uma maior integração no sistema nacional de transportes. Neste domínio será vital uma interligação dos caminhos-de-ferro com as plataformas logísticas, os portos e aeroportos nacionais, aumentando a capacidade de transporte dos comboios de mercadorias, de forma a rentabilizar ao máximo cada percurso.

Em relação ao novo aeroporto e à nova travessia do Tejo em Lisboa apoiamos as decisões tomadas quanto à necessidade de contemplarem a componente ferroviária. No primeiro caso consideramos que não compensa construir uma ligação em alta velocidade, mas tão somente em velocidade elevada, dada a pouca distância a que se encontra de Lisboa.

Porém este trajecto terá de apresentar uma pontualidade e qualidade irrepreensíveis e um tempo de percurso da ordem dos 25 minutos, de forma a ser competitivo.

No segundo caso, a sua construção é indispensável para garantir a ligação internacional no tempo de percurso já acordado entre Portugal e Espanha, para garantir o fecho da malha urbana da rede convencional e desse modo permitir o aumento da mobilidade e da atractividade do transporte público, não esquecendo a possibilidade de criação de infraestruturas de estacionamento e manutenção do material circulante em zona próxima de Lisboa.



Caso as medidas anteriormente propostas venham a ser adoptadas, acreditamos que o transporte ferroviário poderá encarar o seu futuro numa diferente perspectiva, melhorando largamente o seu desempenho e relevância económica e social para o país.

Actualmente esse futuro começa a definir os seus contornos a nível europeu com a especialização das linhas ferroviárias em três vertentes principais: Alta Velocidade, para as ligações de longo curso, o transporte de grandes massas nas zonas urbanas e suburbanas e o transporte de mercadorias.

A construção de linhas de caminhos-de-ferro de alta velocidade em território nacional, constituirá um desafio de actualização tecnológica e de sustentabilidade económica para o sector, ao mesmo tempo que aumentará a integração do transporte ferroviário português na rede europeia.

Simultaneamente a necessidade de aumento da competitividade do transporte por caminho-deferro, leva a que para as mercadorias se tenha que reduzir os tempos de percurso e para os passageiros se tenha de aumentar o conforto e a disponibilização de novos serviços a bordo, já hoje disponíveis, graças nomeadamente às tecnologias de informação e de comunicação avançada, de forma a estimular a sua utilização.



Assim, o transporte de mercadorias terá que apostar em corredores próprios com linhas dedicadas e custos de transporte competitivos, numa filosofia de "low cost" tal como na aviação. Para o efeito será necessário um aumento da capacidade de carga e de frequência no mercado de

transporte de mercadorias, numa lógica de parceria com as empresas privadas, caminhando no sentido da criação de Operadores Logísticos multi-modo.

No domínio ambiental a tendência será naturalmente para um incremento da electrificação e da utilização de combustíveis ecológicos como o biodiesel.

Em toda a dinâmica dos transportes é também fundamental o investimento na qualificação dos seus recursos humanos, tema a que também damos especial atenção neste congresso.

Neste domínio é notória a necessidade de adaptação às novas directivas comunitárias, bem como aos desafios gerados pela liberalização do transporte ferroviário e ao projecto tecnológico inerente à Alta Velocidade. À medida que se for intensificando a participação de operadores privados no transporte ferroviário nacional, os recursos humanos das empresas públicas de transporte e de gestão da infra-estrutura ferroviária terão de lidar obrigatoriamente com uma nova realidade de regulação do sector e interacção entre operadores privados e públicos.

Como tal prevê-se um novo quadro de organização do trabalho, para o qual, face ao presente contexto, se identificam novas competências, ou o reforço de competências existentes nas áreas técnicas, de gestão e de liderança, incrementando o desenvolvimento profissional, a capacidade empreendedora e a inovação.

Será assim fundamental investir em formação e estágios profissionais, em parceria com universidades e centros de conhecimento, bem como em fomentar os contactos internacionais, de modo a consolidar o conhecimento e o saber fazer tendo em conta as experiências vividas por outros, no meadamente quanto à forma como se concebem, executam e gerem as linhas de caminhos-de-ferro.

O mundo global actual já não se compadece com a satisfação de níveis suficientes de conhecimento, pelo que a procura da Excelência deverá ser um dos objectivos dominantes numa sociedade evoluída. O caminho para a Excelência representará sem dúvida um esforço adicional por parte das empresas e dos seus quadros, mas que a ser





imbuído no sector ferroviário, poderá constituir um importante factor gerador de sucesso. O avanço do projecto de Alta Velocidade poderá e deverá assim constituir um elemento inspirador de uma nova atitude vencedora para o sector.

Ao longo dos próximos dois dias vamos certamente ter a oportunidade de assistir a uma análise e discussão aprofundada sobre todos estes temas e decerto obter resposta a alguns dos desafios aqui colocados, demonstrando como os "Sistemas Integrados de Transportes" são, para além de tema actual, de uma importância vital para o país, com implicações profundas no seu desenvolvimento económico e social.

Como Presidente da ADFER, gostaria também de manifestar o meu enorme reconhecimento à Comissão Executiva do 8.º Congresso pelo muito empenho e dedicação que desde a primeira hora colocou na sua concretização, aos senhores moderadores das sessões, oradores e quadros

técnicos, que, com a sua generosidade, competência e dedicação muito contribuíram também para a sua realização e sucesso.

Para terminar gostaria de sublinhar que estamos conscientes de que a realização de todo este conjunto de mudanças que defendemos para o transporte ferroviário nacional, depende em grande medida da vontade política.

Porém, estamos convictos de que o poder político estará cada vez mais receptivo a apostar nesta estratégia de mais competitividade e maior sustentabilidade económica e social, face aos claros benefícios que pode trazer ao sector dos transportes e ao desenvolvimento do país.

Muito obrigado pela atenção que tiveram a amabilidade de me dispensar.



# Conclusões do 8º Congresso

Eng<sup>o</sup> Francisco Cardoso dos Reis, Presidente da Comissão Executiva do Congresso

Nas linhas secundárias e de tráfego reduzido da rede ferroviária nacional, genericamente coincidentes com as linhas não electrificadas, a circulação processa-se, ainda hoje, no regime designado por cantonamento telefónico.

A modernização tecnológica das comunicações fixas de exploração nestas linhas teve como objectivo a renovação ao nível da tecnologia de suporte e dos equipamentos terminais de utilização, mantendo integralmente os procedimentos regulamentares de exploração e segurança em vigor, alguns desenquadrados dos novos sistemas instalados.

A situação dos suportes de transmissão disponíveis nas diferentes linhas conduziu à concepção e implementação de soluções baseadas em VOIP ("Voice over IP") nas linhas já equipadas com fibra óptica e à implementação de soluções transitórias baseadas em VOIP e comunicações móveis públicas (GSM). A solução permitirá a evolução a médio prazo para soluções de rede própria (GSM-R).

O futuro da indústria ferroviária nacional, nomeadamente no que concerne ao aspecto crítico da capacidade de participação da indústria nacional nos projectos de investimento em novas infra-estruturas e material circulante, é actualmente uma questão da maior importância para o país e para as empresas nela envolvidas. Estão em causa os fornecimentos futuros em toda a fileira ferroviária, desde vagões e automotoras ligeiras, a comboios de alta velocidade, cuja efectivação só é compreensível numa perspectiva do ganho de novas competências e de criação de capacidade industrial por parte das empresas nacionais. Os desenvolvimentos mais recentes do ambiente competitivo ferroviário, rumo à liberalização deste sistema de transporte, requerem novas abordagens empresariais, mais orientadas para a gestão de parcerias e para a partilha de recursos, numa indústria constituída por empresas tradicionalmente auto-suficientes.

A retoma de capacidade industrial dependerá de uma abordagem incremental, assente numa nova



# FER ICI



acumulação de competências de construção, suportadas por parcerias nacionais e internacionais e recursos de abastecimento locais em subsectores específicos. Essa retoma poderá beneficiar significativamente com uma definição abrangente das capacidades e necessidades de desenvolvimento da indústria nacional que suporte a negociação e o enquadramento de benefícios para novos investimentos no sector.

A implementação de serviços ferroviários de alta velocidade tem apresentado benefícios comprovados para os operadores, através de maior volume de passageiros e maiores receitas. Para os passageiros, traduz-se no maior conforto dos comboios, mais espaço, sistemas de comunicação e entretenimento a bordo, fácil embarque, facilidade de acesso ao centro das cidades. Na componente ambiental, a redução das emissões de CO2 e do consumo energético, a menor ocupação do solo com implicações positivas no ordenamento do território, e a menor emissão de ruído constituem factores de competitividade acrescida.

A integração dos factores RAMS nos processos de especificação e de análise do desempenho de equipamentos ou sistemas CCS, tem implicações ao nível técnico e económico. Esta abordagem possibilitará o estabelecimento de métricas para a avaliação do desempenho e de qualidade técnica de sistemas CCS, através da utilização de índices que caracterizam cada um dos factores. Este processo permitirá evoluir de um modelo de gestão de tecnologias de ênfase qualitativa para um modelo mais estrito, objectivo e mensurável, mais adequado à rápida evolução da tecnologia e ao vasto conjunto de possibilidades oferecidas e as alterações/imposições que resultam do novo contexto legislativo e normativo.

A abordagem proposta permitirá ainda fazer face ao aumento do risco contratual durante o ciclo de vida, na gestão projectos CCS, possibilitando a optimização da sua implementação, em termos da eficiência da utilização dos recursos e da eficácia no cumprimento dos objectivos gerais dos futuros projectos CCS.



A investigação, o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias são os elementos chave da inovação. Mas não são os únicos. Com efeito, para os incorporar, a empresa deve fazer esforços de organização para adaptar os seus métodos de produção, gestão e distribuição. Os recursos humanos são assim um factor essencial. A capacidade de associar desde o início, os trabalhadores às mudanças tecnológicas e às suas consequências na organização ao nível da produção, do serviço prestado e do trabalho deve considerar-se como um factor decisivo.

No âmbito do ERRAC - Conselho Consultivo para a Investigação Ferroviária Europeia (European Rail Research Advisory Council) estão definidos cinco objectivos macro para a investigação em sistemas de transporte ferroviário, são eles, a promoção da excelência das operações ferroviárias, o desenvolvimento de soluções de transporte urbano atractivas, a consolidação de ganhos ambientais, o assegurar da segurança das pessoas e o fortalecimento da competitividade do sector ferroviário europeu.

O sector ferroviário, encontra-se actualmente envolvido num ambiente de concorrência permanente com os outros meios de transporte.

As indústrias deste sector a par das entidades do Sistema Científico Nacional (SCN) - Universidades, Politécnicos, Redes de Inovação, e outros responsáveis pela investigação e desenvolvimento, operação e manutenção do Material Circulante Ferroviário, têm assumido um papel activo no estabelecimento de sinergias a fim de vencer os desafios da competitividade e do aumento da qualidade do serviço prestado, através do estabelecimento de parcerias de investigação.

O meio urbano está cada vez mais congestionado, tornando-se necessário investir em meios de transporte que se movam a velocidades comerciais elevadas, independentemente dos automóveis, que permitam ganhar espaços urbanos para o peão, que se integrem perfeitamente com ele e que sejam respeitadores do ambiente, minimizando a contaminação no seu sentido mais amplo (atmosférica, acústica e visualmente) tudo isto com um consumo energético optimizado.

O Tram-train é vista hoje como solução integradora dos diversos constrangimentos e especificidades das condições de exploração em meios urbanos, realçando-se a possibilidade de criação de conceito de interoperabilidade mais abrangente.



Os novos Centros de Comando Operacional recentemente inaugurados na rede ferroviária nacional colocam Portugal na ponta do desenvolvimento tecnológico, preparando a gestão da circulação para os desafios da AV e com possibilidade de integração total com as linhas convencionais.

Também no sector dos transportes urbanos se está a assistir a uma evolução tecnológica em diversas vertentes relacionadas com a operação, nomeadamente renovação da frota, segmentação da rede, articulação modal e detecção automática da frota, informação aos clientes em tempo real, desenvolvimento de competências dos recursos humanos e generalização do sistema de bilhética sem contacto, tendo como pano de fundo a concretização dum Contrato Programa com o Estado.

A liberalização do sector de transportes de mercadorias na EU constitui um dos temas de maior actualidade dado que existem vários modos de transporte concorrenciais, sendo que a tendência e a política que se pretende atingir consiste essencialmente na criação de condições que permitam a prestação de um serviço eficiente e

economicamente sustentável, sem prejuízo da interoperabilidade.

Os aspectos relacionados com os outros modos de transporte, que não o ferroviário, foram também abordados neste congresso tendo-se elencado os vários projectos em curso na EU. Sendo o sector do transporte marítimo, como porta de entrada/saída de mercadorias, um dos mais importantes para o nosso país, a liberalização deste modo e dos portos assume assim especial relevância, uma vez que Portugal não pode desperdiçar as potencialidades de que dispõe face à sua localização geoestratégica.

O transporte ferroviário de mercadorias tem sido essencialmente baseado em empresas públicas ou para-públicas. O paradigma consistirá na necessidade de uma mudança significativa das mentalidades com o intuito de os operadores integrados de mercadorias virem a constituir-se como uma realidade europeia, o que virá a acontecer quando os diferentes players souberem gerir os distintos modos de transporte ao seu alcance. As parcerias público-privadas representam uma das formas com possibilidade de alavancar esta visão integradora dos sistemas de transportes.





# Intervenção de Sua Excelência A Secretária de Estado dos Transportes

Eng<sup>a</sup> Ana Paula Vitorino, Secretária de Estado dos Transportes

Senhor Presidente da Mesa do Congresso, Eng. Joaquim Ferreira do Amaral,

Senhores Presidente da ADFER,

Senhor Presidente da Comissão Executiva do Congresso,

Senhores Convidados,

Caros Colegas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Antes de mais, começo por dar os parabéns à ADFER pelo seu 20º aniversário. São 20 anos de valorosos contributos para o desenvolvimento do sector ferroviário.

Quero, também, expressar o meu agradecimento à ADFER por uma vez mais me ter convidado a participar na Sessão de Encerramento desta 8ª edição do Congresso Nacional do Transporte Ferroviário, ainda mais sendo dedicada à problemática dos <u>Sistemas Integrados de Transportes</u>, tema que me é particularmente caro e que o Governo tem vindo a privilegiar no desenvolvimento da sua política de transportes.

Por ocasião da sessão de encerramento do 7º Congresso, no final de Novembro de 2006, o Governo tinha acabado de apresentar as







Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, facto para o qual chamei atenção por se tratar de documento que, corporizando um visão de mudança e modernidade, definia um rumo para o sector ferroviário até 2015.

Neste documento está claro que, para o Governo, o sector ferroviário deve constituir um <u>elemento</u> <u>fundamental e estruturante do sistema de transportes</u> no âmbito de uma estratégia integradora e sustentável da globalidade do Sector.

Esta estratégia está sustentada na articulação e ganhos de eficiência entre os vários modos de transporte, de modo a dar resposta aos desafios de mobilidade das populações, de desenvolvimento económico e de coesão social e territorial.

É nesta lógica que temos vindo a trabalhar.

Neste momento, o projecto de implantação da rede de Alta Velocidade em Portugal é uma certeza, com calendários bem definidos e que se encontram a ser cumpridos. Já em Junho próximo será lançado o concurso público internacional da primeira PPP relativa ao troço Poceirão-Caia, no eixo Lisboa-Madrid.

O projecto de Alta Velocidade constitui um dos objectivos primordiais das orientações estratégicas definidas pelo Governo, em termos de abordagem sistémica da política de transportes.

Não basta transportar cómoda e rapidamente as pessoas através de um meio de transporte moderno, é necessário também criar as condições que lhes permitam deslocar-se aonde precisam.

Neste sentido, o projecto de Alta Velocidade está a ser desenvolvido de forma a garantir a integração não só com a rede convencional, mas também com outros modos de transporte, nos principais centros urbanos.

Assim, em <u>Évora, Leiria e Aveiro</u>, as estações da rede de Alta Velocidade vão estar articuladas com a rede convencional.

Em Lisboa, a escolha da estação do Oriente vai possibilitar o aproveitamento daquele importante interface, encontrando-se já o Arquitecto Calatrava a desenvolver o projecto que garanta uma melhor integração funcional entre os diversos modos que aí confluem: a rede convencional, o metropolitano e o transporte rodoviário.

Em Coimbra, será construído um interface que permita ligar o comboio de Alta Velocidade à rede convencional, aos autocarros e ao futuro tramtrain do Mondego (cujas obras das interfaces já estão em curso e os concursos para as intervenções no ramal da Lousã estão prestes a ser lançados).



No Porto, a opção pela estação da Campanhã permitirá ligar a rede de Alta Velocidade à rede convencional, ao metro do Porto e ao transporte rodoviário.

Por outro lado, a definição da <u>Terceira Travessia do</u>
<u>Tejo</u> no corredor Chelas-Barreiro, vai facilitar a integração da rede de Alta Velocidade com a rede convencional.

Neste âmbito, foi já criado um grupo de trabalho para, na margem sul, definir a articulação dos serviços ferroviários com o metro sul do Tejo e com o modo rodoviário.

Como se pode constatar pelos exemplos que acabei de referir, a concretização do projecto da Alta Velocidade vai permitir introduzir um novo paradigma no desenvolvimento da rede de transportes, que passa pela convergência dos diversos modos, num contributo decisivo para a sustentabilidade de todo o sistema.

Minhas senhoras e meus senhores,

Ainda esta semana apresentamos publicamente mais um importante projecto que também será um marco importante na abordagem sistémica do Governo em matéria de política de transportes.

Refiro-me ao projecto Nova Alcântara, um investimento assinalável na Frente Ribeirinha da cidade que, pressupondo a intervenção em várias áreas de actividade, apresenta um denominador comum - o transporte ferroviário.

A solução definida assenta em três intervenções:

- Intervenção ferroviária;
- Intervenção portuária;
- Intervenções ao nível da promoção da intermodalidade.

A intervenção ferroviária materializa-se na ligação desnivelada entre a linha de Cascais e a linha de Cintura, eliminando a descontinuidade hoje existente entre estas duas linhas e facilitando decisivamente a mobilidade de um importante eixo de penetração de pessoas na cidade de Lisboa, quer em termos de comodidade e conforto, quer em termos de tempo de deslocação.

Note-se que esta obra tem vindo a ser estudada desde a década de 60 e, finalmente, vai ser concretizada!

Com esta intervenção e com a TTT teremos finalmente a grande circular regional do caminhode-ferro em Lisboa.

No que se refere à <u>intervenção portuária</u> a solução definida consiste no aumento da capacidade do Terminal de Contentores de Alcântara, através da melhoria das acessibilidades marítimas ao Terminal, bem como da sua ampliação, reorganização e reapetrechamento.



Por último, destaco as <u>intervenções ao nível da</u> promoção da intermodalidade, através da criação de:

- Uma nova ligação ferroviária desnivelada entre o Terminal de Contentores e a linha de Cintura; e de
- Uma zona de acostagem e operação de barcaças, viabilizando o transporte fluvial de cargas.

Vamos, assim, estabelecer, por via ferroviária e fluvial, ligações às principais plataformas logísticas de Lisboa (Bobadela, Castanheira do Ribatejo e Poceirão), evitando que circulem na cidade cerca de 1.000 camiões por dia com ganhos efectivos ao nível das emissões de gases com efeitos de estufa, acidentes e congestionamento.

De facto, o transporte de mercadorias também tem sido matéria a que este Governo tem dedicado particular importância.

Neste âmbito foram definidos três eixos fundamentais:

- Rede Nacional de Plataformas Logísticas;
- Desenvolvimento do sistema marítimoportuário; e,
- Afirmação do modo ferroviário na cadeia logística.

O plano Portugal Logístico, apresentado por este Governo, encontra-se em franco desenvolvimento, estando já concluídas as plataformas logísticas de Chaves, Guarda, Sines - Pólo A e encontrando-se em fase de infra-estruturação as plataformas de Aveiro-Cacia e Castanheira do Ribatejo, bem como outras em fase de projecto e de Estudo de Impacte Ambiental.

A criação de acessibilidades às plataformas, que permitam transportar as mercadorias de forma eficiente, é um factor crítico de sucesso.

Assim, foi definida uma série de investimentos em matéria de infra-estruturas ferroviárias que vão permitir a articulação entre os principais portos nacionais e as plataformas logísticas.

A título de exemplo, em termos de linhas novas, destaco:

 A ligação para o transporte de mercadorias entre o Porto de Sines e Elvas/Caia, projecto que está a ser integrado com o desenvolvimento da linha Lisboa-Madrid em Alta Velocidade; e,

A ligação do Porto de Aveiro a Cacia.

O primeiro investimento irá permitir ligar, por ferrovia, as plataformas logísticas de Sines, Poceirão e Elvas/Caia a Espanha, tornando competitivo o transporte internacional de mercadorias pelo modo ferroviário e contribuindo para a afirmação dos nossos portos no contexto ibérico através do alargamento do seu hinterland.

O segundo permitirá aumentar, de forma sustentável, a capacidade de escoamento do Porto de Aveiro, integrando a construção de uma plataforma multimodal em Cacia, em fase de conclusão, e um ramal de ligação da Linha do Norte ao Porto de Aveiro, infra-estruturas fundamentais à expansão da actividade portuária e ao transporte de mercadorias numa perspectiva multimodal, permitindo reforçar o hinterland portuário na região espanhola de Castela e Leão.

Também no transporte de mercadorias a alta velocidade ferroviária terá um papel fundamental. Em primeiro lugar através da linha mista Lisboa-Madrid. Mas, mais importante, a nova linha Lisboa-Porto irá permitir libertar espaço-canal na Linha do Norte para as mercadorias.

De facto, hoje confrontamo-nos com um quase missing-link no principal eixo nacional de actividade económica, com a ferrovia quase no limite da sua capacidade em boa parte da sua extensão. Com esta intervenção teremos novamente uma infra-estrutura ferroviária Norte-Sul com a capacidade e características adequadas às novas exigências que se colocam ao caminho-de-ferro.

Minhas senhoras e meus senhores,

Como puderam constatar, a decisão sobre todos os investimentos que acabei de descrever (e outros que não referi) obedece à estratégia definida por este Governo para a política de transportes.

Estratégia essa que passa pela integração dos vários modos de transporte, numa lógica de inter e co-modalidade, de forma a atingir dois objectivos:

 De <u>mobilidade sustentável</u>, obtendo-se poupanças de tempo de viagem significativas, a nível local, metropolitano,



nacional e internacional, permitindo que mais cidadãos utilizem o caminho-de-ferro; e,

 De <u>desenvolvimento económico</u>, com ligações ferroviárias entre os principais portos nacionais e as plataformas logísticas mais relevantes, numa aposta clara da intermodalidade e permitindo um aumento acentuado da movimentação dos portos de forma sustentável.

Contudo, é minha convicção que estes investimentos em infra-estruturas têm de ser complementados noutras vertentes.

Os novos CCO's, de Lisboa, do Porto e muito brevemente de Setúbal, são bem exemplo de modernização nas áreas da segurança e da gestão do tráfego.

É também necessário apostar na modernização do Material Circulante.

Neste contexto, a EMEF irá efectuar investimentos em duas áreas fabris, uma destinada à construção de vagões e outra a fabricação de boggies, devendo também preparar-se para a alta velocidade, numa aposta clara de criação de valor e de emprego qualificado no sector ferroviário.

Também a CP tem um plano de investimentos ambicioso com a <u>aquisição de material circulante</u> para os serviços urbanos da linha de Cascais, urbanos do Porto e regional.

Gostaria ainda de frisar que o sucesso de toda a política passa igualmente por uma <u>mudança de mentalidades</u> de todos aqueles que são protagonistas no sector dos transportes.

Neste sentido, toda a concepção do sistema tem de estar voltada para as necessidades de mobilidade do cidadão e de suporte à actividade económica. E, para tal, torna-se essencial privilegiar a funcionalidade em detrimento de outros factores.

As interfaces só são eficazes se forem pensadas na perspectiva do cliente.

A intermodalidade só pode funcionar eficientemente com ligações confortáveis e com a articulação dos horários entre os diversos meios de transporte, de forma a minimizar os tempos de deslocação dos passageiros.

O desenvolvimento tecnológico pode e deve desempenhar um papel potenciador no sector dos transportes, facultando sistemas de informação ao público mais evoluídos, bem como planos tarifários mais fáceis e mais perceptíveis para os utentes.

A generalização da bilhética sem contacto, a massificação da utilização da Internet e do Multibanco nos serviços de transporte, ou o desenvolvimento de projectos como o simulador ambiental, que acabei de visualizar, em resultado de uma parceria entre a CP e o Instituto Superior Técnico, são exemplos de caminhos que já estão a ser seguidos e a seguir nesta vertente.

São matérias em que se deverá continuar a fazer uma forte aposta nas parcerias com centros de investigação.

Mais do que disponibilizar os serviços, é necessário convidar as pessoas a utilizar os serviços.

Tal só é possível se os operadores envolvidos no sector de transportes abandonarem o tradicional enfoque na produção e centrarem os seus esforços nos passageiros.

Os operadores devem ter também uma visão de complementaridade entre si e não apenas de concorrência. Têm de ser parte de um todo devidamente integrado que interage num sistema vital para a economia nacional, tanto ao nível da qualidade de vida dos cidadãos, como ao nível ambiental.

Em 2007, <u>o número de passageiros transportados</u> pela CP e pela Fertagus aumentou mais de 2 <u>Milhões</u>, consolidando a tendência verificada em



2006. Esta melhoria tem de servir como um estímulo para fazermos cada vez mais e melhor.

Também nas mercadorias é necessário ter uma postura pró-activa de procura e satisfação das necessidades do mercado. O aparecimento de novos actores, CP-Carga e operadores privados, muito contribuirão para reforçar a competitividade do sector.

Gostaria ainda de referir que estão a ser desenvolvidas acções, em parceria com o Ministério das Finanças, tendentes à concretização em breve de contratos de gestão com as empresas públicas do sector.

Por outro lado, está em vias de adjudicação o trabalho de apoio ao programa de reestruturação do sistema de infra-estrutura ferroviária, com vista à contratualização do serviço público.

Estas são peças fundamentais para a definição clara das responsabilidades de cada parte do sistema e para a sustentabilidade a prazo do caminho-de-ferro.

Por último, gostaria de registar com agrado a introdução do tema recursos humanos, pela primeira vez nestes congressos. Elevar a qualificação e a excelência é a chave do sucesso. E também aí há evoluções no sector: gente mais jovem, mais qualificada e com maior participação

nos projectos de relevo. E o resultado já está à vista, basta ver o contributo da CP na exposição, onde os jovens quadros tiveram uma participação activa em projectos inovadores.

Minhas senhoras e meus senhores,

Há cerca de ano e meio, a minha intervenção no Congresso Nacional do Transporte Ferroviário centrou-se na exposição da estratégia de desenvolvimento que preconizávamos para o sector de transportes.

Hoje, procurei dar conta da forma como estamos a concretizar essa estratégia, com exemplos concretos de investimentos em marcha.

Investimentos que estão a revolucionar o sector de transportes e que abrangem vertentes tão variadas como a mobilidade das pessoas, a construção de plataformas logísticas, a afirmação da competitividade ferroviária tanto na componente convencional como na aposta na alta velocidade, nos equipamentos e nas novas tecnologias.

São tempos que constituem uma oportunidade para todas as entidades e empresas ligadas ao sector.

São estratégias que traduzem o empenho do Governo em retomar o primado do caminho-de-ferro.

Muito obrigada pela vossa atenção.











































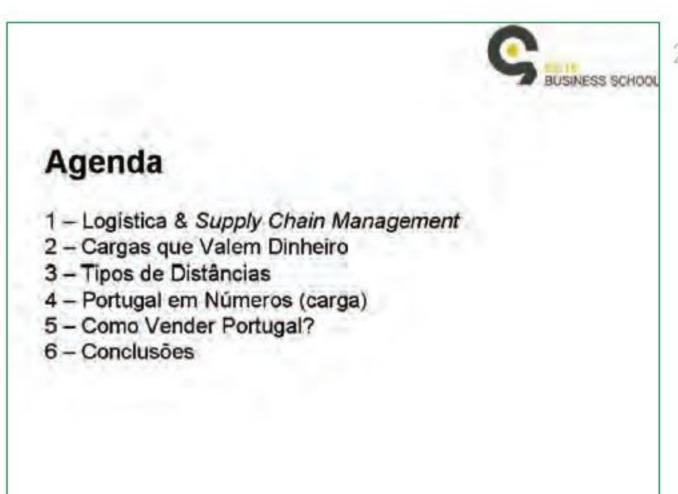




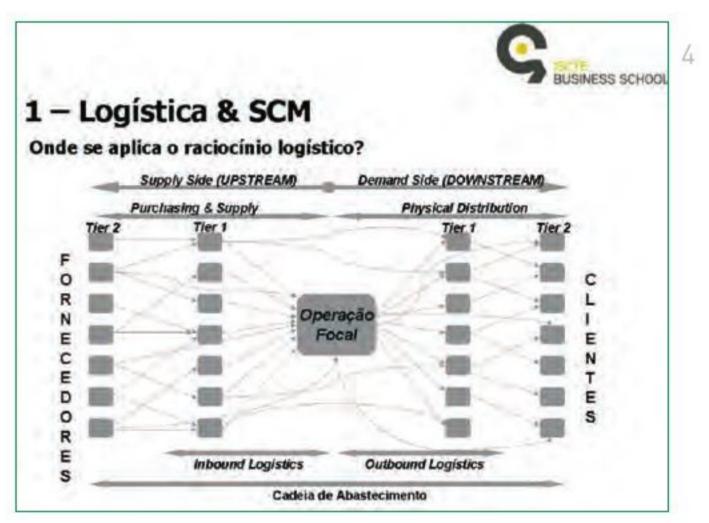
# Da Distância Euclidiana à Distância Logística

Prof. José Crespo de Carvalho, INOUT Global ISCTE

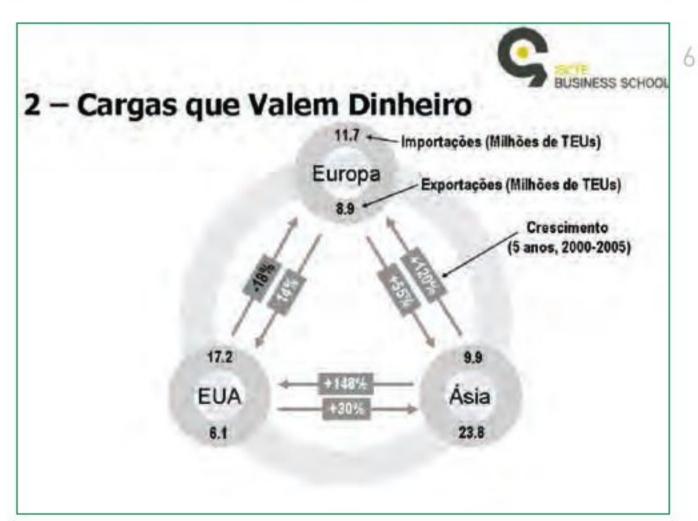




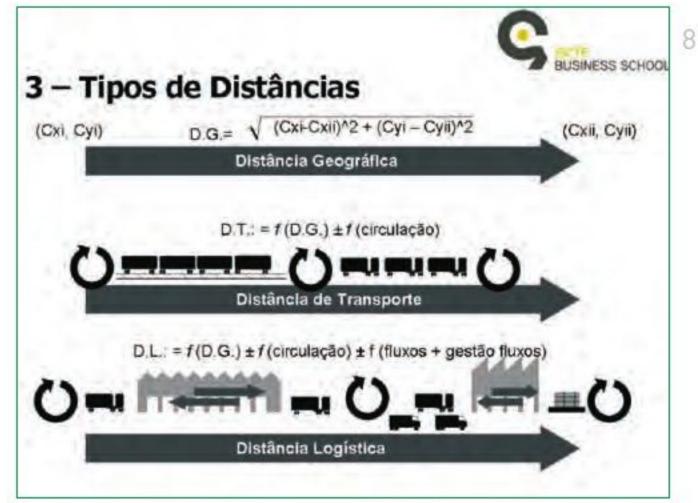






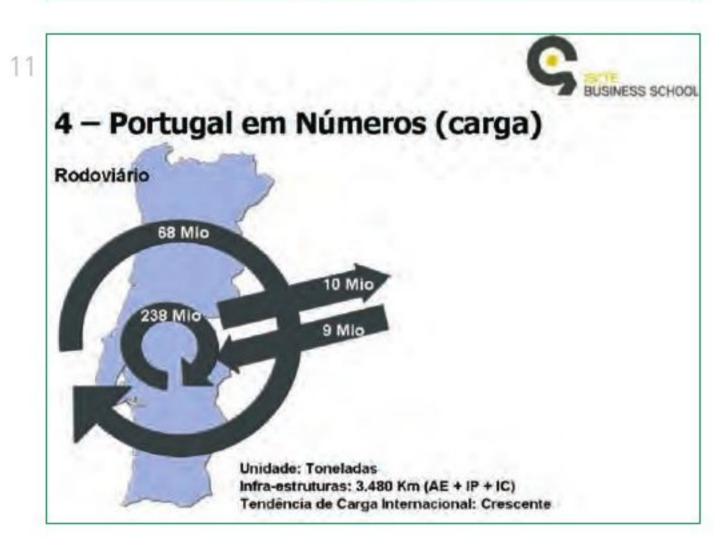


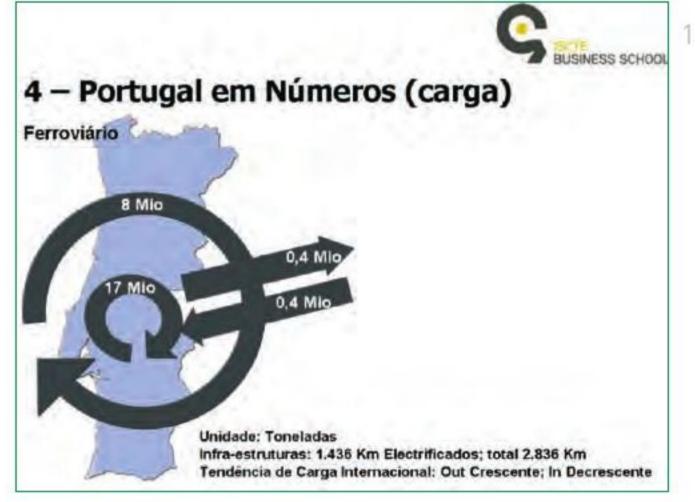


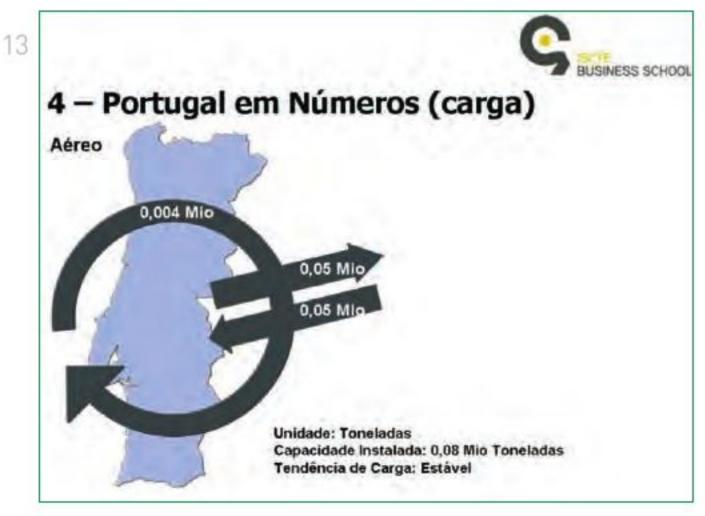


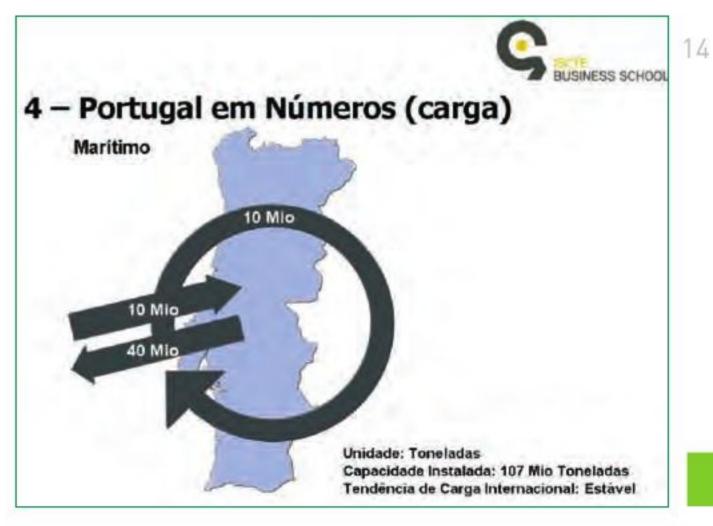




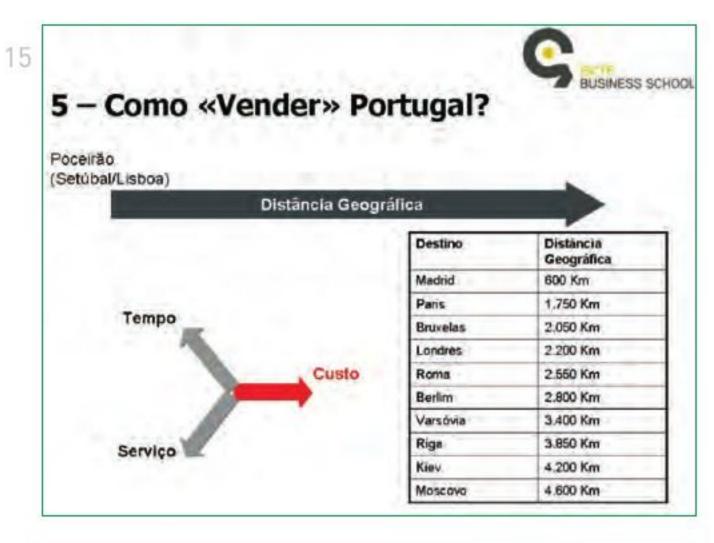


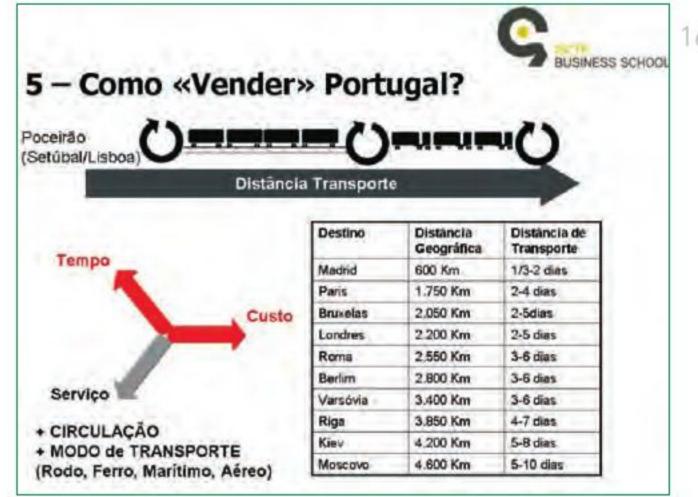














# 6 - Conclusões



- 1 Não é indiferente a natureza da distância que se pretende trabalhar e até «vender»;
- 2 Quanto mais distante estiver a origem do destino mais facilmente Portugal poderá participar em termos de contributo para a distância logística. Mas há condições a cumprir,
- 3 A percepção da distància pode ser diferente da real, geográfica, consoante o «comprador» perceba que se lhe incorpora tempo e serviço;
- 4 Portugal, pela natureza do território, posicionamento nos fluxos de carga e periferia, não pode aspirar a muito mais que trabalhar distâncias logisticas em termos Ibéricos se a cadela for rodo ou ferroviária; poderá aspirar a trabalhar distàncias logísticas maiores se a cadeia for marítima, i.e., de transhipment com short sea shipping.





# Os Desafios Ambientais e os Sistemas Logísticos Ferroviários num Novo Contexto Competitivo para Portugal

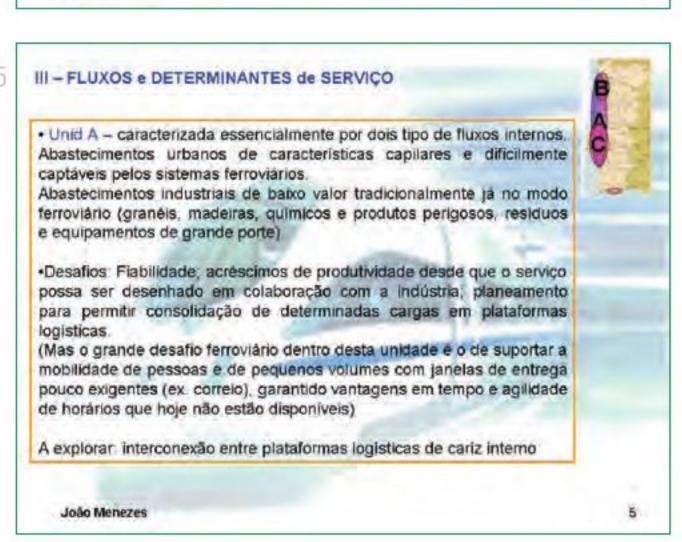
Prof. João Menezes, ICNB - MAOTDR

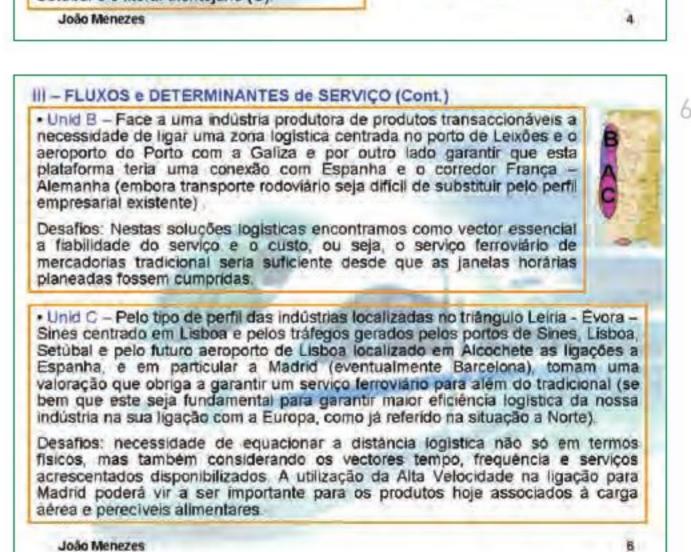




### I - ENQUADRAMENTO Com impacto na economia nacional •globalização da economia assente nos mercados financeiros internacionais associada à saturação dos mercados ocidentais por contraponto com o arranque inovação tecnológica dando berço a uma era de comunicação e mobilidade; espaço europeu a vinte sete Estrados Membros centrado cada vez mais a leste; Integração sustentada das economias ibéricas. Evolução Nacional recente Fraca dinâmica empresarial geral de diversificação para negócios de major valor acrescentado nos produtos transaccionáveis Desenvolvimento de nichos interessantes de contacto com o consumidor na moda / interiores / automóvel / agro-alimentar / turismo e fornecimentos a mercados intermédios na cadela de abastecimento nos químicos / pasta - papel / cortica / electromecânica. Dificuldade de atractividade de investimento estrangeiro associado a uma limitação do financiamento interno (particularmente para actividades de major risco); •Reorganização e reforço das actividades financeiras, dos serviços e de sectores de infra-estruturação (particularmente de obras-públicas) com entrada de capital

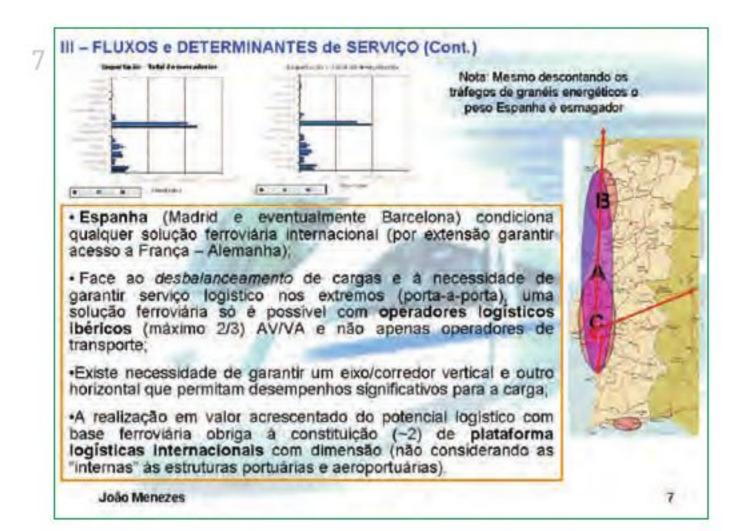


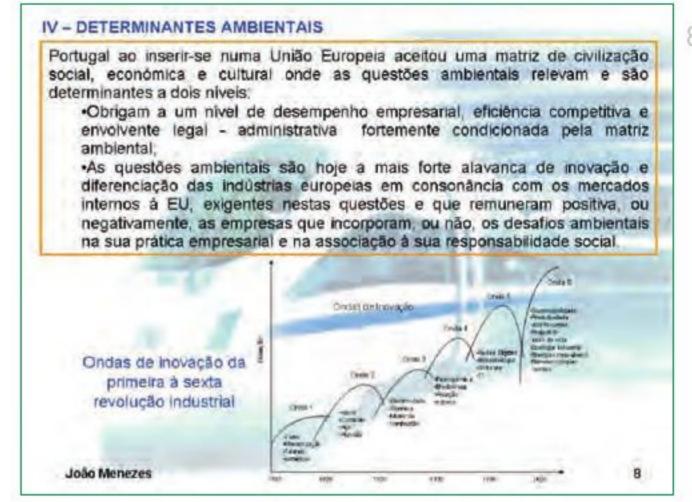




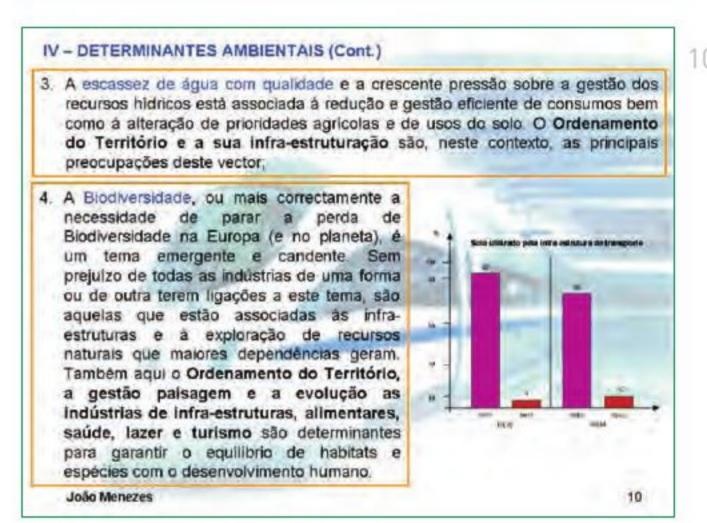
estrangeiro.

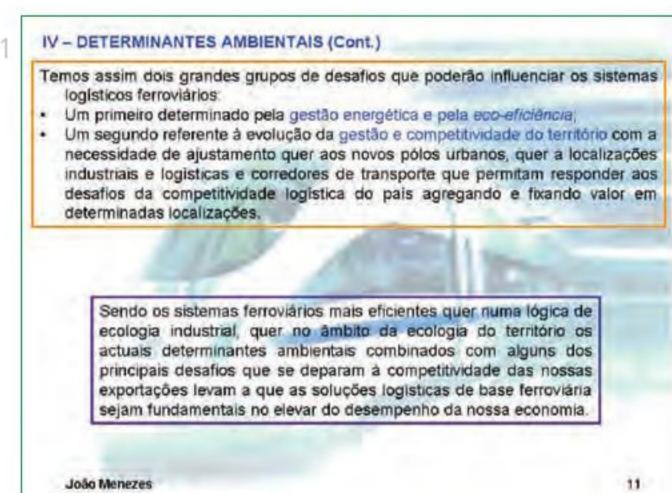
João Menezes

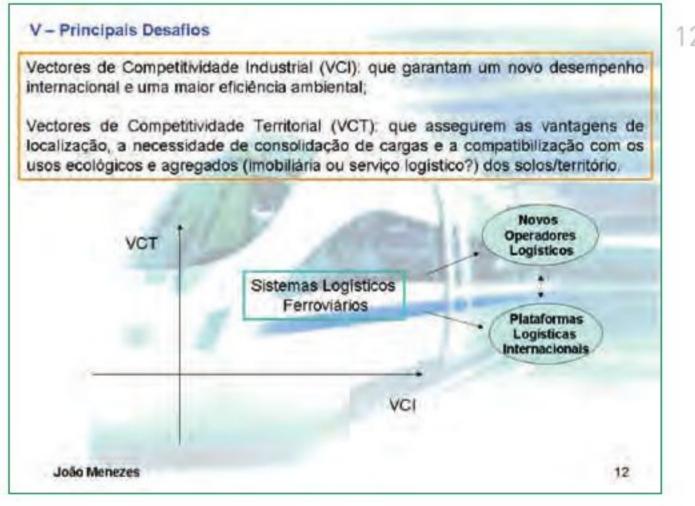


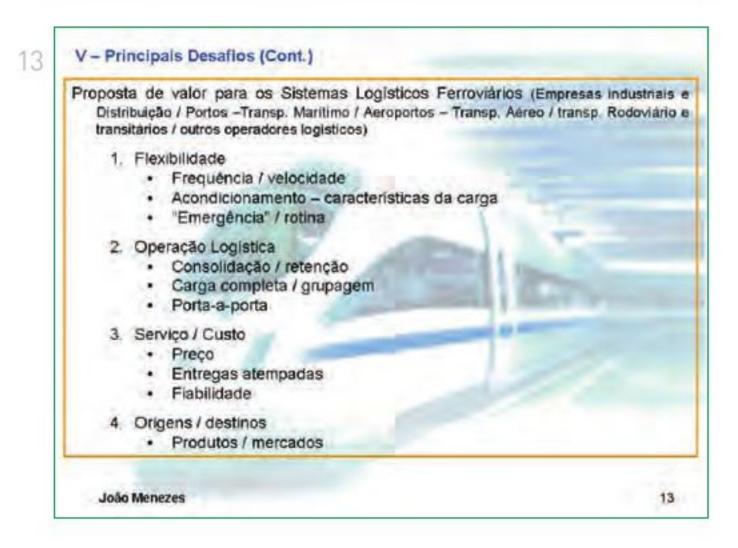














>41

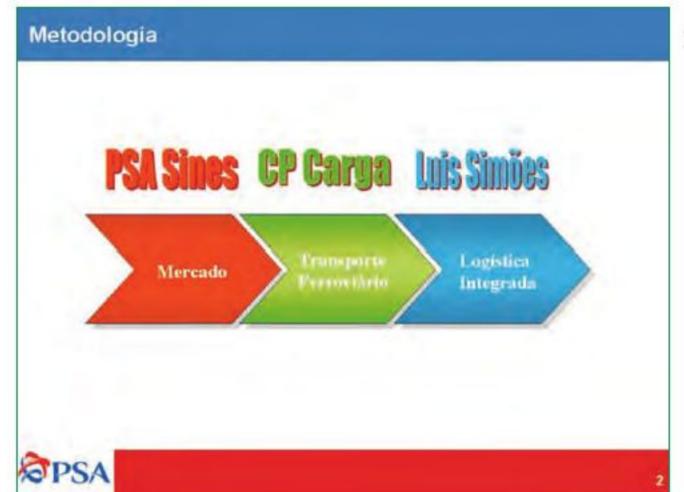
14



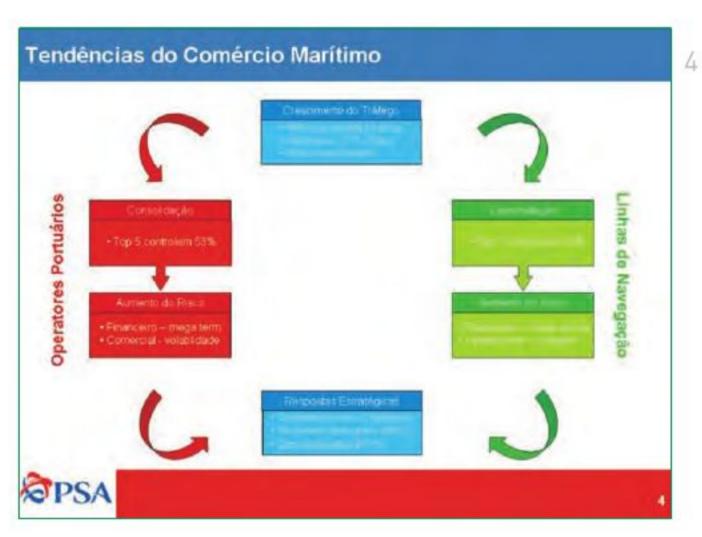
O Corredor Ferroviário Sines - Madrid

Eng. Jorge d'Almeida, PSA Sines

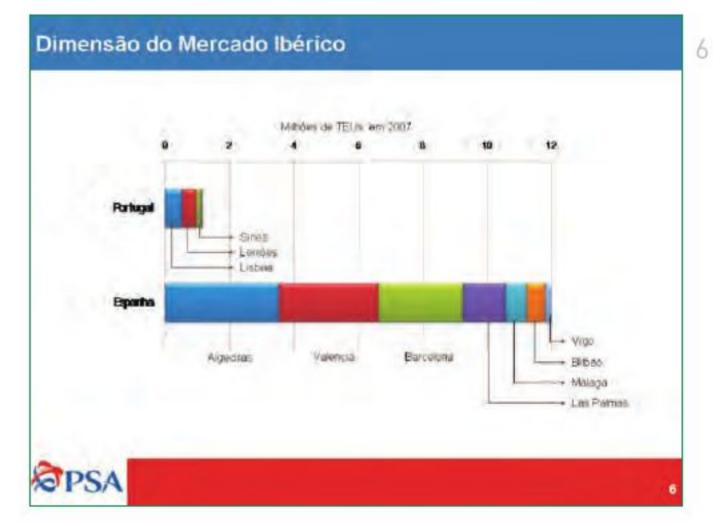






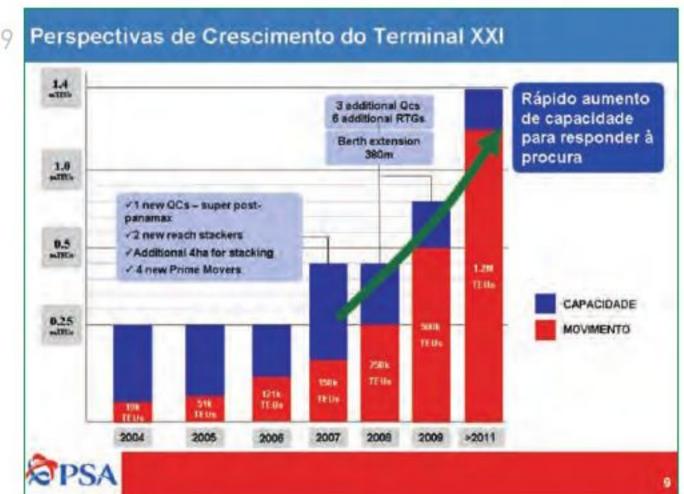
















# O Corredor Ferroviário Sines - Madrid

Eng<sup>o</sup> Fonseca Mendes, CP Carga



# A CP CARGA Unidade de Negócio da CP responsável pela gestão do transporte de mercadorias por modo ferroviário. 10,5 milhões de toneladas de carga/ano (2007) 180.150 TEU's transportados (2007) 6 75 milhões de receitas/ano (2007) Frota constituída por cerca de 100 locomotivas e 2500 vagões Opera em 10 centros/terminais logísticos próprios espalhados pelo território nacional Opera diariamente em média 220 circulações no território nacional e 30 circulações internacionais Efectivo médio de 811 colaboradores.









### COMO CHEGAR A MADRID

### Limitações:

- Falta de canais para circulação (excepto "salto da noite" e períodos específicos do dia)
- Insuficiência de linhas para apoio à operação
- Comprimento dos comboios (450 m c/ loco.- 500 m s/ loco.)
- Peso máximo por eixo em determinados troços



Corredor Ferroviário Sines -

COMO CHEGAR A MADRID Questões do Operador? Terei meios para poder operar sozinho, i.e., MC + Pessoal? Que constrangimentos no terreno? Tripulações/Escalas/tempos de trabalho. Interoperabilidade (diesel) Enlaces e manobras Deverei operar em cooperação?

Que taxas de uso?

Corredor Ferroviário Sines -

Frota CP existente (Serviço Internacional):

 Vagöes porta contentores de 90 " = 177 un. Vagões porta contentores de 50 " = 17 un.

Vagões porta contentores de 40 \* = 222 un.

10

### COMO CHEGAR A MADRID

### Que negociações?:

- Comercial:
  - Perfil de serviço
    - Reserva de Canal
- Produtiva

  - 1) Aquisição de canais
  - 2) Enlaces e responsabilidades
  - 3) Utilização do Material Circulante



Corredor Ferroviário Sines -

# Tráfego internacional pouco representativo na operação da CP Carga (10% do total)

Vagões alugados

Em processo de aquisição

= 25 un.

= 80 un.



# COMO CHEGAR A MADRID

# O "PROBLEMA" DA INTEROPERABILIDADE

### Da infra - estrutura:

PORTUGAL

Convel

Sinalização dif. Energia diesel ou Electrica: 25.000 Vac Rádio solo combolo

**ESPANHA** 

Sinalização dif. Energia diesel ou Electrica: 3.000 Vdc Tren Tierra



Corredor Ferroviário Sines -Madrid

ASFA

# COMO CHEGAR A MADRID

COMO CHEGAR A MADRID

# O "PROBLEMA" DA INTEROPERABILIDADE

Da operação:

PORTUGAL

**ESPANHA** 

TKBR: 1000/1480 Comp. (m): 530

TKBR: 1200 Comp. (m): 450

Corredor Ferroviário Sines -

## Da comercialização:

Estabilização do modelo de cooperação com efeitos em:

- 1. Definição do perfil de serviço
- Estabelecimento de preços
- Equilibrio contratual das partes

Corredor Ferroviário Sines -Madrid

14

12

# 13

### COMO CHEGAR A MADRID

### Em suma é necessário que o Operador disponha:

- Racionalidade/reconfiguração do traçado
- Paridade das taxas de uso
- Interoperabilidade ao nível das infra estruturas
- Interoperabilidade ao nível da operação



Corredor Ferroviário Sines -

### Problemas de contexto que se esperam especialmente solucionáveis pelo projecto "Portugal Logístico" e pela liberalização do sector:

- Relacionamento da competitividade do conjunto dos portos portugueses com afirmação no espaço Ibérico
- Reconfiguração parcial da malha ferroviária nacional, correcção parcial do traçado e reformulação do tarifário relativo ao uso da infra estrutura no sentido da paridade com o praticado nas outras redes e com o aplicado no modo rodoviário
- Interoperabilidade de exploração e do negócio ferroviário no espaço Ibérico
- Afirmação da CP carga como operador ferroviário competitivo no espaço
- Construção da rede de plataformas logisticas nacionais no prazo oportuno
- Disponibilidade dos vários players da cadeia logistica para a cooperação na dimensão em que se revelar necessária para a afirmação de soluções logisticas competitivas de raiz nacional no espaço Ibérico

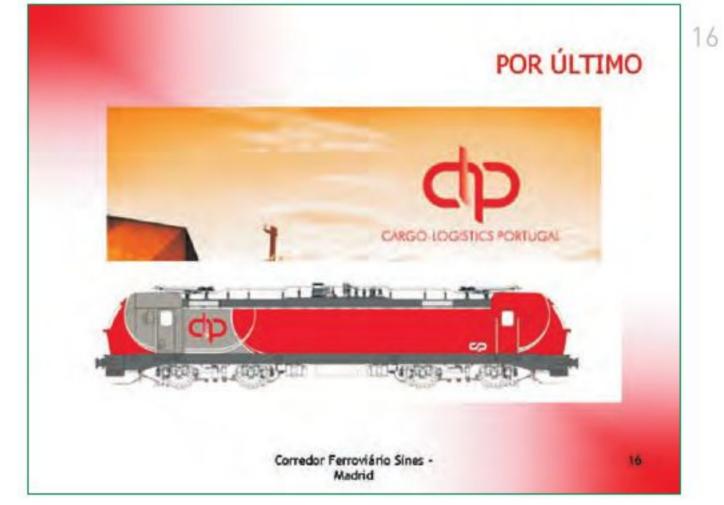
Corredor Ferroviário Sines -

# COMO CHEGAR A MADRID

# O que está na mão do Operador fazer:

- Orientação para o Cliente
- Eficácia comercial baseada na rentabilidade dos fluxos e na diversificação de produto e cliente
- Eficácia operacional no planeamento e gestão de recursos
- Parceiros de cooperação em negócios sustentáveis
- Substituição e modernização de material circulante
- Estabilidade de objectivos
- Extensão natural de alguns tráfegos a destinos próximos da fronteira

Corredor Ferroviário Sines -Madrid 15



Muito Obrigado pela V. Atenção.

afmendes@cp.pt

Corredor Ferroviário Sines - Madrid



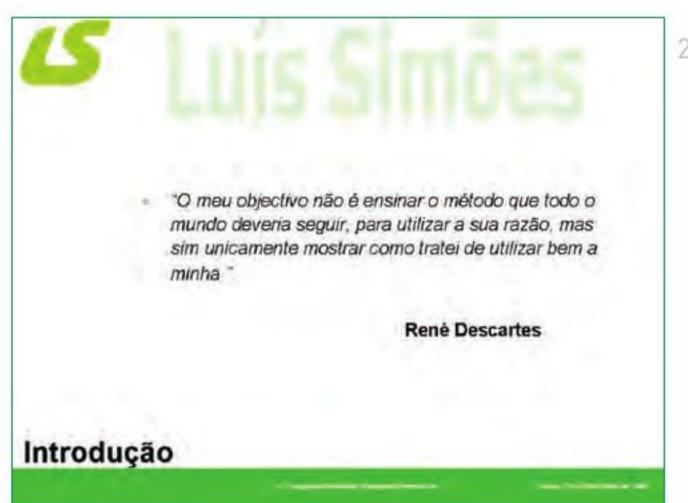
80



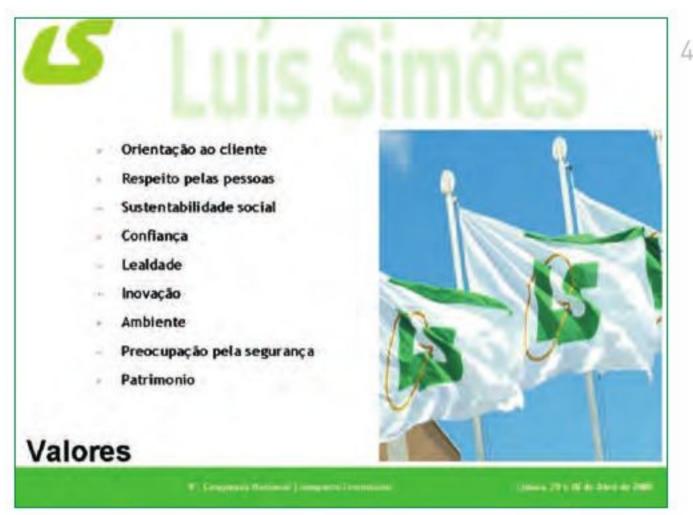
# O Corredor Ferroviário Sines - Madrid

Sr. Manuel Valentim, Luís Simões



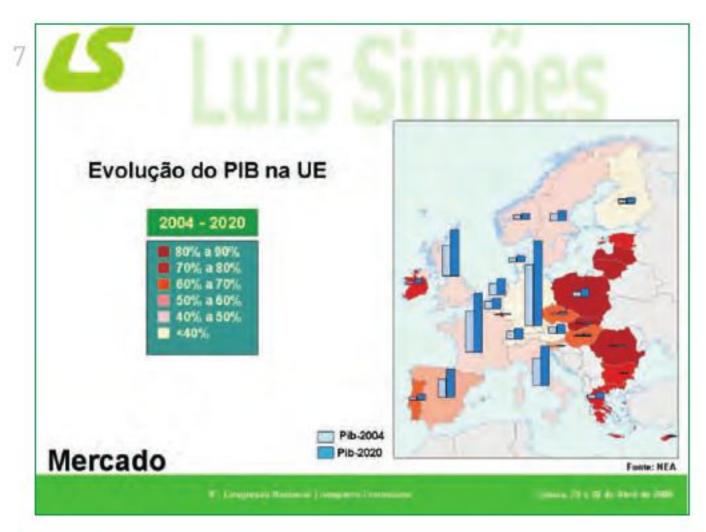




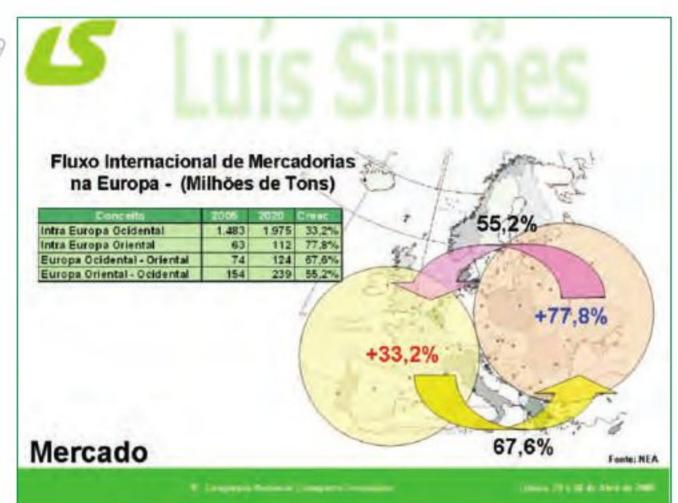


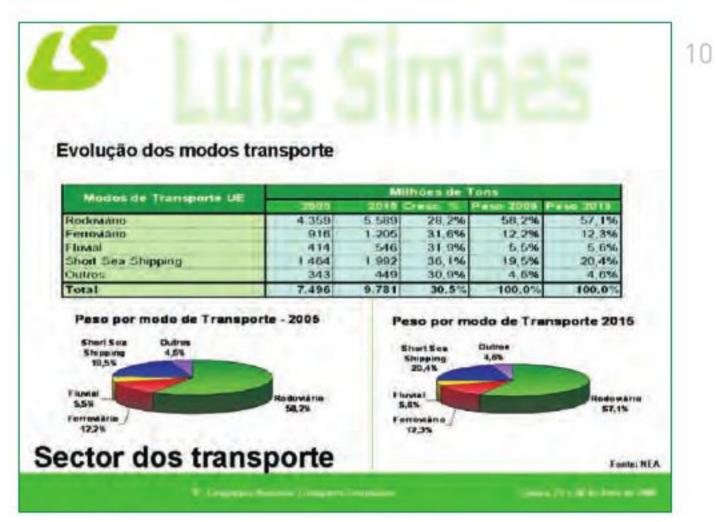


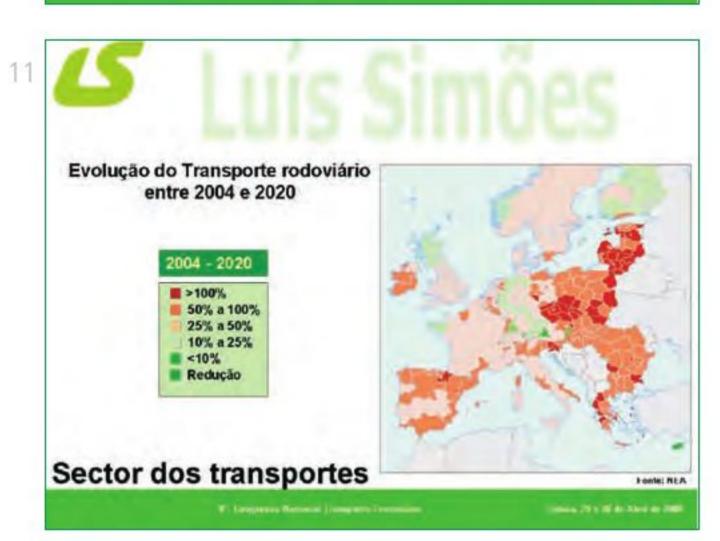


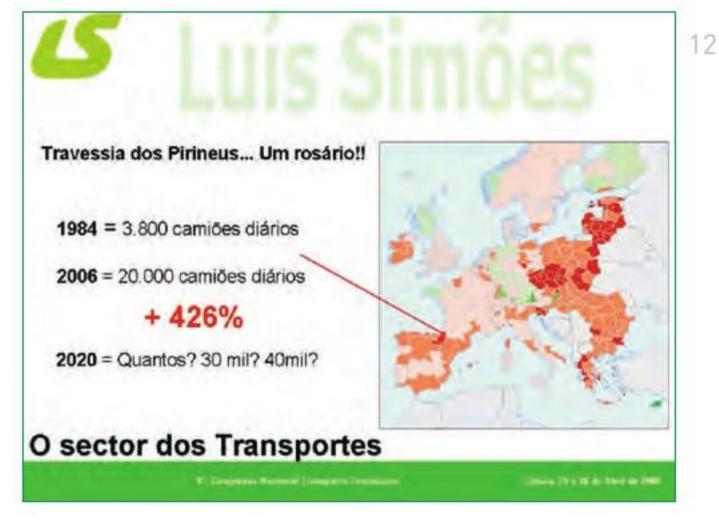


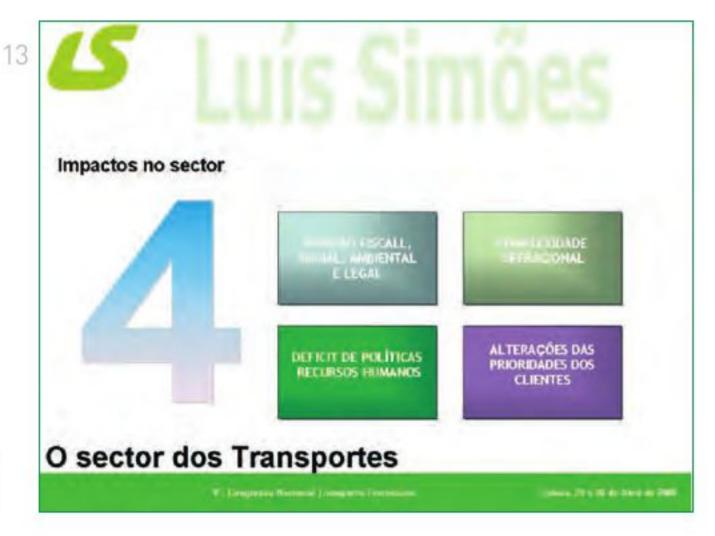


















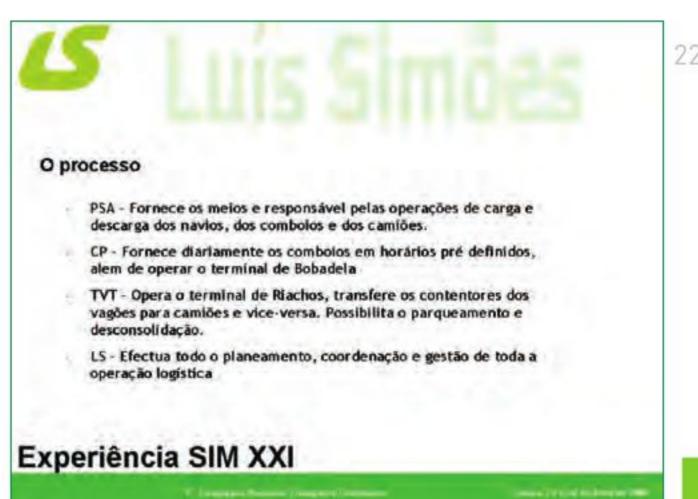








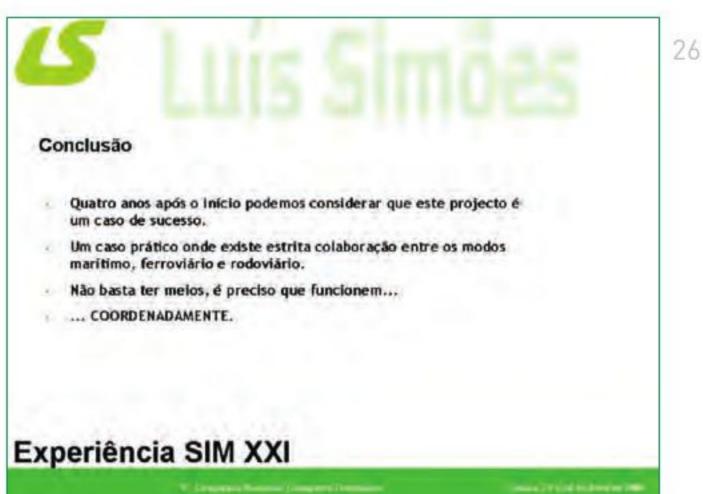




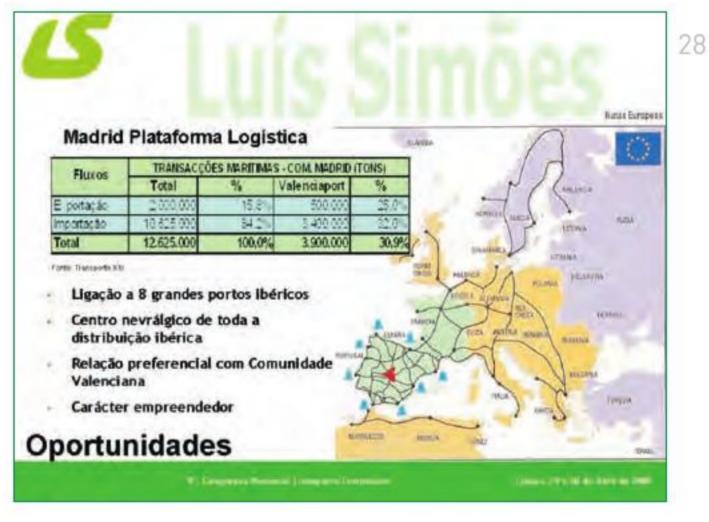


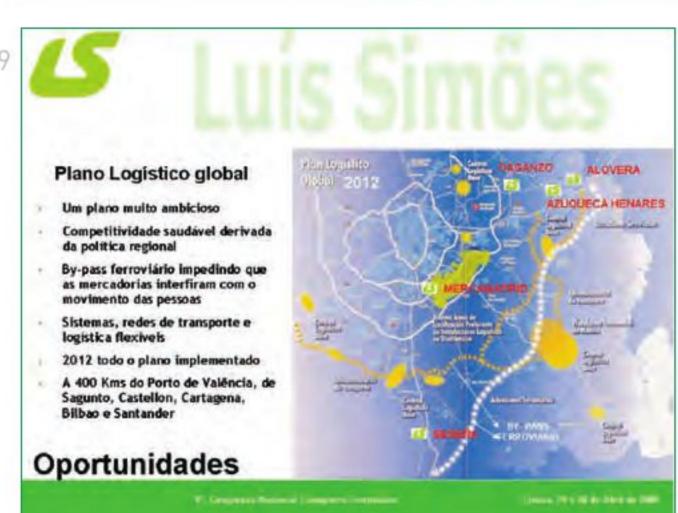






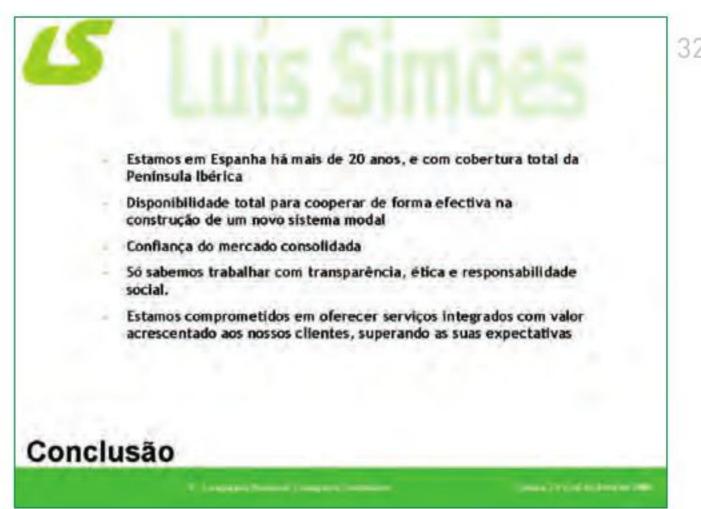




















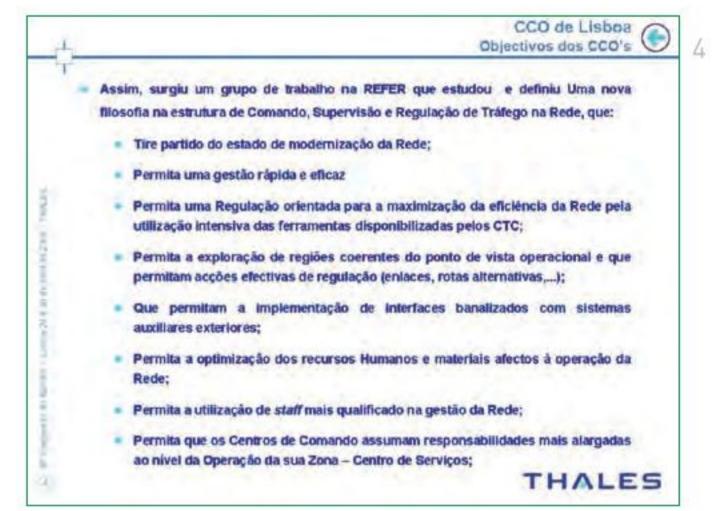
### Centro de Comando Operacional: Um Caso Prático

Eng<sup>o</sup> João Salgueiro, Thales



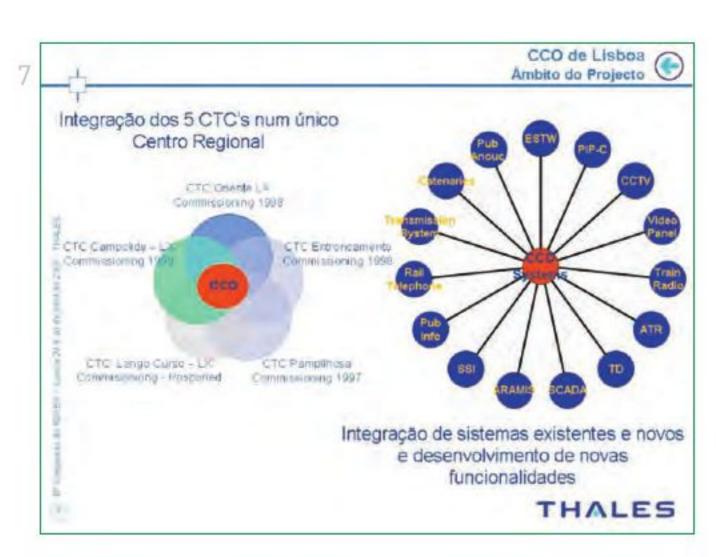




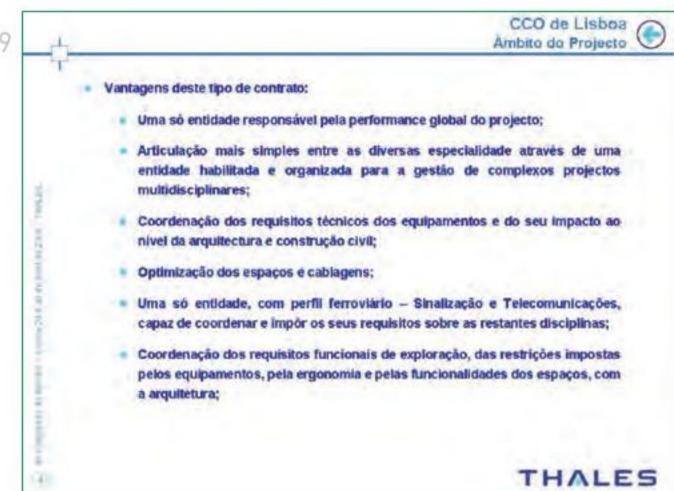


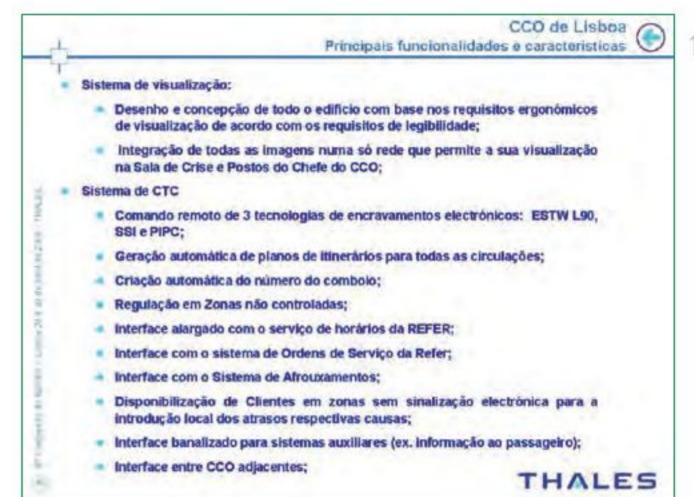


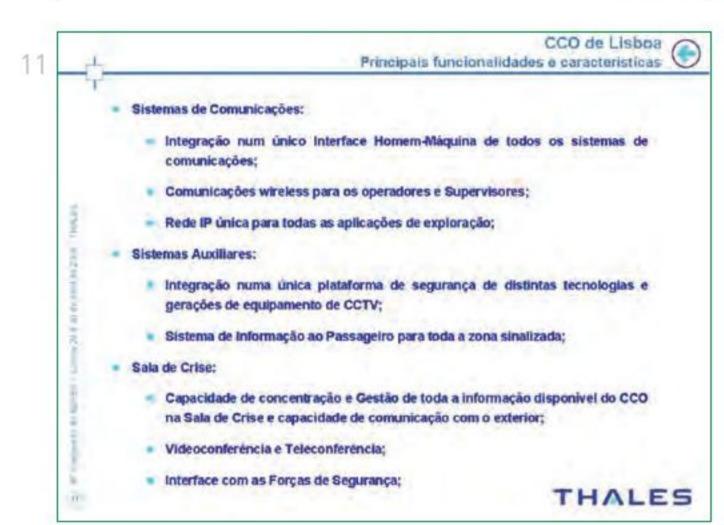














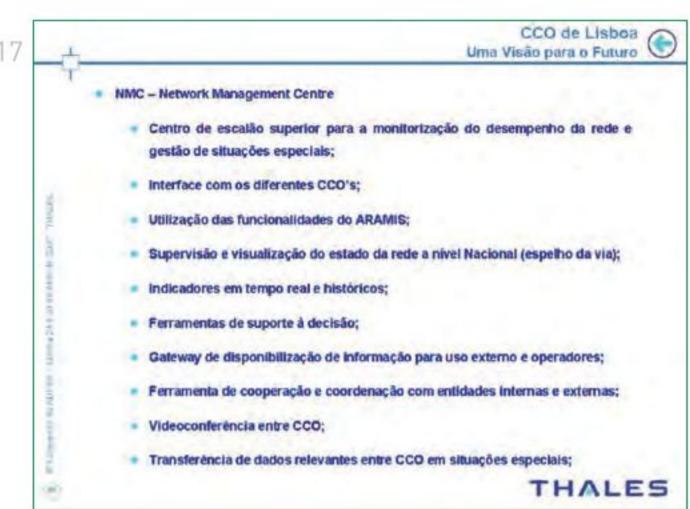


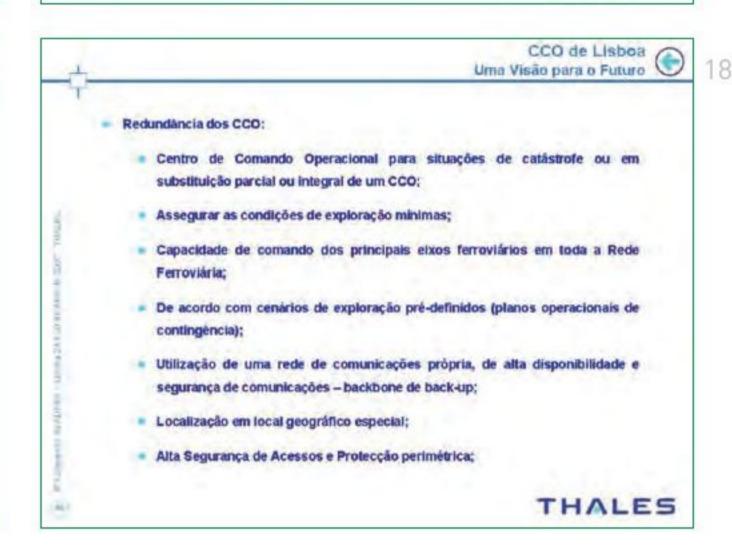


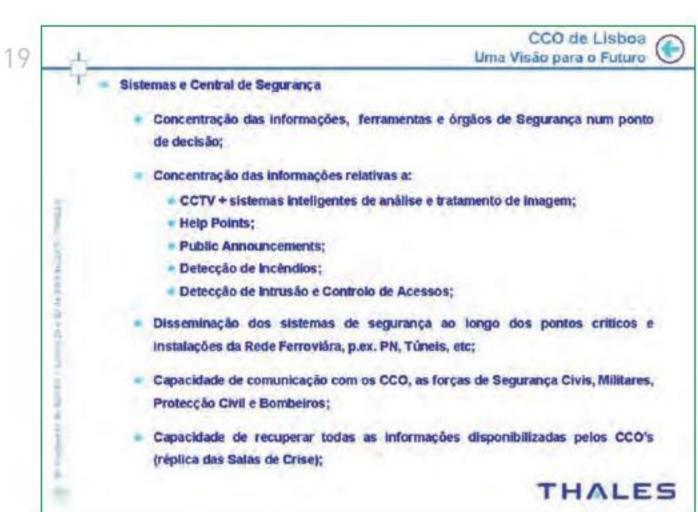
14















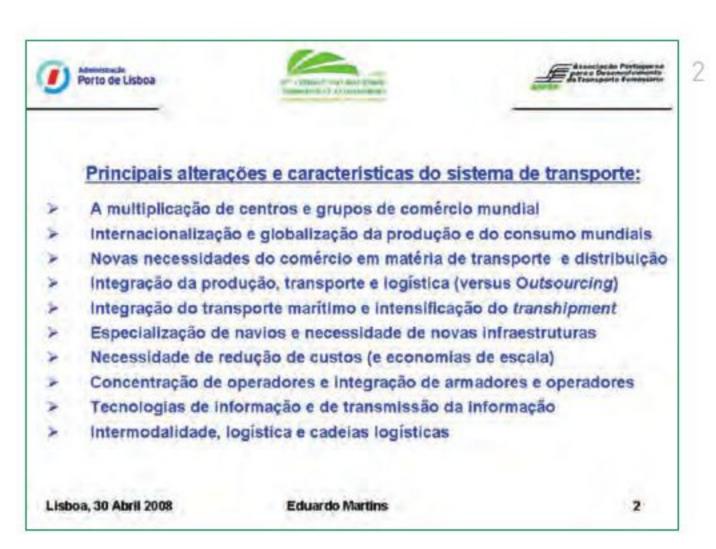




### A Problemática do Transporte Marítimo

Dr. Eduardo Martins, APL





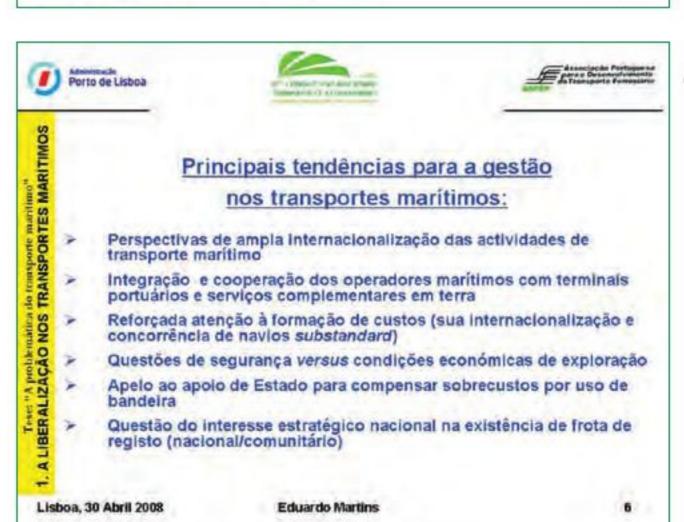






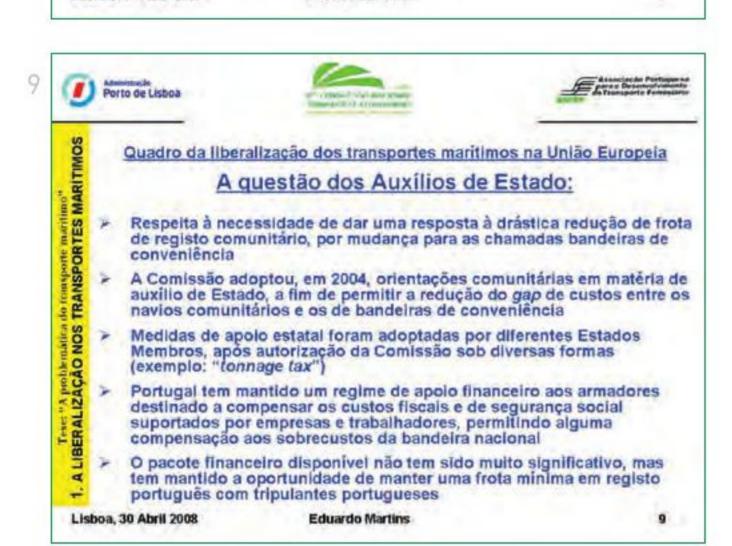
**Eduardo Martins** 

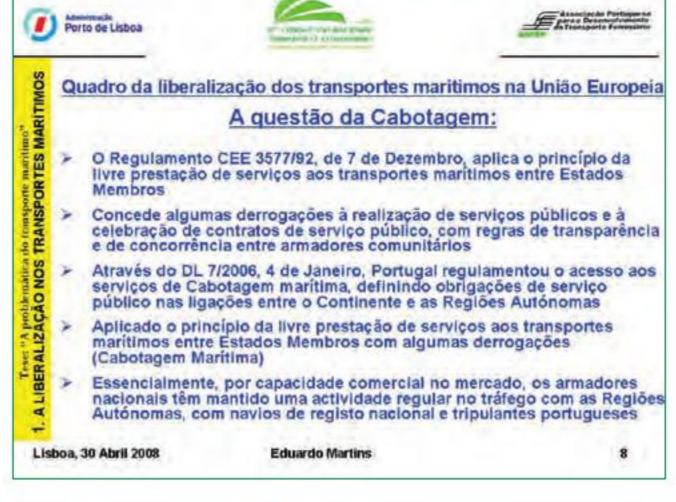
5

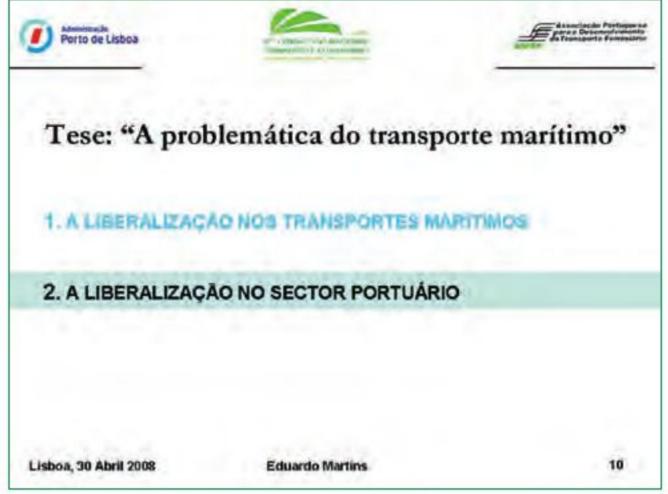


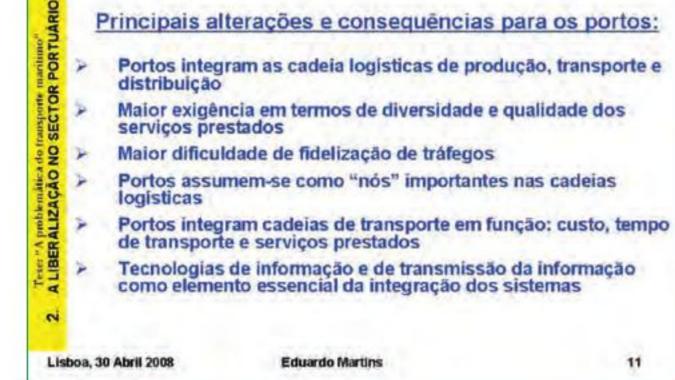
Lisboa, 30 Abril 2008





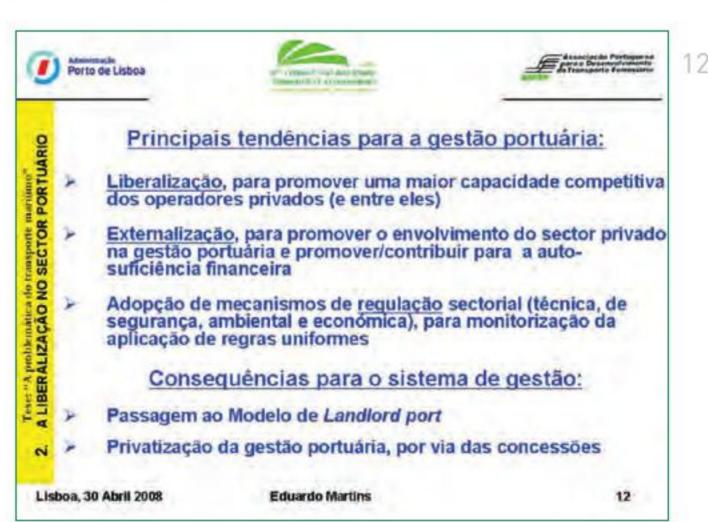


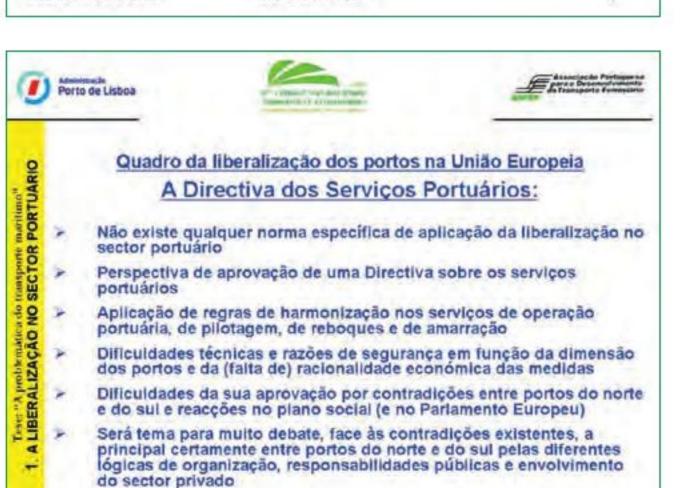




Porto de Lisboa

Lisboa, 30 Abril 2008





**Eduardo Martins** 

13

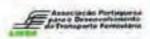


14



PORTUARIO





#### Quadro da liberalização dos portos na União Europeia

Uma nova iniciativa da Comissão:

#### Estabelecer um espaço sem barreiras para o transporte marítimo europeu

- Uma excelente iniciativa para a efectiva liberalização de serviços de transporte marítimo e portuários no espaço europeu
- Acabar com as barreiras de natureza fiscal, sanitária e de segurança que impedem um maior desenvolvimento do transporte marítimo
- LIBERALIZAÇÃO NO SECTOR Acabar com as burocracias das diferentes autoridades dos Estados, introduzindo instrumentos de monitorização e de seguimento dos navios através das novas tecnologias da informação e comunicação
  - Irá incentivar o chamado transporte marítimo de curta distância no espaço europeu e dar razão de ser ao projecto relativo às chamadas Autoestradas do Mar
- 4 > Foi sujeito a um processo de consulta pública até Abril de 2008

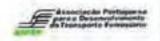
Lisboa, 30 Abril 2008

**Eduardo Martins** 

15

Porto de Lisboa





#### Liberalização dos transportes maritimos e portos na União Europeia

#### A título de conclusão:

- Os transportes marítimo e os portos serão dos sectores da economia em que o processo de mais internacionalização tem sido mais intenso
- No essencial, poderemos reconhecer que a liberalização do sector, nas suas diferentes componentes está concretizada
- ✓ Em Portugal, as questões essenciais da liberalização estão assumidas e têm sido adoptadas de forma consensual
- A participação do sector privado está assegurada nas principais áreas de negócio, com desalios interessantes que têm cativado novos investidores, que serão sempre bem-vindos

Lisboa, 30 Abril 2008

**Eduardo Martins** 

16









### Efeitos das Infra-estruturas e Serviços Ferroviários na Estrutura Urbana

Prof. João de Abreu e Silva, IST - CESUR e W2G Consultores Associados

#### 1. INTRODUÇÃO

É relativamente comum apontar para o facto de que as políticas de construção de infra-estruturas e sistemas de transportes, podem actuar como elementos catalizadores do crescimento e desenvolvimento económico, quer como instrumentos de suporte a políticas de reabilitação urbana. Alguns destes aspectos estão relacionados com proposições associadas às correntes do novo urbanismo e sustentam que (Handy, 2005):

- A construção de mais auto-estradas contribui para um aumento do *Urban Sprawl* e o aumento da área urbanizada de uma área metropolitana;
- A construção de mais auto-estradas contribui para um aumento da utilização do automóvel;
- O investimento em metros ligeiros aumenta as densidades urbanas nas zonas servidas por estes sistemas.

# 2. EFEITOS ECONÓMICOS E NO CRESCIMENTO URBANO

A provisão de infra-estrutura possui três tipos de benefícios bastante importantes: expansão dos mercados, concentração espacial e organização temporal (Rietveld e Bruinsma, 1998).

Os efeitos das infra-estruturas de transporte nos mercados de trabalho conduzem a um melhor funcionamento destes, uma vez que permitem um aumento das bacias de mão-de-obra (podendo reduzir níveis de desemprego) (Rietveld e Bruinsma, 1998). No longo prazo, estes efeitos são mais difusos, uma vez que, de acordo com as teorias económicas uma redução dos custos de transporte conduzirá à existência de padrões de uso do solo mais difusos, resultando em maiores distâncias casa-trabalho (idem). Estes efeitos estão relacionados com a indução



de crescimento urbano provocada pelos aumentos de acessibilidade de determinadas zonas, uma vez que, no longo prazo, os níveis de acessibilidade proporcionados pelos sistemas de transportes tendem a influenciar os processos de desenvolvimento urbano e as decisões de localização (Miller, 2003).

Os efeitos no bem-estar das famílias assentam no facto de que lhes é permitido residirem em casas maiores e num ambiente mais à sua escolha (Rietveld e Bruinsma, 1998).

Ao nível dos efeitos no preço do solo, as melhorias na infra-estrutura implicam uma redução nas rendas unitárias, mas poderão também implicar um aumento das rendas agregadas, uma vez que a dimensão das unidades habitacionais tenderá a aumentar (Rietveld e Bruinsma, 1998).

Quando as reduções nos custos de transporte (por melhoria da infra-estrutura) não são uniformes, ou apenas se concentram nalgumas partes da cidade ou área metropolitana, verifica-se a existência de crescimento nalguns locais (os directamente servidos) enquanto que outros poderão sofrer retracções (Rietveld e Bruinsma, 1998). Se as reduções dos custos de transporte forem modestas, então os principais efeitos poderão ser um aumento das rendas do solo da zona afectada (idem).

No entanto, a relação entre o investimento em infra-estruturas de transporte e o crescimento económico continua a ser objecto de controvérsia. Em várias ocasiões os economistas têm argumentado que a percepção comummente aceite de que o investimento em auto-estradas está ligado ao desenvolvimento e crescimento económicos é, na melhor das hipóteses, incompleto (Boarnet, 1996).

A política de infra-estruturação é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento regional, uma vez que não garante, por si só um desenvolvimento regional favorável, apenas cria condições para se poderem atingir os objectivos desse desenvolvimento regional (Nijkamp, 1986).

Estudos recentes têm argumentado que, no caso de determinadas auto-estradas, estas têm contribuído não para o crescimento económico mas para a sua redistribuição territorial para zonas

próximas destas infra-estruturas (Giuliano, 1989; Boarnet, 1996; Handy, 2005).

O desenvolvimento de sistemas de transportes nos últimos 50 anos, em particular nos Estados Unidos, foi bastante forte, o que significa que as novas infra-estruturas, mesmo que de grande dimensão, possuem impactes relativos muito mais reduzidos, do ponto de vista regional (Giuliano, 1989). Ou seja, os custos de transporte reduziram-se fortemente em paralelo com as diferenças de acessibilidade dentro das áreas metropolitanas, em grande parte devido à redução dos custos de transporte (idem). Os resultados de vários estudos empíricos realizados sobre este tema apresentam resultados contraditórios e não totalmente conclusivos.

#### 2.1. Sistemas ferroviários pesados

A construção de linhas de comboio suburbano em várias cidades dos EUA durante a década de 60 apresentou resultados consistentes com as teorias da localização desenvolvidas pela economia urbana. Ou seja, a redução de custos provocada por estes sistemas contribuiu para a expansão das áreas urbanizadas (tanto em emprego como em população), embora de uma forma clusterizada e contribuindo para um maior policentrismo das áreas metropolitanas, que, caso contrário, não teria existido (Cervero e Landis, 1995).

Analisando os impactes produzidos em cinco estações não centrais dos sistemas ferroviários construídos em *Washington D.C.* (WMATA) e em *Atlanta* (MARTA), Cervero (1994) concluiu existirem evidências de impactes positivos destes sistemas sobre o desenvolvimento urbano em seu redor. Esta análise encontrou relações positivas entre as rendas dos espaços comerciais e o volume de passageiros destes sistemas (Cervero, 1994) e que estas eram as relações mais importantes na explicação das rendas dos espaços comerciais, suplantando a variável volume de tráfego nas autoestradas próximas (idem).

Cervero e Landis (1997) analisaram os efeitos na alteração dos usos do solo provocados pelo BART (Bay Area Rapid Transit) na Área Metropolitana de San Francisco, tendo concluído que a nível regional os impactes foram modestos e que de entre estes, os principais resultaram do facto de ter ajudado o centro de San Francisco a manter a primazia na hierarquia urbana regional (Cervero e Landis, 1997).

Existem algumas evidências de que o BART tenha contribuído para a emergência de uma área metropolitana polinucleada, tal como se previa no plano original de 1956 (Cervero e Landis, 1997). No entanto, nas imediações de várias estações suburbanas o crescimento em serviços parece ter-se orientado mais em função dos corredores das auto-estradas (idem). Provavelmente as maiores alterações de usos do solo nas proximidades das estações do BART consistiram no aparecimento de um considerável número de edifícios de habitação plurifamiliares (ibidem).

Cervero e Landis (1997) argumentam que o papel das várias autoridades municipais na promoção da urbanização da envolvente das estações foi claramente insuficiente, não tendo sido a construção do BART uma condição suficiente para promover a urbanização em redor das estações, embora nos casos dos municípios que o souberam capitalizar fosse um importante contribuidor para tal.

Giuliano (1989) aponta que as explicações avançadas para estes resultados se basearam, em vários casos, na existência de políticas de zonamento e atitudes políticas no sentido de evitar um aumento das densidades. Por outro lado, também surgiram argumentos no sentido de que a durabilidade do *stock* de capital implica longos períodos de reacção a este tipo de estímulos (Giuliano, 1989). Outro argumento, reside no facto de que os aumentos de acessibilidade proporcionados pelos sistemas ferroviários são bastante localizados e por isso o seu peso modal é reduzido, fazendo com que os seus impactes na alteração dos usos do solo seja reduzida (idem).

#### 2.2. Metros ligeiros

Estudos sobre sistemas de metro ligeiro produziram efeitos modestos para além das zonas centrais das cidades onde foram implementados (Cervero e Landis, 1995). As razões estão parcialmente associadas ao facto destes usarem antigos espaços canais com pouco potencial de desenvolvimento (idem). Handy (2005) afirma que, uma vez que a maior parte dos sistemas de metro ligeiro são desenhados para servir zonas já urbanizadas, o seu impacte no crescimento e nas alterações dos tempos de viagem é mais limitado. Os impactes ao nível da acessibilidade podem influenciar os locais onde se localiza o crescimento, normalmente através dos corredores ou das estações servidas, embora este efeito seja

mais uma redistribuição do crescimento (Handy, 2005). Este tipo de efeitos pode aumentar a procura de TC, e funcionar como um catalizador para a renovação urbana de determinadas áreas (idem).

Berechman e Paaswell (1983) analisaram os impactes (económicos, ao nível da acessibilidade e na atractividade do comércio) na área central de *Buffalo*, decorrentes da construção de um novo sistema de metro ligeiro. Concluíram que este investimento era uma condição necessária, mas não suficiente, para a revitalização da área, uma vez que outras políticas públicas não relacionadas com este investimento poderiam conflituar com os benefícios por ele introduzidos, anulando parcial ou totalmente os seus benefícios (Berechman e Paaswell, 1983).

Este tipo de políticas consiste em impor limitações urbanísticas, actuando ao nível dos usos do solo permitidos e da sua intensidade, como por exemplo, limitando a quantidade de novos edifícios de serviços (idem).

A questão em relação ao plano em que estes investimentos em transportes permitem aumentar significativamente a facilidade de se aceder (diminuição dos custos generalizados de transporte) à respectiva zona servida, mas podem não aumentar significativamente a atractividade dessa zona uma vez que esta é também função dos usos aí existentes, da sua intensidade, da variedade e da qualidade das actividades aí desenvolvidas, assim como das percepções de conforto e segurança na utilização da zona (Berechman e Paaswell, 1983). Todos estes aspectos são ainda condicionados pelas políticas urbanísticas e de ordenamento do território, assim como, pela existência ou não de investimento privado (idem).

Neste sentido, a inexistência de coordenação de políticas a nível da cidade ou da área metropolitana, que garantam estes objectivos é, provavelmente, a maior ameaça ao seu sucesso (ibidem). Estas conclusões são confirmadas por Handy (2005) numa revisão de vários estudos sobre os impactes provocados por sistemas de metros ligeiros.

#### 2.3. Alta velocidade ferroviária

A alta velocidade pode ser responsável por processos de integração metropolitana que se estendem a distâncias de até 200 km (Coronado et al.,



2004). Esta integração é concerteza condicionada pelas características do serviço disponível (idem), o qual possui normalmente frequências inferiores aos serviços suburbanos convencionais.

Blum et al (1997) apontam um conjunto de efeitos de organização espacial proporcionada pela alta velocidade ferroviária. O primeiro consiste na ligação ponto a ponto de cidades (ou do seu centro) situadas a uma longa distancia umas das outras, competindo neste caso com o transporte aéreo (ex. Paris - Lyon, Paris - Londres ou Tokyo -Osaka). Estes tipos de ligação têm sucesso e possuem importantes vantagens face ao transporte aéreo, das quais os aspectos ambientais não são despiciendos. Neste caso o número de regiões directamente afectadas por estas ligações é relativamente pequeno. No segundo caso, o sistema de ligações em alta velocidade liga várias cidades, contribuindo para a criação de uma região com elevados níveis de acessibilidade intra-regional, possibilitando inclusive o aparecimento de relações pendulares entre as mesmas e criando importantes vantagens competitivas nos corredores servidos por este serviço. Estes efeitos podem ser potenciados quando coexistem ligações ferroviárias e rodoviárias de elevada capacidade e quando as estações ferroviárias estão dotadas de serviços feeder com elevados níveis de desempenho (Blum et al, 1997).

Pol (2003) aponta para o facto de que o impacte de novos sistemas de transportes depende do comportamento espacial dos actores urbanos. Uma ligação em alta velocidade pode ter efeitos catalisadores na economia regional quando atrai novas actividades ou efeitos de facilitação, quando a nova infra-estrutura acomoda o crescimento económico já preexistente. O advento da alta velocidade pode ser benéfico para as cidades que já possuem uma posição competitiva e um potencial de crescimento forte, uma vez que o aumento da acessibilidade provocado por estes novos serviços tende a potenciar estas vantagens já preexistentes. Mas, quando as dinâmicas de crescimento não são suficientemente fortes, os efeitos podem ser contrários, uma vez que a remoção das barreiras de acessibilidade pode conduzir à deslocalização de empresas serviços e actividades. Nas relações entre cidades pequenas/médias e metrópoles

importantes, criadas e/ou fortalecidas pela alta velocidade ferroviária são as metrópoles quem mais beneficia (de la Fuente *et al*, 2006).

Os efeitos especiais da alta velocidade estão, de um modo geral, de acordo as seguintes hipóteses apontadas por Vickerman (1997) com base na análise de vários projectos de alta velocidade já implementados à altura:

- A alta velocidade tem um efeito de aumento da concentração das actividades económicas nas principais conurbações;
- O desenvolvimento de benefícios para as regiões servidas por alta velocidade ferroviária requer o desenvolvimento de políticas complementares;
- O padrão que resulta não é de uma redução mais ou menos homogénea do espaço mas antes um padrão mais complexo em que os maiores aglomerados anteriormente periféricos beneficiam em detrimento de centros secundários em zonas mais centrais.

Os resultados de vários estudos empíricos realizados até ao momento apontam para conclusões que corroboram as hipóteses apontadas por Vickerman (1997).

Baseando-se nos casos de Ciudad Real e Puertollano de la Fuente et al (2006) concluem que a alta velocidade tende a ser benéfica para as cidades terciarizadas, estando associadas a um maior crescimento demográfico, consolidação do potencial de mercado, oferta turística e mercado imobiliário, enquanto que para a cidade industrial os efeitos são contrários. A comparação entre a alta velocidade e a acessibilidade proporcionada por infra-estruturas rodoviárias (auto-estrada) aponta para o facto de que a rodovia permite melhores condições de sobrevivência às cidades industriais (de la Fuente et al, 2006). A alta velocidade permite à cidade terciária e á sua envolvente imediata aumentarem a sua atractividade para a localização de equipamentos de transporte de mercadorias por rodovia, por oposição a cidades industriais inicialmente melhor equipadas para tal (idem).

O efeito do AVE sobre Ciudad Real é muito mais forte do que sobre Puertollano, em parte também porque a zona da estação possuía espaço para novos desenvolvimentos urbanísticos na sua proximidade ao contrário de Puertollano onde esta se localizava numa zona consolidada (Martinez et al, 2002). Ambas as estações se converteram em núcleos de transferência modal nas relações com Madrid, o raio de influência da estação de Ciudad Real é de 30 km (idem). Os efeitos que favorecem a existência de commuters entre Madrid e Ciudad Real e Puertollano são os tempos de viagem (reduzidos), a frequência elevada dos serviços e a política tarifária. O AVE fez com que Ciudad Real se tenha transformado num centro atractor de residências relativamente aos restantes núcleos urbanos da província (idem)

Sasaki et al (1997) estudaram a rede do Shinkansen e os efeitos que a sua expansão teria nas regiões do Japão, nomeadamente ao nível da dispersão espacial das actividades económicas. As suas conclusões vão no sentido de que a expansão da rede do Shinkansen conduz a alguma dispersão das actividades económicas, mas só por si não resolve os problemas de excessiva aglomeração, uma vez que os efeitos de stock das linhas existentes funciona de forma favorável para as regiões desenvolvidas e a construção de novas linhas nas zonas periféricas também aumenta os níveis de acessibilidade das regiões desenvolvidas (Sasaki et al, 1997).

Facchinetti-Mannone (2005), aponta um conjunto de resultados decepcionantes face ás expectativas iniciais nas estações de TGV em cidades de pequena dimensão. Estas estações localizaram-se no exterior destas cidades não conseguindo por isso desempenhar funções de polarização, sendo que os seus efeitos no território se manifestaram de forma bastante difusa.

#### 3. SÍNTESE E CONCLUSÕES

É comummente aceite pela maioria dos decisores políticos que o investimento em infra-estruturas e serviços de transporte é um factor importante para o crescimento económico das cidades e regiões, assim como para a revitalização urbana de áreas deprimidas. No entanto, a investigação aplicada sobre estes temas não tem produzido resultados suficientemente conclusivos que permitam corroborarestas percepções.

Os principais benefícios económicos a longo prazo proporcionados pelas infra-estruturas de

transportes são o aumento dos níveis de acessibilidade que permitem a expansão dos mercados e o aumento das bacias de mão-de-obra. Ao nível da reabilitação urbana, argumenta-se que o aumento de acessibilidade proporcionado pelas infra-estruturas e serviços de transporte permite reabilitar zonas deprimidas. No entanto, vários autores apontam para o facto de que as políticas de investimento em transportes podem ser uma condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento regional. Aliás, há mesmo autores que argumentam que as infra-estruturas de transporte contribuem mais para a redistribuição territorial do crescimento económico do que para o seu aumento.

Os vários estudos empíricos analisados, apontam para o facto de que a acessibilidade proporcionada pelas infra-estruturas de transporte é uma condição necessária para a indução de crescimento urbano ou revitalização de áreas urbanas deprimidas, mas não é suficiente, dependendo de um conjunto mais alargado de medidas de política urbana ou regional que podem potenciar ou anular os seus efeitos. Aliás, e considerando os efeitos potencialmente provocados pela alta velocidade ferroviária, estes são muitas vezes assimétricos aumentando fortemente a acessibilidade entre cidades importantes localizadas em diferentes regiões, mas aumentando as desigualdades dentro das várias regiões (Gutierrez, 2001) entre as principais conurbações e as cidades de menores dimensões excêntricas aos principais corredores da alta velocidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Berechman, Joseph e Paaswell, Robert E. (1983), Rail Rapid Transit Investment and CBD Revitalisation: Methodology and Results, in Transport and Land Use, Joseph Berechman, Hirodata Kohno, Kenneth J. Button and Peter Nijkamp (eds.), 1996, Edward Elgar, Cheltenham.

Boarnet, Marlon G. (1996), *The Direct and Indirect Economic Effects of Transportation Infrastructure*, UCI-ITS-WP-96-4, www.uctc.net, acedido em Maio de 2005.

Blum, U. et al (1997), Introduction to the special issue The regional and urban effects of high-speed trains, The Annals of Regional Science, 31, pp 1 - 20.



Cervero, Robert (1994), Rail Transit and Joint Development. Land Market Impacts in Washington, D.C. and Atlanta, in Environment Land Use and Urban Policy, David Banister, Kenneth Button e Peter Nijkamp (eds.), 1999, Edward Elgar, Cheltenham.

Cervero, Robert e Landis, John (1995), Development Impacts of Urban Transport: A US Perspective, in Transport and Urban Development, David Banister (ed.), E&FNSPON, London.

Cervero, Robert e Landis, John (1997), Twenty years of the Bay Area Rapid Transit System: Land Use and Development Impacts, in Environment Land Use and Urban Policy, David Banister, Kenneth Button e Peter Nijkamp (eds.), 1999, Edward Elgar, Cheltenham.

Coronado, José M. et al (2004), Alta velocidad, integración metropolitana y proyectos territoriales. El caso de Ciudad Real y Puertollano, Urban, 9, pp 30-44.

de la Fuente, Raul Serrano et al (2006), Análisis de las consecuencias territoriales del AVE en ciudades pequeñas: Ciudad Real y Puertollano, Estudios Geográficos, LXVII, 260, Enero-Junio, pp 199-229.

Facchinetti-Mannone, Valérie (2005), Efectos espaciales de las estaciones del TGV implantadas en la periferia de las ciudades pequeñas, Ingeniería y Territorio, nº 70, pp 22-27.

Giuliano, Genevieve (1989), New Directions for Understanding Transportation and Land Use, Environment and Planning - A, vol. 21, pp 145-159, Reprint UCTC no 2, www.uctc.net, acedido em Agosto de 2004.

Gutierrez, Javier (2001), Location, economic potential and daily accessibility: an analysis of the accessibility impact of the high speed line Madrid-Barcelona-French border, Journal of Transport Geography, 9, pp 229-242.

Handy, Susan (2005), Smart Growth and the transportation - Land use connection: What does the research tells us?, International Regional Science Review, 28 (2), pp 146-167, http://repositories.cdlib.org, acedido em Agosto de 2005.

Martinez, José Maria M. et al (2002) El AVE en Ciudad Real y Puertollano. Notas sobre su incidencia en la movilidad y el territorio, Cuadernos de Ingenieria y Territorio 2, E.T.S.I Caminos, Canales y Puertos Universidade de Castilla - La Mancha.

Miller, Eric J. (2003), Land Use Transportation Modeling, in Transportation Systems Planning, Methods and Applications, Kostadinos G. Goulias (ed), CRC Press, Boca Raton.

Nijkamp, Peter (1986), Infrastructure and Regional Development: A Multidimensional Policy Analysis, in Transport Infrastructure, Roger Stough, Roger Vickerman, Kenneth Button e Peter Nijkmap (eds.), 2002, Edward Elgar, Cheltenham.

Pol, Peter M. J. (2003), The Economic Impact of the High-Speed Train on Urban Regions, ESRA Econ Papers http://www.ersa.org, acedido em Junho 2008.

Rietveld, Piet e Bruinsma, Frank (1998), Is Transport Infrastructure Effective? Transport Infrastructure and Accessibility: Impacts on the Space Economy, Springer-Verlag, Berlin.

Sasaki, Komei et al (1997), High-speed rail transit impact on regional systems: does the Shinkansen contribute to dispersion?, The Annals of Regional Science, 31, pp 77 - 98

Vickerman, Roger (1997), High-speed rail in Europe: experience and issues for future development, The Annals of Regional Science, 31, pp 21 - 38.



### Análise e Avaliação do Desempenho de Gares de Triagem

Eng<sup>o</sup> Marin Varbanov Marinov, IST - NISPT

#### **CURRICULUM VITAE**

Nascido em 1976, em Sofia, é Engenheiro Ferroviário.

Presta apoio pedagógico no grupo de Infra-estruturas, Sistemas e Políticas de Transportes do Instituto Superior Técnico, integrando projectos de investigação deste grupo e exercendo a função de tutor em teses de Mestrado.

Formou-se em 1999, em Tecnologia, Organização e Gestão do Sistema Ferroviário, na Escola Superior de Transportes, em Sofia, Bulgária.

Desenvolveu estudos e análises sobre: as Capacidades e desenvolvimento sustentável de Infra-estruturas Ferroviárias, a Organização da Gestão do movimento dos comboios, o Nível de desempenho de companhias ferroviárias, a Optimização da escolha de investimento.

Participou em projectos de consultadoria de âmbito nacional e internacional na área de transportes, em particular na gestão da infraestrutura ferroviária, no quadro regulador dos transportes públicos e no transporte ferroviário de mercadorias.

Doutorou-se em Transportes no ano de 2007, no Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico apresentando uma tese de doutoramento que trata aspectos de análise e avaliação do desempenho de gares de triagem.

#### **RESUMO**

O estudo concentra-se nos aspectos de análise e avaliação do desempenho de gares de triagem. As gares de triagem têm uma importância elevada para a eficiência e a qualidade dos serviços realizados pelos operadores ferroviários de mercadorias. Estas instalações apresentam dificuldades para a sua descrição e avaliação, e merecem um exame cuidadoso. Os operadores ferroviários de mercadorias efectuam serviços em rede. Uma gare de triagem que funcione mal pode afectar todo o serviço. Então, o resultado final do transporte de mercadorias torna-se facilmente num serviço de baixa qualidade e o sistema sofre custos elevados no longo prazo. No contexto deste trabalho, são elaboradas e implementadas ferramentas de confiança para a análise e a avaliação do desempenho das gares de triagem usando uma abordagem sistémica. Estas ferramentas são de grande importância para a gestão táctica do transporte ferroviário de mercadorias, quando se procuram obter benefícios globais. Os produtos e resultados desta investigação são testados e validados para o caso concreto de um operador ferroviário de mercadorias (i.e. CP - Carga).

#### PALAVRAS-CHAVE:

- Transporte Ferroviário de Mercadorias,
- Análise de Desempenho,
- Avaliação,
- · Gares de Triagem,
- Filas de Espera,
- Simulação

#### **OBJECTIVOS**

Esta investigação tem por objectivo elaborar ferramentas que permitam analisar e avaliar com elevado grau de confiança os desempenhos nas gares



de triagem. Assim o objecto desta investigação é a "Gare de Triagem", cuja principal função é produzir comboios de mercadorias.

#### CONCEITO

Cada gare de triagem tem um leque finito de recursos envolvidos e por isso considera-se como um sistema de produção com capacidade limitada.

#### **ABORDAGEM**

Para estudar os desempenhos de gares de triagem, é adoptada e implementada uma abordagem sistémica. Esta abordagem tem por objectivo revelar a melhor maneira de operação dum sistema e é composta por quatro etapas:

- Formulação esta parte tem por objectivo especificar as características da situação corrente eassim, identificar e isolar o problema.
- II. Modelação esta parte tem por objectivo desenvolver uma replicação adequada (i.e. um modelo) do sistema real que pode ser usada para promover uma melhor compreensão da operação e funcionamento deste sistema.
- III. Avaliação Depois do modelo criado, o passo seguinte é utilizar este modelo para avaliar o desempenho do sistema sob investigação. O objectivo principal desta parte é identificar e promover alternativas de funcionamento do sistema, procurando uma nova configuração dos componentes do sistema. Esta é a parte de experimentação, onde se poderão alcançar melhorias para o sistema. As alternativas identificadas são avaliadas através de medidas de desempenho, tais como: tempos de espera, tempos do serviço, comportamento das filas de espera, utilização dos recursos indicando os níveis de eficiência/produção do sistema.
- IV. Decisão considerando a informação obtida da parte de avaliação, selecciona-se a melhor alternativa em conformidade com os objectivos principais da Empresa (em termos gerais os objectivos principais são: maximizar lucro no longo prazo, maximizar ganho e minimizar custo). A tomada de decisão (i.e., seleccionar a melhor

alternativa) é um processo simples quando os objectivos e as medidas de desempenho aplicadas são relativamente simples. No entanto, a tomada de decisão pode ser um processo bastante complicado quando dimensões múltiplas são envolvidas.

#### **ENQUADRAMENTO**

Considerando os três níveis clássicos de tomada de decisão (i.e., estratégico, táctico e operacional) este estudo enquadra-se no nível "Táctico". Foram estudadas tarefas que se encontram, e que têm resolução neste nível, tais como: "Desenho da Rede de Serviços", "Provisão de Vagões Vazios", "Distribuição de Tráfego", "Políticas das Gares", "Políticas das Linhas" e "Políticas da Rede".

- "Desenho da Rede de Serviços" identifica os fluxos do transporte, as quantidades e os tipos de mercadorias, as origens e os destinos, os itinerários (existentes) possíveis na rede, etc.
- "Provisão de Vagões Vazios" especifica o esquema táctico geral para satisfazer o desejo do cliente com os vagões vazios
- "Distribuição de Tráfego" especifica o movimento dos vagões carregados e vazios dentro e entre áreas geográficas definidas
- "Políticas das Gares" especifica as capacidades, o nível de produção, o nível de eficiência e o nível de utilização das gares de triagem
- "Políticas das Linhas" especifica as capacidades das linhas ferroviárias e o movimento dos comboios de mercadorias nas linhas ferroviárias
- "Políticas da Rede" especifica a organização do movimento dos comboios de mercadorias na rede ferroviária envolvendo a "Política das Gares" e a "Política das Linhas"

O sistema real não pode ser usado para fins experimentais. Em vez disso, são necessários modelos realísticos que reproduzam adequadamente o funcionamento das gares de triagem. Há modelos físicos, modelos conceptuais e modelos matemáticos. Para os objectivos definidos neste trabalho são aplicados modelos conceptuais e matemáticos. Os modelos são elaborados com base na teoria de filas de espera. Para modelar os desempenhos de gares de triagem, foi utilizado um método de decomposição. Este método permite partir o sistema em estudo em componentes, considerando que todos os

componentes pertencem a um sistema completo. Assim, é possível analisar e avaliar o desempenho de cada componente separadamente e também do sistema completo sem negligenciar o nível de influência e o impacto cruzado entre os componentes do sistema.

A área deste estudo concentra-se na "Política das Gares" com alguns elementos de "Politica da Rede".

#### **MÉTODOS APLICADOS**

Os métodos aplicados para abordar estas tarefas foram Modelos Analíticos de Filas de Espera e Simulações. Os primeiros envolvem filas G/G/m e permitem rapidamente obter informação sobre as características do sistema em estudo. Contudo, os modelos analíticos não permitem uma análise detalhada, não consideram flutuações aleatórias nos processos operacionais e também não capturam o impacto global entre os componentes do sistema. Para considerar estes factores, para reproduzir adequadamente os desempenhos de gares de triagem e também para confirmar os resultados obtidos dos modelos analíticos foram elaborados modelos de simulação do funcionamento de gares de triagem, executados com o pacote de simulação SIMUL 8.

Uma vez elaborados os modelos, deu-se início à sua aplicação sobre dados empíricos. Os modelos elaborados são ferramentas potenciais para a análise e a avaliação dos desempenhos de gares de triagem, contudo, só provando o seu nível elevado de confiança, se poderão considerar como ferramentas de confiança. Sendo assim, os modelos elaborados foram validados e testados através de três gares de triagem, mostrando a potencialidade das ferramentas.

#### ASPECTOS TÉCNICOS

Para os objectivos de modelação do funcionamento das gares de triagem, é implementada a abordagem de decomposição. Assim, as gares de triagem sob investigação são decompostas em áreas. Em cada área são efectuados vários processos operacionais distintos, tais como:

- Chegada dos comboios de mercadorias
- Inspecção técnica e comercial
- Classificação dos grupos dos vagões
- · Desfazer o comboio de mercadorias

- Arrumar a triagem
- Revisão técnica das locomotivas
- Fazer um novo comboio de mercadorias
- Ensaio de freios
- · Partida dos comboios de mercadorias

Cada um destes processos operacionais caracteriza-se com um tempo de serviço e um tempo de espera. Somando estes tempos obtémse o principal parâmetro dos modelos elaborados de gares de triagem, que é o tempo médio de permanência do comboio de mercadorias.

Os nossos modelos de gares de triagem podem ser facilmente reproduzidos por analistas familiarizados com a Teoria de Filas de Espera e Simulações de Eventos Discretos.

#### **RESULTADOS OBTIDOS**

Os modelos elaborados foram implementados para analisar e avaliar o desempenho de três gares de triagem situadas em Portugal, nomeadamente: Gaia, Pampilhosa e Entroncamento.

Foram efectuadas várias experiências analisando a configuração destas estações sob diferentes condições. Em termos gerais, os nossos modelos sugerem que o operador ferroviário sob investigação deve focalizar explicitamente o seu esforço em estabelecer uma operação disciplinada, seguindo horários fixos para o movimento dos comboios e locomotivas em prestação do serviço. O planeamento deve tentar estabelecer as chegadas e partidas duma forma sequenciada, com intervalos adequados entre os comboios, que garanta uma operação não congestionada, considerando explicitamente as capacidades máximas das gares de triagem. Assim, o operador ferroviário vai poder experimentar uma operação não perturbada que se caracteriza com curtas filas de espera e baixos custos operacionais. Refira-se que, as curtas filas de espera e os baixos custos operacionais são determinantes para reduzir os custos anuais incorridos pela Empresa. A implementação da operação disciplinada na rede vai oferecer melhorias continuadas.

Uma medida importante obtida através dos nossos modelos é o nível de utilização das gares de triagem. Os resultados obtidos indicam uma utilização relativamente baixa. Em termos de Gaia



e da Pampilhosa a utilização baixa é por causa das capacidades físicas insuficientes. Este fenómeno não permite executar operações consecutivas em simultâneo. Sendo assim, o tempo de permanência é significativamente elevado, e o nível de produção é relativamente baixo.

Relativamente ao Entroncamento, considerando que esta gare de triagem é composta por 23 linhas envolvendo duas equipas a manobrar, as nossas análises sugerem que esta estação de concentração tem capacidade para servir cerca de 70 comboios de mercadorias por dia (a situação actual mostra uma carga de 35 comboios por dia). Aparentemente, o baixo nível de utilização no Entroncamento não se baseia na falta de capacidade física, nem na falta de recursos. Uma das razões para esta situação pode residir no tráfego insuficiente, e assim esta gare de triagem permanece subutilizada, aguardando simplesmente a chegada dos comboios. No entanto, podem haver outros factores para esta situação envolvendo o comportamento do pessoal, profissionalismo, motivação, etc., que não fazem parte deste estudo e não serão discutidos.

#### ASPECTOS INOVADORES

Os principais aspectos inovadores deste trabalho consistem em:

- A análise sistemática e abrangente do subsistema "Gare de Triagem"
- A metodologia de análise combinando a G/G/m fila de espera e simulações, e mais mostrando os limites de aplicabilidade da primeira e as potencialidades das segundas
- A avaliação detalhada das condições de funcionamento das Gares de Triagem, quer isoladamente quer em rede, identificando os limites do bom desempenho com o dimensionamento actual e os factores subjacentes aos casos de mau desempenho, e emitindo as consequentes recomendações para a melhoria do desempenho

#### REFERÊNCIA

Marinov M (2007) Analyse and Evaluation of Formation Yard Performances, Ph.D. Thesis, IST -CESUR at Technical University of Lisbon, Portugal

### Fluxo de Passageiros em Estações Suburbanas de Lisboa Estações de Queluz-Belas e Mercês (Linha de Sintra)

Eng<sup>o</sup> Luís Manuel Madureira de Almeida; Mestre e Licenciado em Engenharia Civil (IST)

Prof. Jorge Paulino Pereira; Professor Universitário (IST) e Consultor

#### 1. INTRODUÇÃO

O conhecimento dos fluxos de passageiros, ao longo das várias horas do dia, em estações de comboio e também noutras infra-estruturas de transporte, assume-se como um dos elementos mais relevantes na definição de uma solução de projecto, permitindo o dimensionamento adequado dos cais e das várias passagens pedonais que vão ser utilizadas.

A variabilidade desses fluxos, ao longo do dia, da semana e do mês, e a sua oscilação sazonal também tem reflexos apreciáveis na optimização das várias fases de operação. Embora existam numerosos elementos em bibliografia do Estrangeiro (por exemplo, em Fruin, 1971 e 1987; HCM, 1985), não se possui essa informação para muitos casos portugueses.

Nesse sentido, pareceu interessante estudar o que se passava em duas estações ferroviárias da Linha de Sintra, uma mais próxima da cidade, e na sua primeira auréola de crescimento suburbano; e, outra mais longe e menos afectada pelos fluxos tão directamente relacionados com a capital (Paulino Pereira, 2004, Paulino Pereira e tal, 2004). As estações seleccionadas foram Queluz-Belas e Mercês.

O processo de recolha de informação relativa aos fluxos de passageiros foi feito de igual modo para ambas as estações (Almeida, 2007). Em cada caso, as contagens foram realizadas por 2 operadores e fizeram-se num dia útil e num dia de fim-de-semana entre as 7h e as 20h (Queluz-Belas, numa quinta-feira, 8 de Março de 2007 e num sábado, 24 de Março de 2007; Mercês numa quinta-feira, 22 de Fevereiro de 2007 e num domingo, 11 de Março de 2007).

Dois observadores registaram, em períodos de 5 minutos, os passageiros que acediam às plataformas



de embarque, a partir dos pisos superior e inferior, no caso de Queluz-Belas; e no acesso inferior de

cada plataforma ferroviária para as Mercês.

#### 2. RESULTADOS **OBTIDOS PARA** A ESTAÇÃO DE QUELUZ-BELAS

As Fig. 1 a 3 ilustram os resultados obtidos para um dia de semana e para um dia de fim de semana para a estação de Queluz-Belas.

boleias de carro, com família, colegas ou amigos, no regresso a casa.

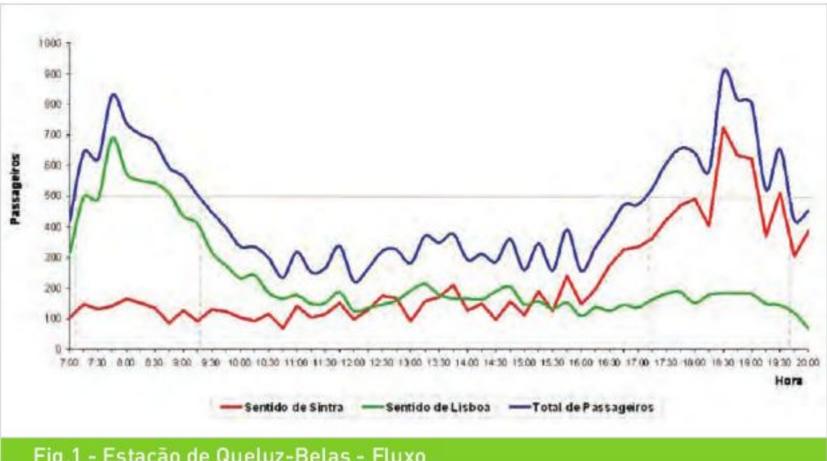


Fig.1 - Estação de Queluz-Belas - Fluxo

Os gráficos obtidos são diferentes para as duas situações e põem em destaque a diferença de motivo subjacente às várias viagens. Durante a semana, observa-se um claro movimento pendular, que se traduz em 2 períodos de ponta bem marcados: um, de manhã, de casa para o trabalho, no sentido de Sintra para Lisboa; e outro, de tarde, do trabalho para casa, agora no sentido de Lisboa para Sintra. Ao fim de semana, não se observam esses períodos de ponta e os gráficos tornam-se muito diferentes dos da semana, sendo mais uniformes e menos indistintos.

No entanto, a existência de algum fluxo em sentido contrário, ou seja, no sentido de Lisboa para Sintra, evidencia que o movimento pendular para a capital não é exclusivo. Esta situação parece traduzir uma realidade curiosa. Há passageiros que vão na direcção de Sintra, para trabalhar ou por outra razão, o que significa que a grande cidade de Lisboa ou Mega-Lisboa engloba os concelhos que estão mais chegados à capital, mas também outros que lhe estão mais afastados e que funcionam como pólo de atracção e de emprego distintos do núcleo central da capital.

#### a) Dia útil (Fig. 1)

Em termos globais, verifica-se que, num dia útil, o total de passageiros, registado para os dois sentidos de circulação, era muito semelhante e estava equilibrado, embora sendo ligeiramente maior na direcção da capital (11.788 passageiros no sentido Lisboa-Sintra e 12.249 passageiros no sentido Sintra-Lisboal. O facto dos valores serem diferentes em ambos os sentidos, poderá estar relacionado com passageiros que recorrem a

Como se referiu, no dia útil, a predominância de passageiros que se deslocam no sentido de Lisboa durante a manhã, e, depois, em sentido contrário durante a tarde, parece indicar claramente a existência de um movimento pendular para Lisboa. O fluxo máximo com destino a Lisboa ocorre cerca das 7h45m. Demorando a viagem cerca de 15 minutos, os passageiros que saiam de Queluz-Belas neste período chegarão a Lisboa cerca das 8h15m. Considerando uma folga de cerca de 15 minutos, admite-se que estes utentes pretendam chegar aos seus destinos cerca das 8h30 o que é uma hora tradicional para certo tipo de pessoal menos especializado começar o seu dia de trabalho.

No sentido contrário, o máximo é registado cerca das 18h30m com 48 passageiros/minuto. Seguindo o mesmo raciocínio, verifica-se que estas pessoas devem ter saído do seu trabalho em Lisboa cerca das 18h00m.

Na Fig. 1, relativa ao dia útil, também se incluiu o somatório dos fluxos que se observam em cada sentido, o que traduz a carga humana existente em certo momento na estação ferroviária. A existência dos dois períodos de ponta da manhã e da tarde surge de uma forma ainda mais clara. No entanto, também aparece um terceiro pico, que não era particularmente evidente nos gráficos relativos a cada sentido de circulação e que se pode considerar como uma "pequena ponta" relacionada com a hora do almoço.

Particularizando, e admitindo como referência um fluxo de 33 passageiros/minuto, podem-se definir os seguintes períodos de ponta: de manhã, entre as 7h00m e as 9h15m; de tarde, entre as 17h15m e as 19h45m.

No período de almoço identificaram-se picos às 12h45m, 13h15m e 13h45m. O primeiro e o último, poderão ser relativos a passageiros que vão almoçar a Queluz; o intermédio pode estar relacionado com partidas para Lisboa e/ou chegadas de Sintra para passageiros que só

trabalham da parte da manhã, ou também com estudantes ou professores que tenham um horário escolar de apenas meio-dia.

Da análise deste gráfico parece poder concluir-se que a maioria dos passageiros que utilizam a linha de Sintra na estação de Queluz-Belas terá um horário laboral das 8h30m às 18h00m. Trata-se de um horário compatível com o exercício de funções na Administração Pública e também com horários escolares.

#### b) Fim-de-semana (Fig. 2)

O aspecto mais marcante da Fig. 2, que analisa a evolução da carga de passageiros num dia de fim-de-semana é a inexistência de períodos de ponta ou de picos significativos. Não há ponta da manhã, nem ponta de tarde, nem mesmo ponta à hora de almoço.

Por outro lado, julga-se ser facilmente dedutível que o motivo das viagens se relaciona com actividades de lazer.

No entanto, num dia de fim-desemana, observa-se também um equilíbrio entre os fluxos registados em ambos os sentidos (6.231 passageiros no sentido de Sintra, 6.406 passageiros no sentido de Lisboa). Admite-se que a diferença entre ambos os valores possa estar

relacionada com o facto de haver passageiros que partem para diversão nocturna e apenas regressam na manhã seguinte ou fora do período de contagem.

Curiosamente, registaram-se três pequenos picos, que traduzem uma mini ponta de manhã (cerca das 10h30m) e de tarde (cerca das 17h30m e das 19h00m).

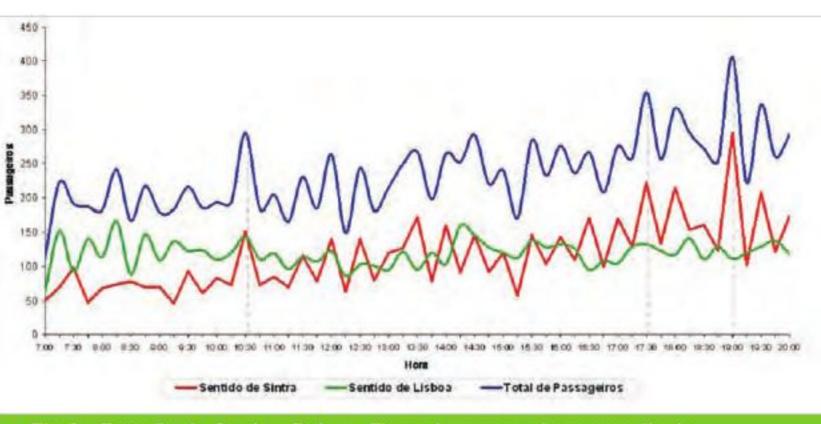
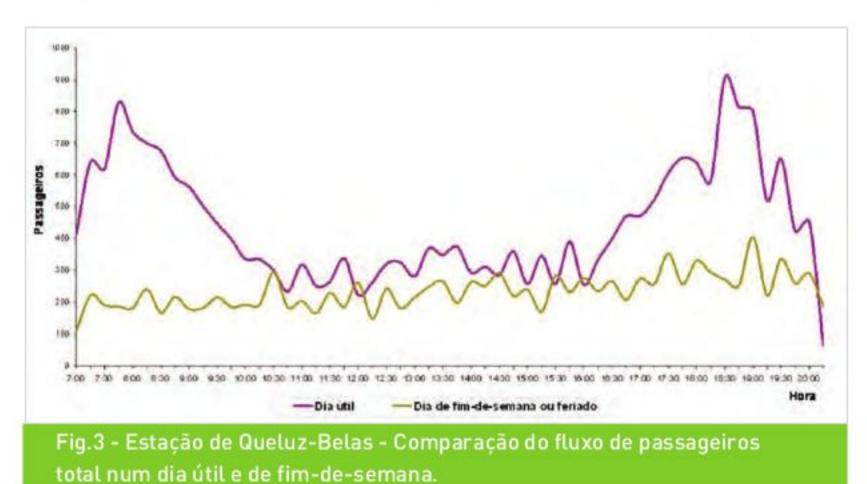


Fig.2 - Estação de Queluz-Belas - Fluxo de passageiros num dia de fim-de-semana.

## c) Comparação dos gráficos de dia útil e dia de fim-de-semana (Fig. 3)

Como se esperava, verifica-se que o número de passageiros transportados ao fim de semana é menor do que durante a semana, porque muitas pessoas ficam em casa ou utilizam carro próprio nas suas deslocações. Este parece ser um dos aspectos mais marcantes quando se comparam os gráficos relativos a um dia útil e a um dia de fim-de-semana.

Verificou-se que pontualmente, para certas horas do dia, os valores são mais elevados ao fim de semana do que durante a semana. Esta situação só ocorre por volta das 12h00 m, das 14h30m, das 15h30m, das 16h00m, e parece traduzir um certo horário mais despreocupado, coincidente com movimentos por ocasião do almoço.



# 3. RESULTADOS OBTIDOS PARA A ESTAÇÃO DAS MERCÊS

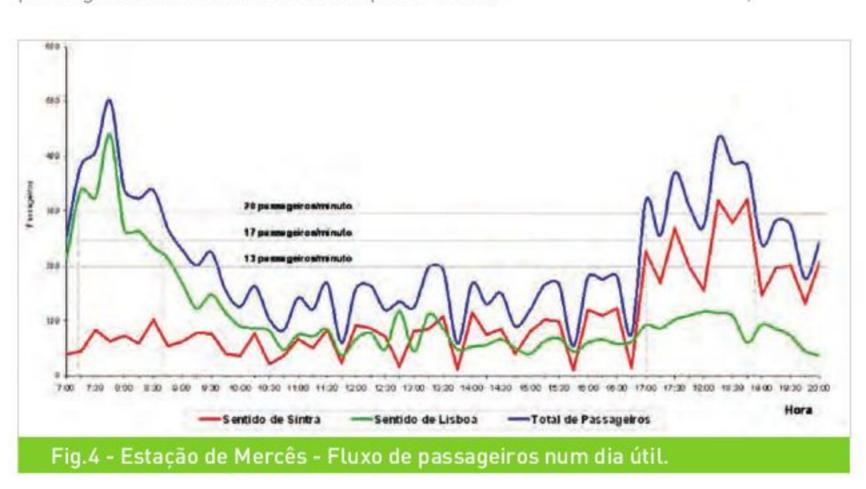
Embora a estação ferroviária das Mercês esteja mais afastada de Lisboa, e interesse uma zona com características menos urbanas e mais rurais do que Queluz-Belas, verifica-se que os resultados obtidos



são muito semelhantes. Em valor absoluto, os passageiros que utilizam o comboio são em menor número, mas o andamento dos vários gráficos é idêntico. Estão perfeitamente identificados os períodos de ponta durante o dia útil e o carácter mais indistinto dos gráficos ao fim-de-semana.

#### a) Dia útil (Fig. 4)

No caso da estação de Mercês, também não se notam diferenças muito acentuadas nos fluxos registados em ambos os sentidos. Num dia útil, registaram-se 5.306 passageiros no sentido de Lisboa para Sintra e de 5.797 passageiros no sentido de Sintra para Lisboa.



A existência de dois momentos com fluxos mais elevados, de manhã para Lisboa e à tarde para Sintra, permite concluir que predomina o movimento pendular para Lisboa, tal como já se verificara no caso da estação de Queluz-Belas. No entanto, é difícil encontrar um fluxo de referência a partir do qual se considera existir uma verdadeira hora de ponta.

O máximo absoluto é atingido às 7h45m, no sentido para Lisboa, correspondendo a passageiros que pretendem chegarao seu destino cerca das 8h30m. Novamente, se julga que este tipo de horário se coaduna com passageiros que

sejam funcionários administrativos ou funcionários públicos e estudantes com horário matinal. Nesse período, os fluxos em sentido contrário, de Lisboa para Sintra, são reduzidos.

Às 12h45m e 13h15m verificam-se os máximos relativos da hora de almoço. Poderão corresponder sobretudo a chegadas de Sintra de passageiros residentes pertoda estação de Mercês.

No sentido de Lisboa para Sintra, o pico máximo ocorre cerca das 18h20m. Admitiu-se que se trata de um conjunto de passageiros que termina as suas funções laborais por volta das 18h00m, e estariam associados a profissões de cariz administrativo e correspondente aos horários da generalidade das faculdades.

#### b) Fim-de-semana (Fig. 5)

Ao fim-de-semana, parece notar-se um maior desequilibro entre os fluxos registados em ambos os sentidos, quando se compara com os gráficos obtidos para um dia idêntico em Queluz-Belas.

Registaram-se 2.605 passageiros para Lisboa e 2.326 para Sintra, ou seja cerca de metade dos que se observaram no dia útil.

Também no caso de Mercês, ao fim de semana, não foi possível definir horários de ponta. Os gráficos mostram uma grande variação ao longo do dia, embora pareça notar-se uma tendência crescente pela manhã, com

um pico por volta das 9h45m, e uma maior estacionaridade após o almoço. É interessante notar que existe um pico negativo cerca das 16h00m, que se pode considerar como um período menor de viagens.

A hora de almoço fica evidenciada por um pico cerca das 12h30m, o que parece ser um pouco diferente do que se observara em Queluz-Belas onde a sucessão de picos a partir do início da tarde dificultava a identificação do período correspondente ao almoço.

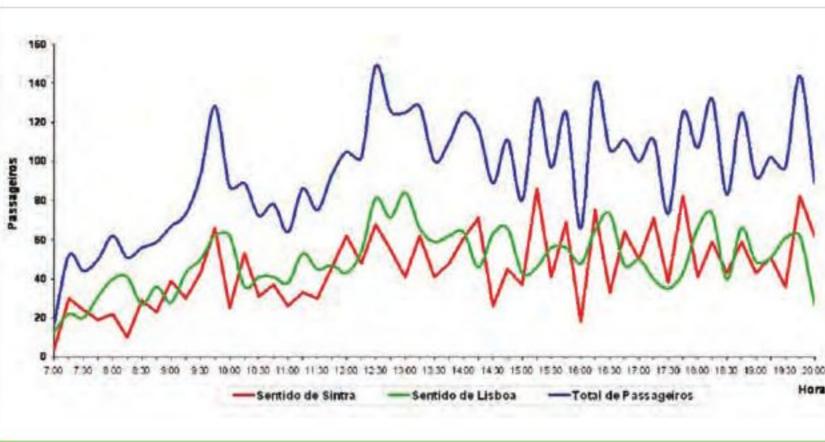


Fig.5 - Estação de Mercês - Fluxo de passageiros num dia de fim-de-semana.

# c) Comparação dos gráficos de dia útil e dia de fim-de-semana (Fig. 6)

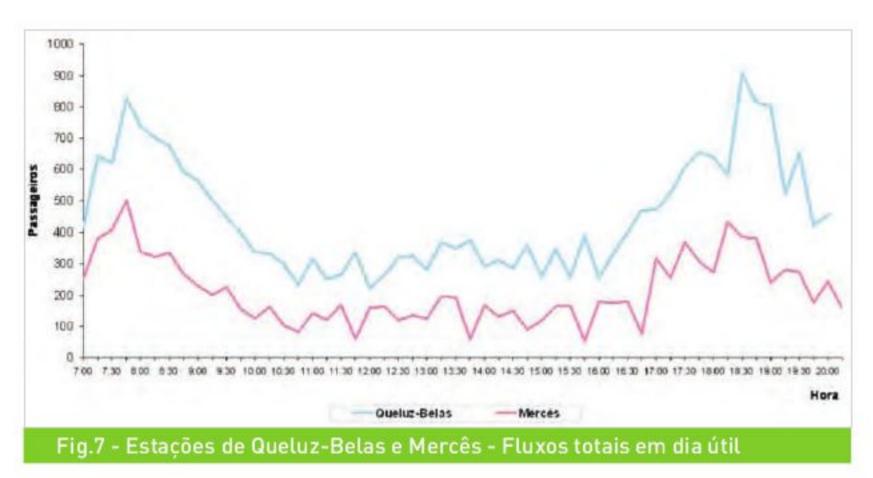
A Fig.6 permite perceber mais facilmente as diferenças entre o dia útil e o dia de fim-de-semana. São notórios os períodos de ponta durante a semana e o diagrama contrasta com o de fim-de-semana onde os movimentos são uniformes e sem grandes variações.



Fig.6 - Estação de Mercês - Comparação do fluxo de passageiros total num dia útil e de fim-de-semana.

#### 4. COMPARANDO AS ESTAÇÕES DE QUELUZ-BELAS E DAS MERCÊS

Nas Fig. 7 e 8 procuraram-se comparar as duas estações entre si.



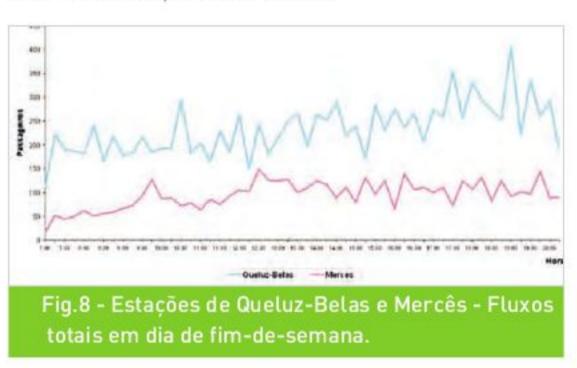
Num dia útil, verifica-se que o gráfico obtido para Queluz-Belas segue quase paralelo ao das Mercês embora por ela passe um muito maior número de passageiros, o que se explica pelo facto de Queluz-Belas estar mais próxima de Lisboa e possuir caracte-rísticas mais urbanas.

Queluz-Belas movimenta quase o dobro de passageiros das Mercês. No entanto, o número total de pessoas residentes na freguesia de Queluz-Belas é menor do que na freguesia de Algueirão/Mem-Martins. São evidentes as diferenças entre o valor

absoluto de passageiros em ambas as estações, e que se agravam nos períodos de ponta.

Entre as 7h00m e as 10h15 e entre as 17h00m e 20h00m ocorreram os mesmos picos, para ambas as estações, embora em certos casos ligeiramente desfasados. No período restante, os picos de passageiros em Queluz-Belas correspondem a mínimos em Mercês.

A existência de picos às mesmas horas, para ambas as estações, induz que os passageiros de Mercês chegam mais tarde a Lisboa e regressam mais cedo do que os de Queluz.



O estabelecimento de comparações para as situações de fim-de-semana torna-se mais difícil, devido à irregularidade dos gráficos. Não existem períodos de ponta, como anteriormente já tinha sido discutido, e verifica-se um ligeiro crescimento dos fluxos pela manhã, o que é mais evidente para a estação das Mercês. Também as oscilações verificadas na estação de Queluz-Belas são mais significativas do que as registadas em Mercês, apesar da oferta ferroviária ser exactamente igual.

#### 5. CONCLUSÕES

O conhecimento da evolução dos fluxos de passageiros ao longo do dia, em duas estações ferroviárias, permitiu identificar um pouco da vivência dos passageiros relativamente ao transporte ferroviário da Linha de Sintra.

A estação de Queluz-Belas pode-se considerar como interessando uma zona da primeira auréola de crescimento da cidade. Mercês está próximo de Sintra e mais afastada do município de Lisboa e núcleo central da Mega-Lisboa. O número de passageiros que utiliza o comboio é muito maior no caso de Queluz-Belas, embora o número de residentes nesta freguesia seja até menor do que na freguesia de Algueirão-Mem Martins onde se



encontra a estação das Mercês. Este aspecto é importante, porque põe em evidência a importância do transporte ferroviário nas deslocações urbanas e sub-urbanas.

Da análise destas duas situações, também se poderia concluir que para locais mais afastados de Lisboa, a opção pelo transporte ferroviário se torna menos interessante. E esta observação parece lógica. Para tempos de deslocação idênticos, os passageiros tendem a privilegiar o conforto das suas viaturas particulares. Aliás, os custos dos bilhetes tendem a aumentar para maiores distâncias o que torna o transporte individual mais atractivo, sobretudo se houver boas vias rodoviárias como é o caso da zona que interessa a Linha de Sintra (existência do IC19, entre Lisboa e Sintra, com perfil de auto-estrada, e já parcialmente alargado para 2 x 3 vias).

Os passageiros que utilizam as estações de Queluz-Belas e de Mercês são os respectivos moradores da zona. Dada a sua localização em relação ao núcleo central de Lisboa, as deslocações são mais urbanas, e predominam as viagens para o centro da capital, em movimentos pendulares bem marcados durante o dia de semana.

Verifica-se uma concentração no período de ponta da manhã e um maior espraiamento no período de ponta de tarde. A ponta da manhã está muito marcada entre as 7h30m e as 8h30m. Já a ponta de tarde aparece como menos marcada, em valor absoluto, mas mais estendida ao longo do tempo, o que parece estar de acordo com horários laborais mais flexíveis e com a tendência dos trabalhadores prolongarem a sua permanência nos locais de trabalho até mais tarde, por razões que são muito nacionais.

As diferenças entre as situações observadas durante um dia de semana e durante um fim-desemana, são também muito interessantes. Os moradores ficam em casa, ou utilizam o seu veículo pessoal ou outro para se deslocarem e o valor absoluto de passageiros transportados reduz-se

significativamente. Outro aspecto característico do fim-de-semana, é representado pelo facto de não haver períodos de ponta de manhã ou períodos de ponta de tarde, bem marcados e com grandes movimentações de pessoas. Paralelamente, verifica-se uma tendência para haver maior concentração de passageiros nos horários de almoço.

Este tipo de análises permite compreender melhor o perfil do utente e seriar a oferta disponível, direccionando-a, para poder dar uma resposta mais eficaz à realidade existente. Paralelamente, o conhecimento destes tipos de fluxos pode permitir adoptar uma estratégia que vise proporcionar um maior conforto e mais vantagens ao utente e rendibilizar o funcionamento da empresa operadora que fica a conhecer melhor quais os horários que importa considerar durante a semana e durante o fim-de-semana.

#### **BIBLIOGRAFIA**

Almeida, L. M. M. (2007) "Estações ferroviárias de Queluz-Belas e Mercês. Linha de Sintra. Caracterização e análise do fluxo de passageiros", Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Lisboa

Fruin, J. (1971) "Pedestrian. Planning and Design", Metropolitan Association of Urban Designers and Environmental Planners Inc, New York (United States of America)

Fruin, J. (1987) "Pedestrian. Planning and Design", Revised edition, Elevator World, Alabama (United States of America)

Paulino-Pereira, J. (2004) "Alguns comentários sobre a acessibilidade à cidade de Lisboa", revista FER XXI, nº 29, ADFER, Lisboa, p. 89-99

Paulino-Pereira, J., Reis, T. & Mineiro, R. (2004) "Análise da Acessibilidade na AML - o corredor Torres Vedras - Malveira - Loures", revista FER XXI, nº 29, ADFER, Lisboa, p. 101-111

### Uma Breve Análise do Transporte Público e Pedonal na Zona do Município de Lisboa

Eng<sup>o</sup> Luís Manuel Madureira de Almeida; Mestre e Licenciado em Engenharia Civil (IST) Prof. Jorge Paulino Pereira; Professor Universitário (IST) e Consultor

#### 1. INTRODUÇÃO

Lisboa cresceu de forma progressiva e extravasou os limites administrativos que lhe foram estabelecidos no século 19 e princípios do século 20. Numa dinâmica que se observa em todas as metrópoles mundiais, os novos moradores da Grande Lisboa foram ocupando os concelhos periféricos, de uma forma sistemática, residindo fora da zona central mas trabalhando no município de Lisboa. E a Mega-Lisboa deixou de ser só o antigo concelho de Lisboa para agrupar a ele os vários concelhos por onde se estendeu a ocupação humana que vivia e pulsava ao ritmo da dinâmica urbana da capital.

O transporte ferroviário assumiu uma grande importância para estruturar o espaço público e para permitir deslocações compactas e contínuas das zonas da periferia para a zona central da Mega-Lisboa.

A análise do fluxo de passageiros nas estações suburbanas de Queluz-Belas e Mercês permitiu definir o perfil-tipo do passageiro da linha de Sintra. Os dados sugerem que a maioria dos utilizadores estão empregados no sector dos serviços e da Administração Pública e muitos dos utentes são alunos e estudantes do ensino secundário e superior.

Tendo-se analisado a bibliografia disponível, verifica-se que cerca de 95% de todas as deslocações que ocorrem na Área Metropolitana de Lisboa se dão no núcleo central (no município da capital ou na cidade propriamente dita). Das viagens que se realizam dentro da cidade, 35% seriam em transporte colectivo e 49% em transporte individual (Silva Rodrigues, 2007) (cf. Fig. 1).

A utilização de transporte colectivo sugere que a chegada de passageiros até ao centro da cidade se processa através do comboio. Depois, essas pessoas completam a sua viagem até ao destino final recorrendo



de novo ao transporte público (metro-politano e autocarro) ou ao transporte pedonal.

Quanto aos objectivos da viagem, registam-se aqui os mais importantes: deslocação para a escola (32%); e deslocação para o trabalho (31%).

Parece ser curioso verificar a contribuição da rede ferroviária suburbana, e muito especialmente das Linhas de Sintra e de Cascais, para este cômputo global (Fig. 2). Os concelhos de Sintra e da Amadora representam 28% dos pontos de partida de movimentos pendulares para Lisboa. Os concelhos de Cascais e Oeiras correspondem a cerca de 35% (Paulino Pereira e tal, 2004).

O corredor de Odivelas - Loures, onde a maioria das deslocações se faz por autocarro ou por carro individual, contribui com cerca de 36%, o que permite perceber que se trata de uma linha ferroviária em falta, no tecido de transportes públicos suburbanos da Mega-Lisboa. Deste modo, a construção de uma Linha ferroviária Lisboa - Loures - Malveira - Torres Vedras, surge como um eixo potencial de desenvolvimento, que seria importante implementar num Futuro próximo para permitir um desenvolvimento integrado e equilibrado da Mega-Lisboa (Paulino Pereira, 2004, Paulino Pereira e tal, 2004)

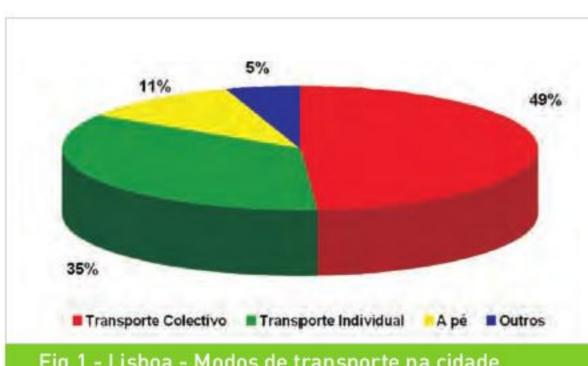


Fig.1 - Lisboa - Modos de transporte na cidade (Rodrigues, 2007)

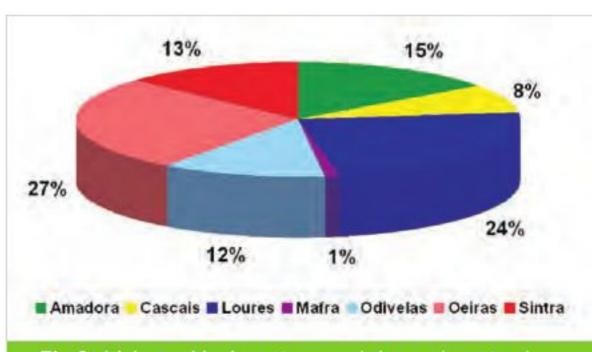


Fig.2 -Lisboa - Movimentos pendulares de entrada na cidade (Paulino-Pereira et al, 2004)

#### 2. ESTUDO DAS ISÓCRONAS

O objectivo do estudo era analisar em que medida os transportes colectivos existentes no município de Lisboa davam resposta e complementavam satisfatoriamente a linha de Sintra.

De acordo com o raciocínio anteriormente apresentado, seria de esperar que os passageiros das Linha de Sintra e de Cascais chegassem ao seu destino final, na cidade, utilizando sempre transportes públicos (comboio, metropolitano ou autocarro).

Em termos mais objectivos, pretendia-se estudar em que medida, os passageiros que utilizavam a Linha de Sintra eram servidos pelos transportes públicos que estavam disponíveis no núcleo central da capital, e determinar quanto tempo de percurso adicional teriam nas suas deslocações casatrabalho e trabalho-casa.

Para obter uma ideia simplificada da cobertura em transportes públicos da cidade e dos tempos de viagem entre as estações do eixo Norte-Sul (onde chegam os comboios da Linha de Sintra) e os principais pontos de Lisboa fez-se uma análise de isócronas para os diferentes modos de transporte (Almeida, 2007).

Foram construídas isócronas para o transporte rodoviário colectivo, para o metropolitano e para o transporte pedonal. A forma de obtenção das isócronas é descrita seguidamente.

#### a) Transporte por autocarro

Foram analisadas as carreiras do operador que passavam nas estações de Sete-Rios, Entrecampos, Oriente e Roma-Areeiro. Dada a extensão e a densidade da rede foi possível identificar facilmente locais com o mesmo tempo de viagem partindo das estações ferroviárias referidas e que depois foram unidos entre si para dar uma noção de mancha de igual tempo de percurso.

Foram consideradas isócronas aos 5, 10 e 15 minutos de tempo de viagem. Este trabalho foi inicialmente desenvolvida para cada estação e no final sobrepuseram-se os resultados, originando o mapa de isócronas da Fig. 3.

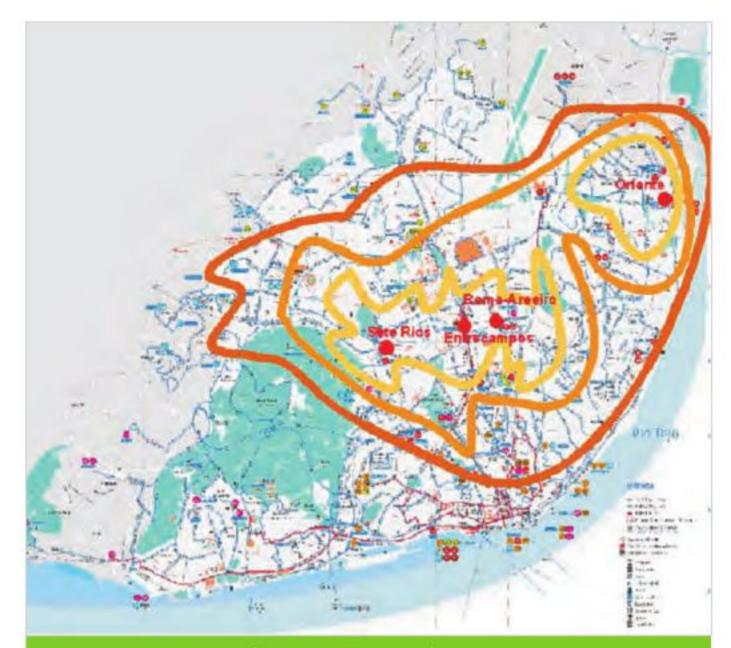


Fig.3 - Rede rodoviária de Lisboa - Isócronas para os autocarros urbanos.

A representação das isócronas relativas ao transporte de autocarro da CARRIS mostra uma cobertura de cerca de 60% da cidade de Lisboa em menos de 15 minutos, a partir das estações ferroviárias consideradas. A isócrona de 10 minutos inclui cerca de 37% do município de Lisboa e a de 5 minutos reduz a superfície servida para apenas cerca de 15% da capital.

Verifica-se que o Oeste do município de Lisboa não está incluído nestas grandes manchas de isócronas. Com efeito, das zonas cuja oferta de transportes públicos se resume ao autocarro, a mais significativa é a ocidental, mas como grande parte dela é ocupada pelo Parque de Monsanto, as necessidades de transporte estão ali seriamente reduzidas.

A inexistência de corredores próprios de circulação de autocarros dificulta a obtenção de melhores prestações de serviço. Segundo um documento da empresa operadora (CARRIS), existem apenas 65 km de corredores próprios ou específicos para circulação de autocarros numa rede que tem um valor total de 665 km, o que corresponde apenas a uma percentagem da ordem de 10%.

Apesar dessa limitação, a cobertura dos serviços de autocarro do município de Lisboa pode-se considerar como boa e permite o acesso aos principais pontos em menos de 15 minutos partindo das estações do eixo Norte-Sul (Sete-Rios, Entrecampos, Roma-Areeiro e Oriente).

#### b) Transporte por Metropolitano

Foram identificadas as linhas de Metropolitano que conectavam as seguintes estações ferroviárias: Sete-Rios, Entrecampos, Roma-Areeiro e Oriente. Como se pode verificar, estas estações correspondem a interfaces entre a rede ferroviária e a rede de Metropolitano: Sete-Rios (Linha Azul), Entrecampos (Linha Amarela), Roma-Areeiro (Linha Verde) e Oriente (Linha Vermelha).

Utilizando os horários disponíveis foi também possível identificar quais as estações a que era possível chegar em 5, 10 ou 15 minutos, partindo das interfaces considerados. As manchas de pontos resultantes correspondiam às cartas de isócronas pretendidas.

No caso da rede do Metropolitano, a análise foi feita para cada estação dada a menor densidade da rede, comparativamente com o critério que se utilizou para a análise do transporte em autocarro (rede rodoviária).



Na Fig. 4 apresenta-se o caso de Sete-Rios. Partindo da estação de Sete-Rios, verifica-se é possível alcançar qualquer um dos topos da Linha Azul do Metropolitano, em 15 minutos. Com um tempo de viagem inferior, é ainda possível chegar à Praça de Espanha, Marquês do Pombal e Baixa. Na isócrona de 10 minutos está incluído o Estádio da Luze o Centro Comercial Colombo.

Estando a expansão desta linha prevista até à estação ferroviária da Reboleira, Sete-Rios ficará a cerca de 15 minutos desse novo interface.

### F53 300

Este estudo foi efectuado quando a estação do Rossio ainda estava encerrada. Daí que se tenha observado uma sobre-ocupação da Linha Azul, porque ela é paralela à Linha de Sintra (cf. Fig. 5). O encerramento do túnel do Rossio teve como efeitos directos a não utilização da estação central do Rossio, existente na malha urbana central do município de Lisboa.

A partir do momento em que se reabriu o trecho Campolide - Rossio, admite-se que parte dos passageiros da Linha de Sintra, tenha voltado a reutilizar aquela linha ferroviária, abandonando parte da Linha de Metropolitano.

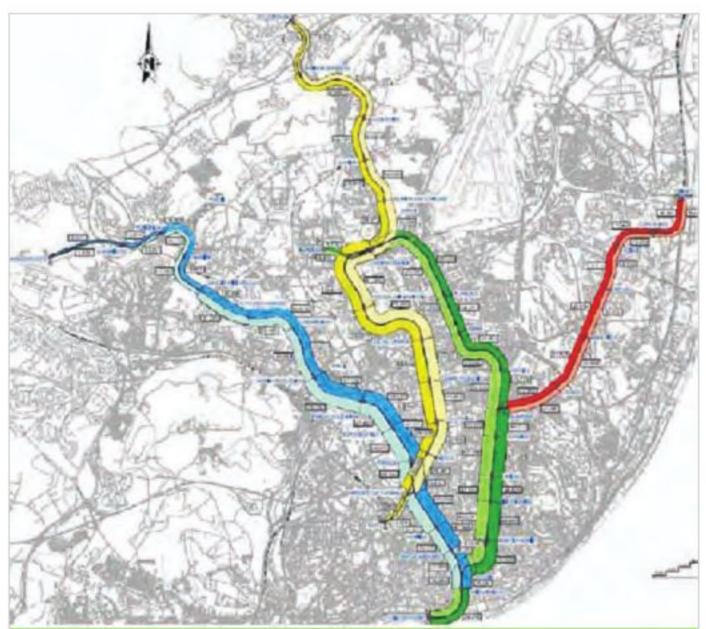


Fig.5 - Metropolitano de Lisboa - Diagrama de carga total diária (Jacob, 2007).

O caso da estação de Entrecampos é apresentado na Fig. 6. No sentido de Odivelas são necessários mais do que 15 minutos para chegar até à estação terminal. As estações da linha verde até Roma, por conexão em Campo Grande, são atingidas antes dos 15 minutos, bem como, mais a sul, a Linha Azul pelo Marquês do Pombal, até aos Restauradores ou Praça de Espanha. Através de Entrecampos são cobertas 19 estações em menos de 15 minutos, o que corresponde a 43% da rede do Metropolitano de Lisboa.

A Cidade Universitária e a praça do Saldanha, encontram-se a menos de 5 minutos de Entrecampos tornando-a numa estação particularmente útil para os estudantes do ensino superior e até do ensino secundário.



a estação de Entrecampos.

As isócronas de Roma-Areeiro apresentam-se na Fig. 7. Com a isócrona de 15 minutos, centrada na estação do Areeiro, são cobertas 22 estações, o que corresponde a 50% da rede de Metropolitano. A Baixa encontra-se na isócrona dos 10 minutos.

Verifica-se que os tempos de viagem ao longo da Linha Verde não excedem os dez minutos, partindo do Areeiro. Ora, a Linha Verde atravessa zonas de particular importância e de grande vitalidade económica terminando no Cais do Sodré, um terminal multi-modal com ligações fluviais à margem sul (barco) e ligações ferroviárias até Cascais, servindo toda a Costa do Sol.



As isócronas obtidas para a estação do Oriente, apresentam-se na Fig. 8. As isócronas de 5 e 10 minutos abrangem apenas estações da Linha Vermelha devido ao posicionamento periférico deste traçado.

A ligação à restante rede do Metropolitano efectuase apenas na Alameda. Ora, a estação da Alameda
só é abrangida na isócrona de 15 minutos. Esta
análise permite verificar que não parece ser
adequado construir na Gare do Oriente uma
estação terminal de Alta Velocidade Ferroviária
(AVF) Lisboa - Madrid e Lisboa - Porto. Trata-se de
uma localização periférica, que está longe da zona
de maior movimento da cidade e não é central. A
opção por uma alternativa de localização da
estação central de Alta Velocidade Ferroviária junto
ao Areeiro, afigura-se como bastante mais
favorável, porque a isócrona de 15 minutos,
centrada na estação do Areeiro, cobre 22 estações,
o que corresponde a 50% da rede de Metropolitano.

Está em construção o prolongamento da Linha Vermelha até São Sebastião. Estes trabalhos vão permitir melhorar a sua operacionalidade, já que estão previstas interligações com a Linha Amarela (Saldanha) e com a Linha Azul (S. Sebastião da Pedreira). Pela sua implantação, a Linha Vermelha poderá ser considerada como a primeira circular do Metropolitano de Lisboa. No entanto, este aspecto não vai melhorar a posição periférica e desviada da Estação do Oriente, que não deveria ser considerada como a Estação Central de Lisboa.

Por outro lado, a Linha Vermelha atravessa sobretudo bairros residenciais pelo que o interesse desta estação para os passageiros da linha de Sintra não é significativo. Como se pode verificar pela análise da Fig. 8, a linha vermelha tem as isócronas mais desfavoráveis de entre todas as analisadas, cobrindo apenas 16% da rede com a isócrona de 15 minutos.

Single England Park Control of the C

Fig.8 - Metropolitano Lisboa - Isócronas para a estação do Oriente.

Pareceu adequado comparar estas isócronas com os diagramas de carga do Metropolitano (Fig. 5), que foram elaborados em 2007 (Jacob, 2007), e que permitem identificar os percursos mais utilizados. Não surpreende que os fluxos mais elevados sejam registados ao longo dos eixos que ligam Sete Rios, Entrecampos e Areeiro ao centro da cidade Lisboa. Trata-se de eixos radiais que servem o núcleo histórico e os bairros mais velhos do município.

Convém ter presente que estes diagramas de carga do Metropolitano de Lisboa foram estabelecidos num período em que a estação central do Rossio ainda não estava aberta ao público, porque o túnel Campolide-Rossio estava encerrado para obras de manutenção e de reparação. Julga-se que nestes gráficos, a Linha Azul terá uma carga inflacionada já que, sendo paralela à linha de Sintra, terá absorvido o tráfego que se destinava ao Rossio antes do encerramento do túnel.

Analisando o contributo da rede rodoviária urbana e da rede de metropolitano, verifica-se que os passageiros levam menos de 15 a 20 minutos a atingir os principais pontos da cidade de Lisboa após terem chegado às estações do eixo Norte-Sul e serem procedentes da Linha de Sintra. Esta análise é válida seja qual for a motivação da viagem: profissional, cultural, lazer, formação.

Este cenário sugere que os passageiros que chegam de comboio a Lisboa utilizam o metropolitano para chegar ao destino final, provavelmente no centro da cidade.

As conclusões obtidas parecem ser bastante interessantes e mostram que a escolha de opções adequadas de inter-modalidade, poderão atrair ainda mais passageiros para os transportes colectivos, permitindo aumentar a sua percentagem em relação ao transporte individual.

#### c) Transporte pedonal

Por curiosidade, efectuou-se uma análise simplificada para determinar as isócronas relacionadas como transporte pedonal.

Estabeleceu-se uma isócrona tipo, que foi construída após a realização de percursos ao longo de diversos eixos de Lisboa com diferentes características (topografia mais acidentada, passeios estreitos e muito preenchidos, zonas de obras, etc). Foi registada a distância percorrida por unidade de tempo, tendo sido



assim possível estabelecer uma distância média para diferentes ruas, como se verifica no Quadro 1. Depois definiu-se a velocidade tendo-se verificado que havia uma tendência para baixar a velocidade para distâncias maiores, possivelmente porque o cansaço fazia baixar o ritmo da marcha.

Na Fig.9, apresentam-se as isócronas obtidas. Verificase que nas isócronas de 15 minutos se cobre a totalidade do eixo formado pela Av. da República, Av. Fontes Pereira de Melo e Av. da Liberdade e ainda por grande parte da Baixa. Esta situação resulta das estações estarem afastadas entre si de cerca de 1 a 2 km.

7 m 2 m 9 m	748 m 576 m 742 m	1205 m 903 m 1082 m
2 m 9 m	576 m 742 m	903 m
9 m	742 m	
9 m	742 m	
		1082 m
		1082 m
6 m		
6 m		
The state of the s	701 m	921 m
ō m	572 m	834 m
ō m	721 m	1072 m
6 m	683 m	1022 m
2 m	678 m	979 m
7 111		3,92 km/h
	6 m 9 m	9 m 678 m

Com a distância média para cada isócrona definida no Quadro 1, definiu-se uma isócrona tipo que foi posicionada nos pontos cuja envolvente interessava analisar: Sete-Rios, Entrecampos, Roma-Areeiro e Oriente, Praça do Saldanha, Marquês de Pombal e Restauradores.

De acordo com o método simplificado que foi utilizado, esta isócrona tipo poderá ser utilizada noutros pontos da cidade e para outras situações de tráfego pedonal.

Marques Pombals

Restauratore

Fig.9 - Lisboa - Isócronas pedonais para alguns pontos da cidade.

O conjunto de isócronas de 5, 10 e 15 minutos, centrado nos Restauradores ou no Rossio, cobre a totalidade da Baixa Pombalina e permite compreender a razão porque elas foram seleccionadas desde os primórdios do estudo do Metropolitano de Lisboa.

Relativamente ao Oriente, verifica-se que elas cobrem essencialmente o grande espaço público representado pela zona da EXPO-98, onde se concentram vários centros comerciais, museus e pavilhões multi-usos, zonas de restauração e muitos jardins. Desta forma é adequado associar este destino ao lazer.

#### 3. CONCLUSÕES

A análise simplificada do transporte urbano de Lisboa foi efectuada para permitir compreender os fluxos da linha de Sintra e a sua relação com os locais de destino dos passageiros.

Verifica-se que a cobertura da cidade de Lisboa em transporte público é boa, de acordo com a análise de isócronas, efectuada no âmbito deste trabalho.

O metropolitano e a rede de autocarro permitem aceder a grande parte da cidade em menos de 15 minutos, partindo das estações ferroviárias de Sete-Rios, Entrecampos, Roma-Areeiro e Oriente.

Generalizando, verifica-se que um passageiro, proveniente da Linha de Sintra que chegue às estações ferroviárias de Lisboa, prossegue o seu percurso utilizando o autocarro, ou o metropolitano ou simplesmente complete a sua viagem fazendo o que resta do percurso a pé. Seja qual for a opção que tomar, não se prevê que ele demore mais do que 15 a 30 minutos para atingir o seu destino final, após ter saído da estação ferroviária da Linha de Sintra ou da Linha de Cintura.

Admite-se que a reabertura do túnel do Rossio permitirá alargar as opções de multi-modalidade na cidade e reduzir os tempos de viagem entre as estações da Linha de Sintra e a Baixa de Lisboa e os apeadeiros de Metropolitano que a servem.

#### BIBLIOGRAFIA

Almeida, L. M. M. (2007) "Estações ferroviárias de Queluz-Belas e Mercês. Linha de Sintra.

Caracterização e análise do fluxo de passageiros", Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Lisboa

Jacob, J. (2007) "Transporte de Passageiros na cidade de Lisboa - Metropolitano de Lisboa", sessão ADFER sobre "Transporte colectivo de Passageiros na Área Metropolitana de Lisboa", Lisboa

Paulino-Pereira, J. (2004) "Alguns comentários sobre a acessibilidade à cidade de Lisboa", revista FERXXI, nº 29, ADFER, Lisboa, p. 89-99

Paulino-Pereira, J., Reis, T. & Mineiro, R. (2004) "Análise da Acessibilidade na AML - o corredor Torres Vedras - Malveira - Loures", revista FER XXI, nº 29, ADFER, Lisboa, p. 101-111

Silva Rodrigues, J. (2007) "Transporte de Passageiros na cidade de Lisboa - CARRIS", sessão ADFER sobre "Transporte colectivo de Passageiros na Área Metropolitana de Lisboa", Lisboa

### Recuperação Turística de Linhas Ferroviárias Desactivadas: A Linha de Estremoz-Portalegre

Eng<sup>a</sup> Ana Carolina Medeiros Guerreiro; (IST) Prof. Jorge Paulino Pereira; Professor Universitário (IST) e Consultor

#### 1.INTRODUÇÃO

Portugal foi o décimo quarto País da Europa a investir nos caminhos de ferro, trinta anos depois da Inglaterra. Considera-se que o troço Lisboa-Carregado, inaugurado em Outubro de 1856, marca o início da construção da rede ferroviária nacional. O apogeu do Transporte Ferroviário nacional pode ser considerado como o final do século 19. A construção de novas linhas dessa grande fase de construção ferroviária terminou no final das duas primeiras décadas do século 20.

No início do século 20, Portugal possuía mais de 3.300 km de linhas ferroviárias e em 1956 ultrapassou os 3.500 km.

Nos anos 10 do século 20, iniciou-se a popularização do automóvel, sobretudo desde que se instalaram fábricas de montagem em série de veículos nos Estados Unidos da América que fizeram baixar o seu custo unitário. Com o surgimento do automóvel, foi necessário construir vias rodoviárias capazes que permitissem uma circulação segura, rápida e económica. Os investimentos foram transferidos para o transporte rodoviário em detrimento do ferroviário.

Em Portugal, também se verificou uma inflexão da política até então existente, desde o século 19, passando a desenvolver-se o transporte rodoviário em detrimento do transporte ferroviário. Essa mudança de política de transporte ocorreu nos finais da década de 30 e na década de 40, nos primeiros governos de António de Oliveira Salazar, quando o Ministro das Obras Públicas era Duarte Pacheco. Este governante reorganizou a Junta Autónoma das Estradas, deu um novo impulso à construção, reparação e manutenção de estradas e construiu-se a primeira auto-estrada que era única na Península Ibérica (trecho Lisboa - Estádio Nacional). Com semelhante linha de orientação, foi possível implantar uma rede rodoviária

nacional que estava a par da realidade europeia, e que era muito superior, por exemplo, à rede rodoviária espanhola de então.

A partir dessa época, foram feitos poucos investimentos na construção de novas linhas férreas. Para o final do século 20, as ferrovias que já eram centenárias foram sendo desactivadas por não ser rentável a sua exploração.

Esta situação não correspondeu a uma particularidade nacional. Em todo o Mundo, o transporte ferroviário, para médias distâncias, entrou em declínio a seguir à 2ª Guerra Mundial. Apenas a nova construção de linhas de alta velocidade e de trechos urbanos e suburbanos, com grande capacidade de transporte, se manteve como a alternativa mais eficaz e competitiva, rivalizando com o transporte rodoviário e aéreo.

Em várias partes do Mundo, uma grande parte das linhas desactivadas não foi desmantelada. Esses troços mantiveram-se em funcionamento, descobrindo-se novos nichos de mercado, mais virados para a utilização turística e para actividades de fim-de-semana, de férias e de lazer.

Nos países mais industrializados e desenvolvidos, esta política foi utilizada com sucesso. A título de exemplo, são conhecidos os investimentos turísticos que se fizeram nos Estados Unidos da América, em várias linhas da Califórnia associadas com o trilho do Ouro do século 19, e em trechos do Wyoming onde se procuraram recriar as condições das aldeias dos "cow-boys" e dos bandidos que assaltavam o caminho-de-ferro.

O mesmo se verificou na Europa em países como a Alemanha, o Reino Unido, a França e muitos mais. Por exemplo, na Bélgica, país que tem uma superfície de quase um terço de Portugal, existem vários exemplos desta utilização turística.

Na zona de Liège, um percurso de 14 km de linha férrea desactivada, foi tornado acessível a todos, e instalou-se uma empresa que promove a ciclovia com dresinas, munidas de pedais e adaptadas para levar 4 pessoas a preços módicos (uma dresina para 4 adultos importa em 26 Euros).

Noutra zona da Bélgica, mais próxima do Luxemburgo, noutra via que foi desactivada o esquema de exploração adoptado foi diferente (museu do Tramway turístico de Aisne). Trata-se de um troço que interessa uma paisagem verde e frondosa e um traçado sinuoso. A certas horas do dia, põe-se em marcha um pequeno comboio que esteve a funcionar de 1885 a 1960, onde a carruagem para transporte dos visitantes é aberta ou fechada consoante esteja bom tempo ou haja ameaça de chuva. Um pequeno museu ferroviário complementa este empreendimento. O custo de entrada importa em 5 a 8 Euros.

Pela realidade que se vive noutros países, parece poder deduzir-se que em Portugal também seria interessante dar um destino mais útil às vias ferroviárias que vão sendo desactivadas.

No final da década de 80 do século 20, foi decidido encerrar à exploração ferroviária nacional cerca de 900 km de linha, porque foram consideradas como pouco rentáveis ou mesmo como não rentáveis. Devido às suas particularidades topográficas e demográficas, Trás-os-Montes e Alentejo foram as regiões mais afectadas por esta política de abandono das linhas ferroviárias. Actualmente, cerca de 780 km da Rede Ferroviária Nacional não está em exploração ferroviária. A zona do Alentejo contribui com cerca de um terço dos ramais desactivados.

# 2. PRESSUPOSTOS INERENTES À SELECÇÃO DA LINHA ESTREMOZ - PORTALEGRE

No Alentejo, a partir de Janeiro de 1990, foram encerrados os seguintes troços, num total de cerca de 260 km: Montemor-o-Novo - Torre da Gadanha (13 km); Moura - Beja (59 km); Estremoz - Vila Viçosa (16 km); Évora - Reguengos de Monsaraz (41 km); Évora - Mora (60 km) e Portalegre - Estremoz (64 km).

Parece ser extremamente relevante a preservação e a valorização do domínio público ferroviário nacional porque se julga que os caminhos-de-ferro representam um património industrial, arquitectónico, histórico e cultural.

Nesse sentido, procurou-se estudar um projecto de reabilitação de uma destas linhas ferroviárias, adoptando uma óptica de turismo alternativo tal como se faz noutros países. Julga-se que ali se poderiam privilegiar novos motivos de interesse, mais associados ao campo, ao Ambiente, ao património, e que funcionasse como contraponto ao turismo massificado de sol e de praia.



Entende-se que através da reabilitação e da requalificação da antiga linha ferroviária, se pode conseguir inverter alguma da tendência de desertificação, criando-se uma perspectiva de desenvolvimento local. Afinal, o que se pretende é recuperar racional e financeiramente um espaço outrora vivo, dinâmico e estável do ponto de vista social e económico. No entanto, considera-se que se deverá ter sempre presente a necessidade de criação de condições de sustentabilidade para todo o empreendimento.

Na actual sociedade, regista-se uma busca de novos ideais e de valores, essencialmente por parte das classes médias urbanas das grandes cidades, que regressam ao espaço rural para procurar um estilo de vida mais calmo, longe do rebuliço tipicamente citadino. Desta forma, uma das explicações inerentes ao processo de "retorno ao campo" reside na representação urbana do rural como um lugar de conservação de modos de vida tradicionais.

Actualmente um dos assuntos, em discussão, é representado pelo desenvolvimento do interior e do espaço rural, procurando-se criar novas oportunidades para áreas urbanas e rurais deprimidas, que são caracterizadas geralmente por uma escassez de recursos de natureza humana, material e financeira. Uma das formas possíveis de inverter essa tendência de progressiva desertificação do interior, passa pelo implementar de actividades turísticas e de lazer, mediante o recurso a meios financeiros reduzidos mas adaptados ao fimem vista.

O desenvolvimento de vários estudos sobre o aproveitamento turístico de zonas rurais tem tido em consideração vários cenários possíveis. Um dos mais promissores passa pela adopção de medidas de carácter recreativo e turístico, integradas num projecto global de carácter mais regional.

No entanto, tem-se consciência que o turismo não é a solução para todos os problemas para o mundo rural, nem a única forma de conferir utilidade aos processos de revitalização do património. Constitui uma hipótese a não ignorar, que deve ser integrada com outras medidas e iniciativas locais, regionais e nacionais.

Por último, considera-se que a população residente deverá estar sempre intimamente ligada a todo este processo de requalificação das vias-

férreas numa perspectiva mais turística e menos ligada ao transporte de pessoas e bens. Pretendem-se recuperar os interesses dos locais, as suas relações sociais e os seus valores próprios. Se a população estiver alienada do objectivo proposto, o resultado tenderá a ser desfavorável e mesmo desastroso.

# 3. A LINHA DE CAMINHO DE FERRO ESTREMOZ - PORTALEGRE

Para se levar por diante o objectivo anteriormente enunciado de implementação de um projecto de requalificação técnica e ambiental e recreativa, foi necessário proceder à identificação de um troço de uma linha de caminho de ferro que estivesse desactivado e que reunisse condições para poder ser utilizado como percurso turístico. Seleccionouse o troço entre Estremoz e Portalegre, construído entre o final do século 19 e o princípio do século 20.

Numa primeira abordagem procedeu-se à caracterização do património existente, nomeadamente da via e das obras de arte associadas, dos cais de passageiros, dos terminais e edifícios de passageiros e de mercadorias e de todas as outras estruturas e equipamentos que existiam nos vários apeadeiros e estações.

Depois de se ter efectuado uma avaliação do seu estado, diagnosticaram-se as medidas de reabilitação que seria necessário implementar. Finalmente listaram-se os custos inerentes a estas tarefas e realizou-se um estudo económico de viabilidade, atribuindo uma receita em função do número previsto de utilizadores.

Deste modo, foi possível apresentar uma solução para se potencializar a utilização turística e patrimonial das infra-estruturas ferroviárias existentes e desactivadas há quase 20 anos.

#### a) Esboço histórico

A região a Sul do Tejo foi uma das primeiras em Portugal a ter linhas de caminho de ferro. A abertura do primeiro troço registou-se, em 1861, entre o Barreiro e Vendas Novas, e este lanço marcava o início da Linha do Alentejo (ex-Linha do Sul).

Em 1859, foi celebrado um contrato entre o Governo Português e José de Salamanca (fundador da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses) para a construção da Linha do Leste. Joaquim Simões Margiochi foi nomeado Fiscal do Governo, tendo ficado concluída a construção, em 1863, com a chegada da linha de caminho de ferro à fronteira, na zona de Badajoz.

A linha de caminho de ferro, compreendida entre Estremoz e Portalegre foi adicionada ao Plano Geral das Vias Férreas ao Sul do Tejo, de 1902, através da publicação do Decreto de 7 de Maio de 1903, assinado pelo Ministro das Obras Públicas, Conde de Paço Vieira. Em 1905, ficou concluída a Linha de Évora, em bitola larga, com a chegada do comboio a Vila Viçosa.

Quanto à Linha de Portalegre (ou ex-Ramal de Portalegre), o primeiro troço, compreendido entre as Estações de Estremoz e Sousel, foi aberto à exploração, em Agosto de 1925. Em Janeiro de 1937, as populações de Santo Amaro-Veiros, Fronteira e Cabeço de Vide comemoraram a inauguração do segundo troço, com cerca de 30 km, entre Sousel e Cabeço de Vide. Apenas em Janeiro de 1949, esta linha alcançou a sua estação terminal, com a abertura à exploração do troço entre Cabeço de Vide e Portalegre. Ficava assim concluída a Linha de Portalegre.

Com a colocação ao serviço deste último troço, foi possível ligar a Linha do Leste com a rede Sul e Sueste, o que permitiu elevar o desempenho da cidade de Portalegre, em termos económicos. Por esta razão, a Estação de Portalegre tem a particularidade de pertencer a duas linhas, porque assegura a conexão da Linha de Évora com a Linha do Leste.

O ex-Ramal de Portalegre que actualmente se integra na Linha de Évora, permitia a ligação ferroviária entre Casa Branca e Portalegre. Apresenta uma extensão aproximada de 148,5 km. Como o seu total desenvolvimento interessava o interior da região alentejana, foi designado de Linha Regional.

Em Janeiro de 1990, esta linha foi encerrado à exploração ferroviária. Na altura do seu encerramento era caracterizada por tráfego misto (passageiros e mercadorias) no troço compreendido entre Casa Branca e Évora, e por tráfego de mercadorias no troço Évora- Portalegre. A REFER, como gestora das infraestruturas ferroviárias, tem actualmente em exploração apenas 18% da Linha de Évora com tráfego de passageiros e 57% com mercadorias. Pelas suas características funcionais e operacionais, esta linha pode ser considerada como um caso de decadência dos caminhos-de-ferro nacionais, na região do Alentejo.

Como se disse, o trecho da Linha de Évora (ex-Ramal de Portalegre), entre Estremoz e Portalegre, foi seleccionado para este estudo (Fig. 1). Após ter sido desactivado em 1990, permaneceu ao abandono desde então. A Linha de Évora mostra uma extensão total 148,8 km e o trecho de estudo corresponde a cerca de 43% da sua globalidade estendendo-se por 63,7 km. Atravessa 7 Concelhos alentejanos, nomeadamente Estremoz, Sousel, Fronteira, Alter do Chão, Monforte, Crato e Portalegre.

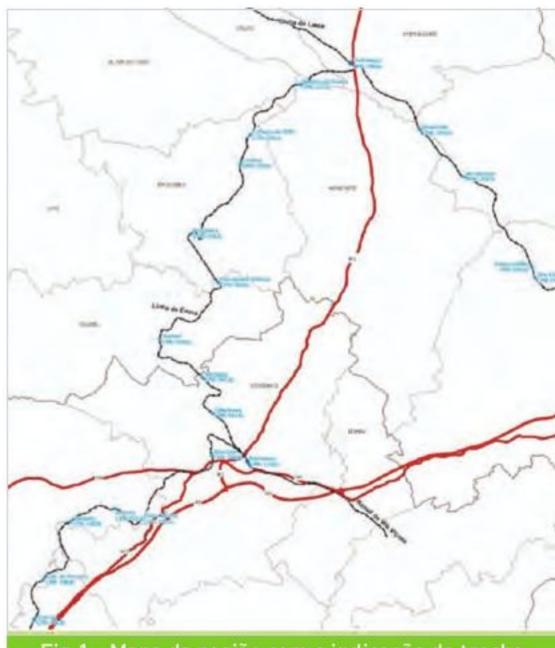


Fig.1 - Mapa da região com a indicação do trecho Estremoz-Portalegre.

#### b) Via férrea

Trata-se de um trecho em via única, não electrificada (Fig. 2). A bitola é larga ou ibérica, a que corresponde um afastamento entre carris de 1,667 m a 1,668 m. O tipo de carril varia entre 30 kg/m, 38 kg/m e 40 kg/m, tendo características semelhantes às restantes linhas ferroviárias da sua envolvente. As travessas são em madeira de pinho não tratado. O balastro é um misto de inertes de granito e de resíduos das pedreira de mármore que abundam no triângulo Borba - Estremoz - Vila Viçosa.

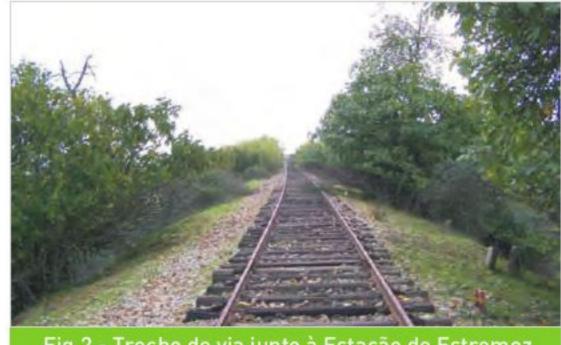


Fig.2 - Trecho de via junto à Estação de Estremoz.



Conforme se pode verificar, as características geomorfológicas da região, relativamente pouco acentuadas, facilitam a implantação de traçados viários.

A linha de caminho de ferro entre Estremoz e Portalegre, localiza-se entre o Pk 175+500 e o Pk 239+200. É constituída por cerca de 63,7 km de via larga.

As cotas da plataforma ferroviária estão compreendidas entre (72,52) m e (310,94) m, o que corresponde a uma diferença altimétrica de cerca de 238 m.

Aproximadamente 16.3 km (26%) da totalidade da linha apresentam inclinação nula, e estas zonas de patamar estão distribuídas uniformemente por todo o troço. Contudo, verifica-se que cerca de 40.6 km (64%) do traçado possui pendentes superiores a 10‰ (ou 1%).

O troço mais condicionante é o que está compreendido entre as Estações de Fronteira e de

Cabeço de Vide, com cerca de 9.8 km (70%) do seu traça do caracteriza do por pendentes desfavoráveis. No entanto, as pendentes mais desfavoráveis ocorrem entre Sousel e Fronteira e entre Cabeço de Vide e Portalegre, com inclinações da ordem dos 17‰ (ou 1.7%).

O traçado não é muito sinuoso. Cerca de 37.5 (60%) é em recta e 26.2 km (40%) em curva.

As curvas existentes são de raio relativamente reduzido. Com efeito, cerca de 78% das curvas existentes em todo o traçado em estudo têm raio inferior a 500 metros. O troço compreendido entre Sousel e Fronteira apresenta a maior percentagem de curvas de raio inferior a 500 metros, sendo nele que se encontra o raio de curvatura mais condicionante, de cerca de 280 metros.

No Quadro 1 indicam-se as características técnicas do trecho de linha de caminho de ferro, de uma forma resumida.

Estações e Apeadeiros	- 181+556				4+473	- Veiros - 204-	210+473	-221+600	Cabeço de Vide - 224+717	reixo - 232+703	239+200	
Elemento	Est. Estremoz -	Ap. Silveirona - 181+556	Ap. Cardeais - 1			Est Sousel - 194	Ap. Santo Amaro - Veiros	Est. Fronteira - 210+473	Ap. Coutos - 22'	Est Cabeço de	Ap. Ribeiro de Freixo	Est Portalegre -
Troços	ш		troço			T	2º troço		3º troço		4º troço	-
Comprimento do troço (km)	18.997						16.000		14.244		14.483	
Via	única											
Bitola	y ia larga											
Pk Tipo de	175+476		191+000	191+000	192+500	192+500				225+500	225+500	239+200
Carril		36 kg/m		_	kg/m			36 kg/m			40 kg/m	
Travessas	madeira de pinho não tratado											
Balastro	mistura de granito com mármore (pedras da região)											
Electrificação	não electrificada											
Sistema de Controlo de Velocidade	não existe											
Intervenções na via					re	balastr	agem e substit	uicão de t	ravessas (1)			

(1) não há relato de intervenções significativas, tendo havido apenas substituição de troços de carril e rebalastragem, entre os anos 50 e 80 do século passado

Quadro 1 - Características técnicas da linha de Évora: Estremoz - Portalegre.

#### c) Passagens de nível

As passagens de nível (PN) são consideradas como pontos críticos, em termos de segurança, porque correspondem a locais de conflito entre o transporte rodoviário e o ferroviário.

Relativamente às passagens de nível públicas, o número foi-se alterando ao longo dos anos, com a criação ou alteração de estradas que interessavam a zona. Existem 58 Passagens de nível em 63,7 km de via, o que corresponde a uma densidade de cerca de 0.91 PN/km. As passagens de nível estão distribuídas, de forma uniforme, ao longo do traçado.

Dado o contexto dos terrenos envolventes à linha, caracterizados por latifúndio e por uma intensa actividade agrícola, e sobretudo devido ao facto da linha estar desactivada desde Janeiro de 1990, actualmente existem inúmeras passagens de nível particulares, não cadastradas, tendo sido criadas pelos próprios donos dos terrenos confinantes, para seu próprio serviço e utilização (Fig. 3).



Fig.3 - Passagem de nível junto ao Apeadeiro de Silveirona com vedação particular sobre a linha de caminho-de-ferro.

#### d) Obras de arte

Não existem obras de arte muito significativas, porque o terreno é relativamente suave e não ocorrem muitos troços rodoviários que sejam intersectados. A zona em que se enquadra o troço, é caracterizada essencialmente pela existência de inúmeras linhas de água, e a maioria apresenta caudais reduzidos.

No perfil longitudinal do troço Estremoz - Portalegre, identificaram-se 105 aquedutos e 6 pontões. A dimensão destas passagens hidráulicas é de pequeno desenvolvimento, e geralmente tratase quase sempre de obras de arte muito simples, como se pode observar nas Fig. 4a 6.



Fig.4 - Passagem hidráulica existente no troço entre a Estação de Sousel e o Apeadeiro de Santo Amaro-Veiros

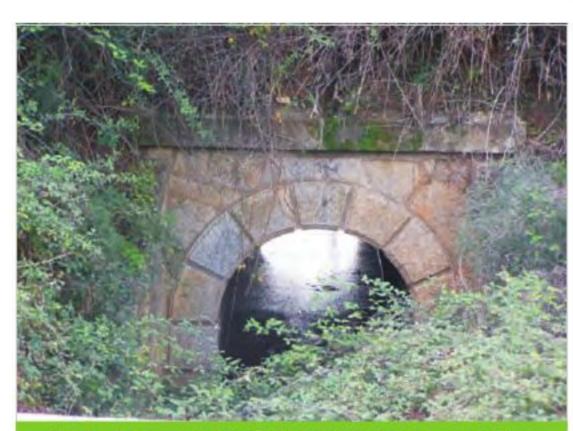


Fig.5 - Passagem hidráulica existente no troço entre a Estação de Sousel e o Apeadeiro de Santo Amaro-Veiros



Fig.6 - Passagem Hidráulica existente no troço entre Apeadeiro de Coutos e a Estação de Cabeço de Vide.

## FEB 100

### e) Estações e apeadeiros - terminais de passageiros

O troço em estudo abrange 5 Estações (Estremoz, Sousel, Fronteira, Cabeço de Vide e Portalegre, Fig. 7 a 11) e 5 Apeadeiros (Silveirona, Cardiais, Santo Amaro-Veiros, Coutos, e Ribeiro de Freixo).

À semelhança do que se verifica em grande parte da Rede Ferroviária Nacional, trata-se de estações combinadas, uma vez que a entrada e a saída de passageiros se faz por um único edifício lateral.

Os edifícios principais de passageiros têm 2 pisos, sendo o piso térreo utilizado para a estação ferroviária e o piso superior como habitação do chefe da estação.

São edifícios que caracterizaram uma época, e que por si sós representam um património industrial e arquitectónico que merecia ser preservado. O seu estilo é muito semelhante e quase modular. Quando maior o aglomerado servido, verifica-se um crescimento lateral da estrutura, mantendo-se a mesma traça arquitectónica. Valeria a pena recuperar alguns destes edifícios para se poder proporcionar aos vindouros uma imagem do que foi a vivência do caminho-de-ferro dos séculos 19 e 20 e das suas gentes.



Fig.7 - Estação de Estremoz Edifício de passageiros e habitação.





Fig.9 - Estação de Fronteira Edifício de passageiros e de habitação.

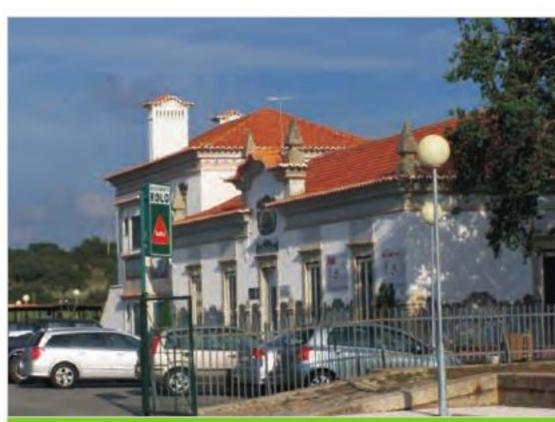


Fig.10 - Estação de Cabeço de Vide Edifício de passageiros e de habitação.



Fig.11 - Estação de Portalegre Edifício de passageiros e de habitação.

Parece ser interessante mostrar a estrutura de projecto de uma estação ferroviária dessa época gloriosa do caminho-de-ferro nacional (Fig. 12). Havia uma zona de acesso ao público (vestíbulo e sala de espera de 3ª classe) e um compartimento separado, reservado e que funcionava como sala de espera de 1ª e 2ª classes. Era nessa área pública que estava a bilheteira. Junto a ela estava a sala do telégrafo e o gabinete do chefe de estação. Lateralmente a este grande bloco, havia ainda um compartimento para dormitório de carregadores e uma habitação de um factor.

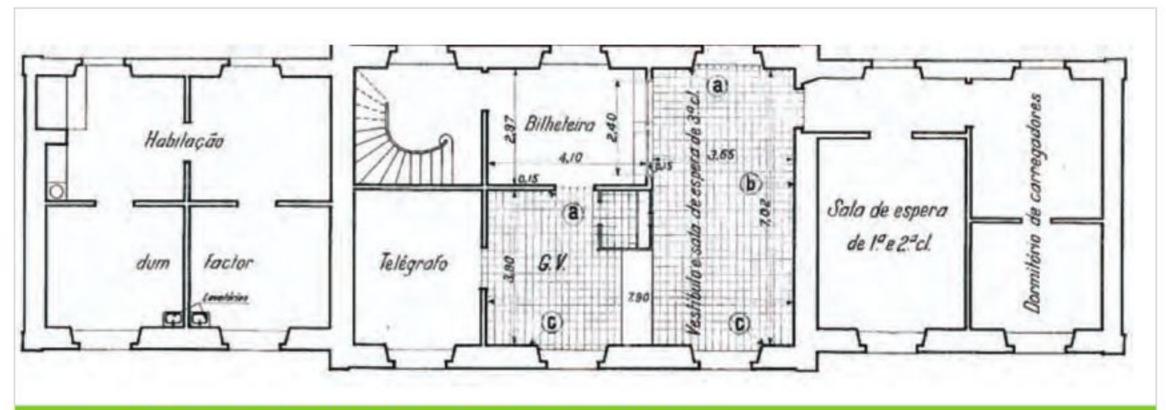


Fig.12 - Estação de Estremoz (excerto do Desenho nº 1870, CP, 1939)

Outro dos aspectos mais relevantes dos edifícios das estações é representado pelo tipo de revestimento que foi utilizado, onde se destacam painéis de azulejos, de belo efeito e de agradável composição e que geralmente são testemunhos etnológicos e etnográficos relevantes.

Na Estação de Estremoz, tanto nas fachadas exteriores, como nos espaços interiores, a riqueza em azulejos marca o seu aspecto global. As fachadas exteriores representam cenários tipicamente regionais do Alentejo. Os desenhos são esboçados em diferentes tonalidades de azul, e as molduras de enquadramento ostentam motivos geométricos onde predominam as cores amarela e cor de vinho (Fig. 13).

No lado interior da Estação de Estremoz, os azulejos são meramente decorativos (Fig. 14), não mostrando qualquer relação com os exteriores. Mesmo assim, a composição é muito rica e forma um revestimento agradável que marcou uma época. Predominam motivos geométricos, dispostos em várias tonalidades de azul e de amarelo.



Fig.14 - Estação de Estremoz Painéis de azulejos existentes, do lado interior.

O revestimento mais notório em azulejos observase na Estação de Fronteira, como se pode observar nas Fig. 15 e 16. São peças da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi e do pintor Leopoldo Battistini, que procuraram retratar os costumes da região alentejana. Trata-se de azulejos revivalistas, criados na Fábrica Constância.



Fig.13 - Estação de Estremoz Painéis de azulejos existentes do lado exterior.

Estes painéis de azulejo representam uma época, onde o papel do Estado era muito presente e as empresas públicas representavam, pela sua acção, um factor de progresso e de dinamismo, mas também estavam imbuídas de um certo conservadorismo político e institucional, que eram os valores do Estado Novo de Oliveira Salazar. Como empresas majestáticas, a sua presença era sempre notada e assinalada. A título de curiosidade, apresenta-se na Fig. 17 o painel de azulejos, de belo contorno e composição, que marcava e assinalava a quem pertencia a propriedade da estação.

# FEB ICH



Fig.15 - Estação de Fronteira (entrada principal) Azulejos retratando cenários etnográficos.



Fig.16 - Estação de Fronteira (entrada principal) Azulejos retratando cenários etnográficos.



Fig.17 - Estação de Fronteira (entrada principal)
Painel de azulejos com o símbolo dos Caminhos
de Ferro do Estado.

Outro aspecto característico das estações ferroviárias portuguesas era geralmente representado pelas coberturas das plataformas de passageiros, que cobriam a zona adjacente ao edifício, e seguiam ao longo de todo o seu comprimento (Fig. 18 e 19).

Trata-se de estruturas simples que permitiam resguardar as pessoas das condições atmosféricas adversas, nomeadamente do sol inclemente do Verão alentejano e da chuva desagradável do Inverno Geralmente eram estruturas metálicas, muitas vezes em ferro forjado e trabalhado. Um dos aspectos que pior funcionava era a drenagem da

cobertura que se fazia pelo interior vazado dos pilares e que muitas vezes entupia.



Fig.18 - Estação de Estremoz Cobertura da plataforma de passageiros.

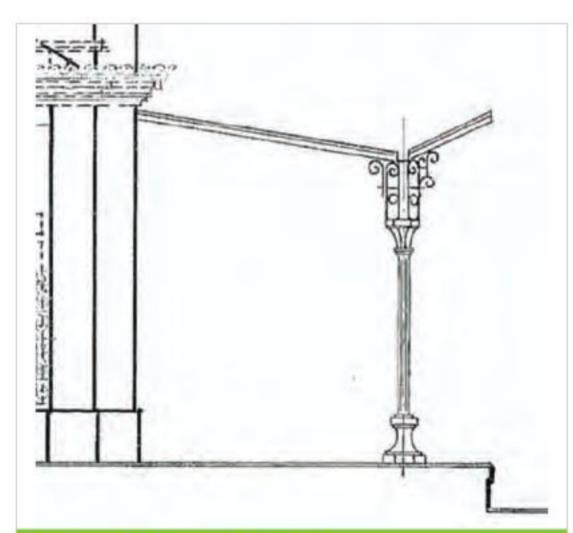


Fig.19 - Estação de Estremoz Cobertura da plataforma de passageiros (excerto do Desenho nº 1870, CP, 1939).

Para além dos terminais de passageiros, as estações integravam outros edifícios e estruturas, como por exemplo, as instalações sanitárias que eram exteriores, e separadas do edifício principal, e que geralmente tinham sempre problemas complicados de manutenção e de limpeza (Fig. 20).

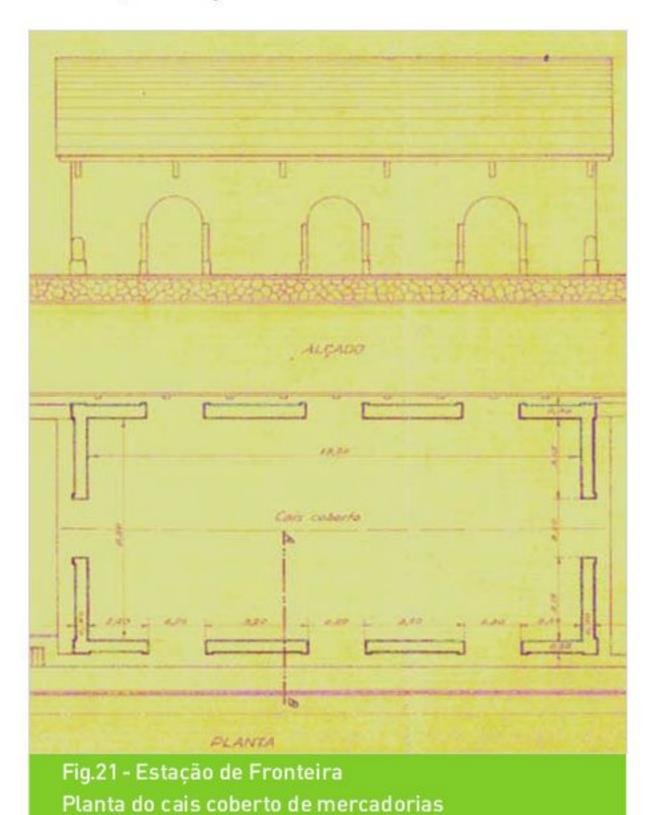


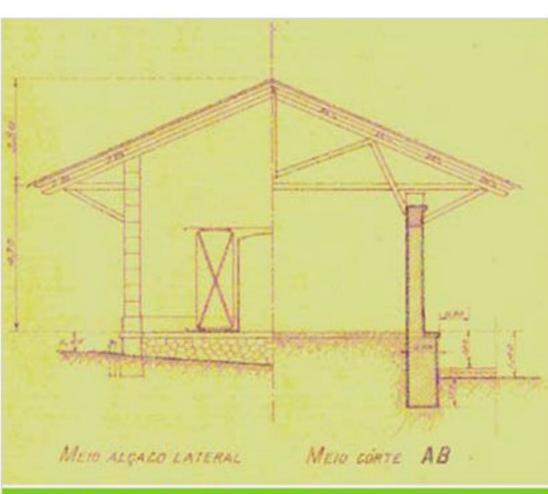
Fig. 20 - Estação de Estremoz. Instalações sanitárias.

# f) Estações e apeadeiros - terminais de mercadorias

Os elementos mais marcantes nesses locais de paragem do transporte ferroviário de então, que eram as estações, integravam outras estruturas, não directamente relacionadas com o transporte dos passageiros (terminais e cais de passageiros).

Apresentam-se alguns desenhos que ilustram como eram projectados e construídos os cais cobertos para mercadorias, associados às estações. (Fig. 21 a 23).





(excerto do Desenho nº 159, CP, 1933).

Fig.22 - Estação de Fronteira Alçados do cais coberto de mercadorias (excerto do Desenho nº 159, CP, 1933).



Fig.23 - Estação de Estremoz Cais coberto de mercadorias com grua de apoio.

# g) Estações e apeadeiros - reparação e manutenção de material circulante

Devido à sua localização e importância na rede ferroviária nacional, na Estação de Estremoz, foram construídas duas cocheiras, ou instalação para resguardo, reparação e manutenção de material circulante. Uma era para locomotivas e outra para carruagens (Fig. 24 e 25). Pode-se observar que são edifícios de tipo industrial, com portas de acesso largas e desprovidas de grande cuidado estético.



Fig.24 - Estação de Estremoz Cocheira de Carruagens.



Fig.25 - Estação de Estremoz Cocheira de Locomotivas.

## FEB 300

### h) Estações e apeadeiros - equipamentos acessórios

As locomotivas do século 19 e das primeiras décadas do século 20, eram a vapor, o que obrigava à existência de reservatórios sobrelevados para abastecimento das caldeiras das máquinas.

A maioria dessas estruturas era em madeira e chapa de aço. Mais tarde, recorreu-se ao betão armado. Na estação de Estremoz, observa-se o reservatório de água com uma área de cerca de 20 m2 (Fig. 26), bem como uma manga de água que permitia abastecer directamente a locomotiva (Fig. 27).

Por curiosidade, apresenta-se na Fig. 28 um aparelho de mudança de via (AMV), que existe na estação de Estremoz, vulgarmente conhecidos como agulha, que mostra ainda a gaiola de sinalização.







#### 4. CONCLUSÕES

O património arquitectónico e industrial associado às infra-estruturas ferroviárias que foram construídas na segunda metade do século 19 e primeira metade do século 20, é muito variado, de grande diversidade estética e de valor cultural muito ligado à realidade local e regional.

Este património representa uma época em que os caminhos-de-ferro representavam o modo de comunicação terrestre mais relevante em Portugal. Deve ser preservado sempre que possível, adaptando-o às exigências de segurança actuais e aos requisitos técnicos mais recentes, embora mudando-lhe o seu fim se necessário.

Estes edifícios nunca deveriam perder a sua traça original e o seu estilo, que os tornaram em construções inconfundíveis e de agradável integração, e que por isso foram citados e referidos por numerosos escritores nacionais e estrangeiros.

O destino a dar às linhas de caminho de ferro centenárias onde cessou a exploração ferroviária merece ser considerado como matéria de reflexão. Devem-se adoptar medidas que procurem recuperar o património dentro de uma perspectiva de salvaguarda mas também de recuperação económica, integrando-o em projectos locais, regionais ou mesmo nacionais de desenvolvimento económico sustentado.

A linha Estremoz-Portalegre pode ser considerada como um exemplo dessa potencialidade de recuperação do património e de reutilização, com fins turísticos e de actividades de lazer.

No âmbito de um trabalho mais alargado, efectuou-se uma caracterização de toda a linha e das estruturas associadas. É esta matéria que se resumiu no presente documento.

Os estudos que também foram desenvolvidos apontaram para a possibilidade de repor em funcionamento parte da linha, efectuando investimentos mínimos e pondo-a ao serviço da região onde se insere. A análise económica singela permitiu antecipar taxas de retorno do investimento compatíveis com os custos de recuperação dos edifícios, da via e das estruturas associadas.

### A ADFER DÁ AS BOAS VINDAS AOS NOVOS SÓCIOS BENEMÉRITOS





### SÓCIOS BENEMÉRITOS DA ADFER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO

























































### SÓCIOS BENEMÉRITOS DA ADFER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO

























































## Lista de Participantes - 8º Congresso Nacional

1	Abel Vinagre	83	António Pires Raposo	165	Cristina Vasconcelos
2	Acúrcio dos Santos	84	António Valiente	166	Dália Marques
3	Adelaide Oliveira	85	António Vila Verde Ribeiro	167	Daniel Antunes
4	Adelino Bito	86	Archer de Carvalho	168	Daniel Bessa
5	Adolfo Rodrigues	87	Arlindo Rodrigues	169	Daniel Gonçalves
6	Adriano da Silva Carvalho	88	Armando Martins	170	Daniel Leão
7	Adriano Fialho	89	Armando Sena	171	Daniel Vivas
8	Adriano Martins	90	Armando Xavier	172	Dário Alexandre de Sá e Silva
9	Adriano Moreira	91	Arménio Matias	173	David Martins
10	Afonso Marques	92	Arnaldo Jorge D'Assunção Silva	174	Dias dos Santos
11	Agostinho Granjal	93	Asa Freitas	175	Diogo Cortez
12	Aires São Pedro	94	Augustin Olivier	176	Duarte Amândio
13	Alberto Barbosa	95	Augusto Costa Franco	177	Duarte Arroja
14	Alberto Diogo	96	Augusto Moreira Pinto Franco	178	Duarte Pereira
15	Alberto Espingardeiro	97	Aurora Ferreira	179	Edmundo Costa
16	Alberto Gameiro Jorge	98	Beatriz Vieira	180	Eduadro Gomes
17	Alberto Grossinho	99	Blanche Moreno	181	Eduardo Frederico
18 19	Alberto Martins	100	Brás Coelho	182	Eduardo Freitas
20	Alberto Oliveira Alberto Passos	101	Bruno Gomes	183 184	Eduardo Furtunato Eduardo Osvaldo Correia
21	Alexandra Ambrosio Polido	102	Bruno Quinzico	185	Eduardo Osvaldo Correia Eduardo Pena
22	Alexandra Pratas	103 104	Campos Costa	186	Eduardo Pinto
23	Alexandre Marques	105	Campos e Matos Carla Abreu	187	Eduardo Rodès Gubern
24	Alexandre Sousa	106	Carla Almeida	188	Élia Domingues
25	Alfeu Pimentel	107	Carla Farinha	189	Élio Serra
26	Alfonso López Beltran	108	Carla Martins	190	Elisabete Proença
27	Alfredo Plexa	109	Carla Pinto	191	Elisio Carmona
28	Alfredo Rocha	110	Carla Salgado	192	Elizabete Leonardo
29	Alfredo Silva	111	Carla Sofia Soares Lopes	193	Elsa Seguro Rodrigues
30	Almeida Teixeira	112	Carlos Alberto Bernardo da Silva	194	Elvira Pedroso
31	Álvaro Costa	113	Carlos Bento Nunes	195	Emídio Cândido
32	Álvaro Filipe Silva	114	Carlos Correia	196	Emidio Feio Borges
33	Álvaro Santos	115	Carlos Costa	197	Emilia Branco
34	Alves Dias	116	Carlos Dias Fernandes	198	Eugénia Xavier
35	Alves Monteiro	117	Carlos do Maio Correia	199	Eurico Brilhante Dias
36	Amélia Talesso	118	Carlos Figueiredo	200	Eurico Teixeira de Sousa
37	Américo Campos Costa	119	Carlos Frazão	201	Fátima Cardoso
38	Ana Carina Matos	120	Carlos Gaivoto	202	Fátima Lopes
39	Ana Cristina Cavalheiro	121	Carlos Gomes	203	Fátima Mateus
40	Ana Filipa Ribeiro	122	Carlos Gonçalves	204	Fausto Reis de Oliveira
41	Ana Furtado	123	Carlos Lourenço	205	Felicio Gabriel
42	Ana Isabel Lima	124	Carlos Manuel Costa Nunes	206	Félix Ribeiro
43	Ana Isabel Pinto da Silva	125	Carlos Manuel Oliveira	207	Fernanda de Sousa
44	Ana Luísa Freire	126	Carlos Matias Ramos	208	Fernanda Pinto
45	Ana Manso	127	Carlos Nunes	209	Fernanda Rendeiro
46	Ana Maria Portela	128	Carlos Nunes Martins	210	Fernanda Rodrigues
47	Ana Paula Cabeças	129	Carlos Paz	211	Fernando Belo
48	Ana Paula Vitorino	130	Carlos Picado	212	Fernando Cabral
49	Ana Rita Polido	131	Carlos Pina	213	Fernando Carvalho Ferreira
50	Anabela Marques	132	Carlos Pinto	214	Fernando Costa
51	Anabela Valente	133	Carlos Rodrigues	215	Fernando Cunha
52	André Louro	134	Carlos Santinho	216	Fernando Durão
53	Andreas Irmisch	135	Carlos Silvestre	217	Fernando Jesus
54 55	Angelo Ramalho	136	Carlos Simões	218 219	Fernando Leal
56	Antoine Hurel	137	Carrasquinho de Freitas	220	Fernando Manuel Moreira Fernando Miraldo
57	António Anjos do Carmo António Caetano	138 139	Catalim Brum Catarina Arantes e Oliveira	221	Fernando Moreira da Silva
58	António Carmona Rodrigues	140	Catarina Cardoso	222	Fernando Pereira
59	António Carvalheira Lourenço	141	Catarina Pinto	223	Fernando Pereira da Costa Leal
60	António Catarino	142	Catarina Varges Nini	224	Fernando Redondo
61	António Costa	143	Celeste Malveiro	225	Fernando Santo
62	António Cotrim	144	Celeste Rebelo	226	Fernando Silva
63	António Delgado Santos	145	Célia Queirós	227	Fernando Sunyer
64	António Faría	146	Cipriano Lomba	228	Fernando Vendas
65	António Fernandes	147	Clara Lourenço	229	Fernando Videira Martins
66	António Ferreira	148	Claudia Freitas	230	Ferrão Morgado
67	António Figueiredo	149	Claúdia Nogueira	231	Filipa Duarte Ferreira
68	António Figueiredo Vasconcelos	150	Claudia Tam	232	Filipa Lino
69	António Filipe	151	Claudio Signoretti	233	Filipa Silva
70	António Garção Mexia	152	Conceição Espadinha	234	Filipe Ferreira
71	António Gois	153	Conceição Fazeres	235	Filipe Frasquilho
72	António Gonçalves Peralta	154	Conceição Marques	236	Filipe Gomes de Pina
73	António Grangeia	155	Costa de Freitas	237	Filipe Moreira
74	António José Cabral	156	Crespo Rodrigues	238	Firmino Costa
75	António Manuel Venda	157	Crisostomo Teixeira	239	Flávio Santos
76	António Martins da Silva	158	Cristina Arruda	240	Florisel Espinoza
77	António Medeiros	159	Cristina Campos	241	Fonseca Mendes
78	António Mineiro	160	Cristina dos Santos Dias	242	Francisco Abreu
79	António Nunez	161	Cristina Dourado	243	Francisco Asseiceiro
80	António Paiva Morão	162	Cristina Laginha	244	Francisco Cardoso dos Reis
81 82	António Paixão	163	Cristina Maria Lopes da Silva	245	Francisco Carlos Duarte Belo
02	António Pereira	164	Cristina Prieto	246	Francisco Cavaco Conceição



0.77		220	. D: A	/44	- 'B O - ' B
247 248	Francisco Fonseca Francisco Fortunato	329 330	Joaquim Dias Amaro	411 412	José Roque Cordeiro Ramos José Ruiz Olmo
249	Francisco Ganhão	331	Joaquim Fernandes Joaquim Ferreira do Amaral	413	José Salomão Benoliel
250	Francisco Horta	332	Joaquim Fraga	414	José Santos Cunha
251	Francisco Melo Parente	333	Joaquim Fragoso	415	José Sardinha
252	Francisco Murteira Nabo	334	Joaquim Gonçalves	416	José Silva Peneda
253	Francisco Nascimento	335	Joaquim José Sousa Marques	417	José Silva Rodrigues
254	Francisco Salvador	336	Joaquim Moreira	418	José Tomé
255 256	Francisco Vilaça Lopes Germán Ruiz Gomez	337 338	Joaquim Peres Joaquim Polido	419 420	José Valério Vicente Junior Júlia Neves Matos
257	Gianpaolo Fantino	339	Joaquim Reis	421	Julio Duarte Santos Arroja
258	Gilberto Gomes	340	Joaquim Santos	422	Júlio Marques
259	Gomes Ferreira	341	Joaquim Silva	423	Júlio Valdemar
260	Gonçalo Freitas	342	Joaquim Ventura	424	Justino Esteves
261	Graça Teófilo	343	Joaquin Brito dos Santos	425	Leão Mendes
262 263	Gualdino Cruz Guilherme Carvalho	344 345	Jorge Airosa	426 427	Lee Valentine Leonor Mendes
264	Guilherme Silva	346	Jorge Amaro Jorge d´ Almeida	428	Licínio Machado
265	Guimarães Machado	347	Jorge Dores	429	Lília Margarida de Sousa
266	Helder Leitão	348	Jorge Fernandes	430	Luís Almeida
267	Helena Cristina Figueiredo	349	Jorge Figueiredo	431	Luís Américo Silva
268	Helena Parente	350	Jorge Jacob	432	Luís Aparicio Fernandes
269	Helga Barros	351	Jorge Larangeira	433	Luís Ascensão
270 271	Hélia Andrade Henrique Lourenço	352 353	Jorge Lavaredas Jorge Lima Martins	434 435	Luís Bernardo Luís Cabral da Silva
272	Henrique Moura	354	Jorge Marques	436	Luís Cadilha
273	Henrique Oliveira	355	Jorge Paulino Pereira	437	Luís Candeias
274	Herbert Seelmann	356	Jorge Rocha	438	Luís Carneiro
275	Herminio Paulos	357	Jorge Rosa	439	Luís Cepeda
276	Hilário Manuel Neves Vieira	358	Jorge Santos Silva	440	Luís Cipriano Ferreira
277	Horácio Sousa	359	Jorge Sarafana	441	Luís Coimbra
278	Hormigo Vicente	360	Jorge Sequeira	442	Luís Costa
279 280	Hugo Rodrigues Idalino Sabino José	361 362	Jorge Vieira Jorge Vilaverde	443 444	Luís Cunha Luís de Jesus
281	Ilda Curado	363	José Almeida Sousa	445	Luís Figueiredo
282	Isidro Vaz	364	José António Esteves da Silva	446	Luís Filipe Matos de Oliveira
283	J. Rodrigues	365	José Argolinha	447	Luís Franco Correia
284	Jacinto Carlos Santos Lima	366	José Asdrúbal Serpa	448	Luís Gama Prazeres
285	Jack Roosevelt	367	José Baptista	449	Luís Garcia
286	Jack Roosevelt Mendes	368	José Carlos Clemente	450	Luís Lobo
287	Jaime Quaresma	369	José Carlos Lima	451	Luís Mafra
288 289	Jaime Ramos Jesus Duarte	370 371	José Carlos Oliveira José Carlos Simões	452 453	Luís Magalhães Luís Marcos
290	Joana Rita Ramalho	372	José Carreira Miguel	454	Luís Mata
291	Joana Serra	373	José Castro	455	Luís Matias
292	João Agostinho Serôdio de Matos	374	José Clemente	456	Luís Melo
293	João Alexandre Palma	375	José Conchinha	457	Luís Monteiro
294	João Alves	376	José Crespo de Carvalho	458	Luís Morais Correia
295	João António Matela Heitor	377	José Duarte Miguel	459	Luís Neto
296 297	João Antunes João Araújo	378 379	José Fernandes Cordeiro Ramos José Fernando dos Reis Leal	460	Luís Pinto Luís Ramos
298	João Cachola	380	José Frade	462	Luís Roboredo
299	João Carlos Loureiro	381	José Garcia	463	Luís Rodrigues
300	João Carvalho	382	José Gervasio Leite	464	Luís Rolo Řibeiro
301	João Casaleiro	383	José Godinho Feio	465	Luís Vale
302	João Cortinhas	384	José Gonçalves	466	Luís Vaz Pato
303	João Delgado	385	José Guerra	467	Luís Vela Gomes
304 305	João Diogo João Ferraz	386 387	José Heitor da Fonseca	468 469	Luísa Resina Madalana Estavão
306	João Galinho	388	José Jesus Fradique José Lopes Tomé	470	Madalena Estevão Maia Pires
307	João Jorge	389	José Luís Machado do Vale	471	Manolo Duarte
308	João Magano	390	José Luís Ramalho	472	Manuel Almeida
309	João Manuel Boquinhas Pereira	391	José Maia	473	Manuel Alvim
310	João Manuel Carreira Miguel	392	José Manuel Andrade Gil	474	Manuel Cachado
311	João Maria Leitão Oliveira Martins	393	José Manuel Canelas Lopes	475	Manuel Caetano
312	João Menezes	394	José Manuel Carreira Miguel	476	Manuel de Magalães
313 314	João Oliveira João Parente	395 396	José Manuel Duarte Rola José Manuel Oliveira Monteiro	477 478	Manuel Joaquim Veiga Lopes
315	João Paulo	397	José Manuel Pinheiro	479	Manuel José Lopes Paradela Manuel Martins
316	João Paulo Borges	398	José Manuel Rodrigues Gaspar	480	Manuel Meira da Cunha
317	João Paulo Henriques	399	José Manuel Siva Rodrigues	481	Manuel Neto
318	João Pereira Fernandes	400	José Manuel Teixeira	482	Manuel Nunes
319	João Piussa	401	José Maria André	483	Manuel Ribeiro
320	João Pointasilgo	402	José Marques Moura	484	Manuel Seabra Pereira
321	João Ramos	403	José Martins Pereira	485	Manuel Sousa Bastos
999	João Rebelo	404	José Menedo José Milheiro de Oliveira	486 487	Manuel Valentim Manuela Figueiredo
322		671 10%	The state of the s	(40)	manueta i ludell euo
323	João Rodrigues	405 406			
		406 407	José Paisana José Pedrico Pereira	488 489	Manuela Ribeiro Marcelo de Donato
323 324	João Rodrigues João Salgueiro	406	José Paisana	488	Manuela Ribeiro
323 324 325	João Rodrigues João Salgueiro João Santos Silva	406 407	José Paisana José Pedrico Pereira	488 489	Manuela Ribeiro Marcelo de Donato

493	Marco Santos	575	Paul Véron	657
494	Margarida Maria Ferreira Arantes	576	Paula Azevedo	658
495	Margarida Margues	577	Paula Costa	659
496	Maria Albertina Costa	578	Paula Delgado	660
497	Maria Amélia Talesso	579	Paula Pelicas Soares	661
498	Maria Angélica Maniés Dias	580	Paula Vertic	662
499	Maria Constantina Baptista	581	Paulo Afonso	663
500	Maria da Glória Teixeira	582		664
501			Paulo Alexandre Gomes	665
	Maria da Graça Bartolomeu	583	Paulo Barbosa	
502	Maria da Graça Serejo	584	Paulo Brito da Silva	666
503	Maria de Fátima Matos	585	Paulo Cerqueira	667
504	Maria de Jesus Lopes	586	Paulo dos Marques	668
505	Maria de Lurdes Centeno	587	Paulo Ferreira	669
506	Maria do Carmo Lopes	588	Paulo Gonçalves	670
507	Maria do Céu Lopes	589	Paulo Jorge Dias Ferrão	671
508	Maria Eduarda Loureiro	590	Paulo Magina	672
509	Maria Elisa Saloio	591	Paulo Miguel Costa Pereira	673
510	Maria Emilia Sousa	592	Paulo Monteiro	674
511	Maria Escarduça	593	Paulo Paixão	675
512	Maria Filomena Marques	594	Paulo Pinto	676
513	Maria João Branco	595	Paulo Rodrigues	677
514	Maria João Branco	596	Paulo Santos	678
515	Maria João Calado Lopes	597	Paulo Seixas	679
516	Maria João Tender	598	Paulo Silva	680
517	Maria José Gamelas	599	Paulo Taveira	681
518	Maria Lurdes Dias	600	Paulo Viçoso	682
519	Maria Lurdes Ferreira	601	Pedro Amorim	683
520	Maria Manuel Pinheiro	602	Pedro Bogas	684
521	Maria Manuela Escoval	603	Pedro Carreira	685
522	Maria Martinho	604	Pedro Correia	686
523		605		687
524	Maria Regina Ferreira Maria Ruth Rebelo		Pedro Cotta	
525		606	Pedro Couto de Castro Pita	688
	Maria Teresa Costa	607	Pedro de Jesus	689
526	Maria Teresa Galo	608	Pedro Ferreira	690
527	Maria Toyoko	609	Pedro Galupa	691
528	Mariana Oliveira	610	Pedro Gonçalves	692
529	Mário Alves	611	Pedro Gouveia e Melo	693
530	Mário Domingues	612	Pedro Grossmann	694
531	Mário Franco	613	Pedro Melo	695
532	Mário Nunes	614	Pedro Miguel de Freitas Pita	696
533	Mário Olivença	615	Pedro Morais	697
534	Mário Perdigão	616	Pedro Nobre	698
535	Mário Rodrigues	617	Pedro Pereira	699
536	Marta Branco	618	Pedro Pinto	700
537	Marta Raposo	619	Pedro Pita	701
538	Martins de Brito	620	Pedro Rolo	702
539	Martins Marques	621	Pedro Sendas	703
540	Maurício Frederico	622	Pedro Silva	704
541	Mauro Aguiar Peneda	623	Pedro Vieira	705
542	Melo Parente	624	Pestana Neves	706
543	Mendes Madeira	625	Pier Paolo Polita	707
544	Michael Cawley	626	Pissarra dos Santos	708
545	Miguel Areias	627		709
546	Miguel Faro Viana	628	Pompeu dos Santos Pontes Correia	710
547	Miguel Freire			711
548	Miguel Roquete	629	Raimundo Mesquita	712
549		630	Ramalho de Almeida	713
	Miquel Llevat	631	Ramos Emilio	
550	Miuel Oliveira	632	Raquel Martins	714
551	Moniz Barreto	633	Raul Matias	715
552	Monteiro dos Reis	634	Raul Vilaça e Moura	716
553	Natal da Luz	635	Ricardo Bexiga	717
554	Neves Silva	636	Ricardo Dias Amaro	718
555	Norberto Eustáquio	637	Ricardo Drummond Borges	719
556	Nuno Baptista	638	Ricardo Marques	720
557	Nuno Barrento	639	Ricardo Nunes	721
558	Nuno Barriga	640	Ricardo Oliveira	722
559	Nuno Carvalho	641	Ricardo Pasqual Bremon	723
560	Nuno Freitas	642	Ricardo Soares	724
561	Nuno Gonçalves	643	Ricardo Teixeira	725
562	Nuno Lopes	644	Ricardo Veiga	726
563	Nuno Marques	645	Rita Alho Martins	727
564	Nuno Miguel da Silva Neves	646	Rosa Leitão	728
565	Nuno Moreira	647	Rosário Alves	729
566	Nuno Paixão	648	Rui Araújo	121
567	Nuno Pereira			
568		649	Rui Barros	
	Nuno Sousa Odoto Abrantos	650 651	Rui Calçada	
569	Odete Abrantes	651	Rui Cameiro	
570	Oliveira Marques	652	Rui Coutinho	
571	Osvaldo Bagarrão	653	Rui Garcia	
572	Otília Maria Queiroz e Sousa	654	Rui Guerra	
573	Patrice Houdu	655	Rui Lameiras	

655 Rui Lameiras

656 Rui Lavado

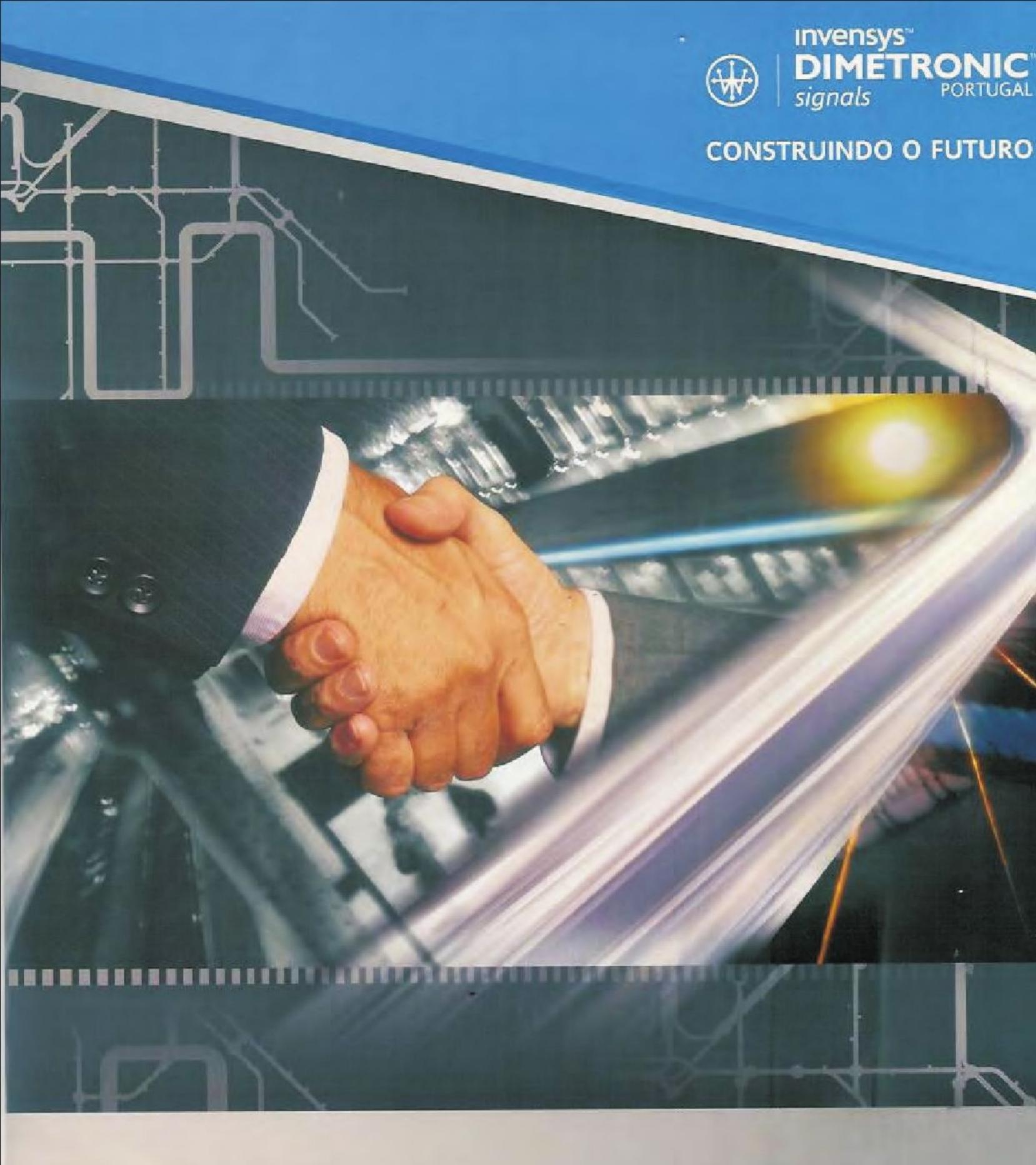
Rui Lopes Rui Martins Rui Matos Rui Miranda Rui Moreso Rui Moura Rui Ribeiro Rui Sabino Rui Terras Rui Vilar Salomé Faria Sandra de Almeida Sandra Oliveira Santos Lima Santos Luís Santos Silva Sara Costa Sara Nascimento Sardinha Gomes Sequeira da Cruz Serafim Castro Serafim Lopes Alves Sergio Abrantes Machado Sérgio Calado Sérgio Filipe Sá e Seixas Sérgio Martinho Sérgio Pissarra dos Santos Sérgio Tomázio Sergio Tormenta Sílvia Pelletier Sequeira Sofia Baião Sónia Caneira Leão Sónia Pinto Sónia Saloio Susana Abrantes Susana Arantes Susana Marques Tania Ramos Tânia Rodrigues Nascimento Teresa Ferreira Teresa Rato Thierry Dugay Thomaz Aquino Tiago Dias Amaro Tiago Mesquita Tiago Rodrigues Tiago Santos Tito Livio Trindade Belo Urbino Ramos Valdemar Fernandes Tomás Vasco Matos Vela Gomes Vicente Pereira Victor Ochôa Victor Pereira Victor Soares Lopes Vince Dade Viriato Vicente Virtuoso Vitor Alves Vitor Cruz Vitor Fernando Costa Vitor Ferrajota Vitor Gomes Vitor Gonçalves Vitor Hugo Sequeira Vitor Lameiras Vitor Martins da Silva Vitor Pereira Vítor Soares Lopes Wifredo Martinez Ximenes Abreu Yannick Legay

573

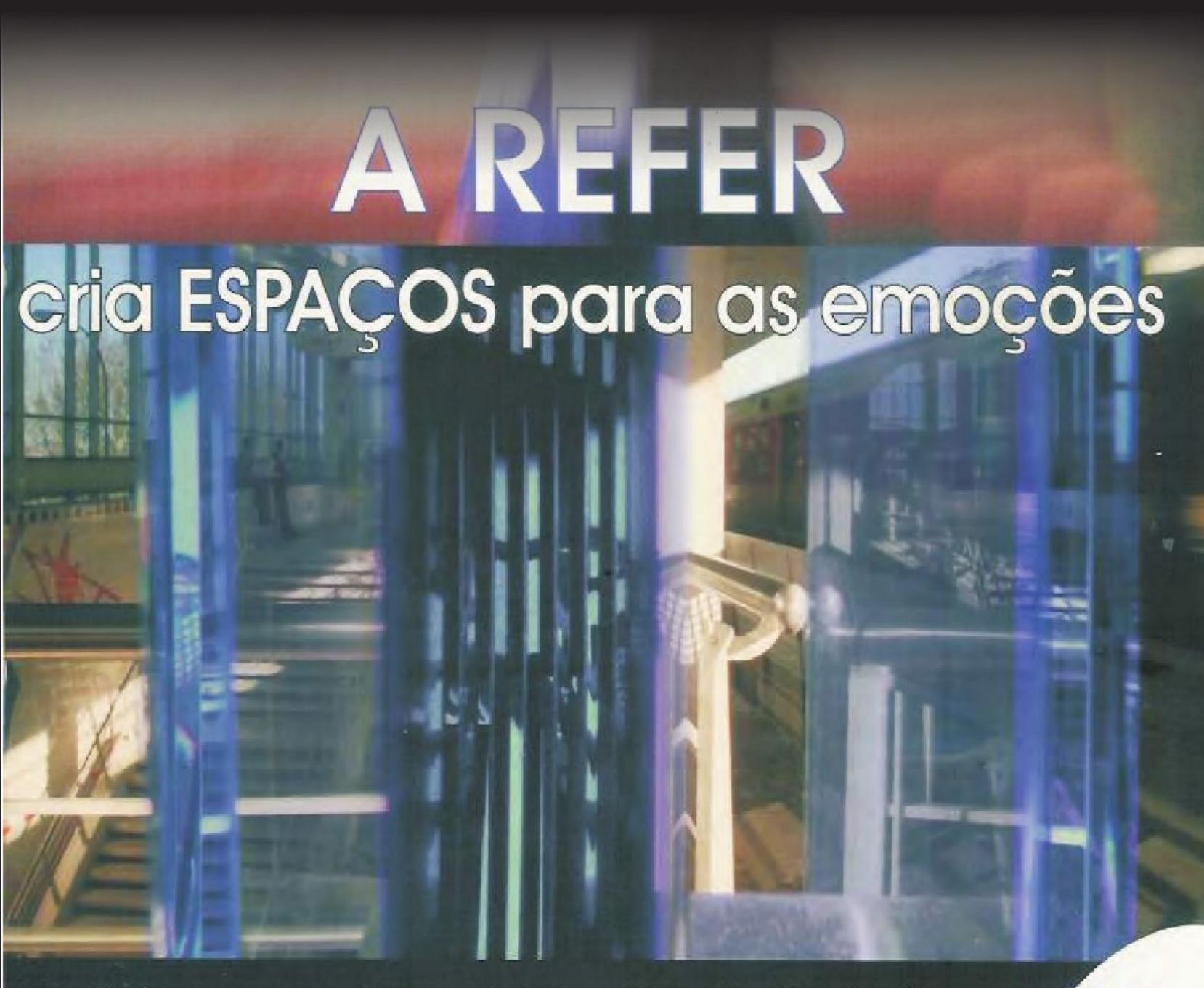
574

Patrice Houdu

Patrícia Vinagre e Silva



A experiência assegura mútua relação de confiança baseada em mais de 20 anos de presença em Portugal.



A REFER é a empresa portuguesa responsável pela gestão das infra-estruturas ferroviárias. Um mundo de segurança em movimento que faz parte de um serviço continuamente melhorado. É no conforto, na mobilidade e na qualidade de vida de todos que estamos a apostar quando investimos na modernização do caminho-de-ferro. O futuro é o único destino, e é consigo que o queremos viver.

